

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2025



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

Aprovado em reunião do Conselho de Administração de 28 de maio de 2026

O PRESIDENTE DO CD DO IEFP, I.P.

DOMINGOS LOPES

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	5
I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E MERCADO DE TRABALHO	7
II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS	10
III. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	13
III.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2025.....	13
III.1.1. <i>Atividade operacional</i>	15
III.1.2. <i>atividade não operacional</i>	25
III.2. CUSTOS UNITÁRIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	27
IV. AUTOAVALIAÇÃO QUAR	29
IV.1. NOTA INTRODUTÓRIA	29
IV.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	30
IV.3. RECURSOS DISPONÍVEIS	33
IV.3.1 <i>Recursos Humanos Disponíveis</i>	33
IV.3.2 <i>Recursos Financeiros Disponíveis</i>	34
IV.4. RESULTADOS QUAR 2025	35
IV.5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	53
IV.5.1. <i>Apreciação dos utilizadores</i>	53
IV.5.2. <i>Controlo Interno</i>	57
IV.5.3. <i>O IEFP no contexto da Rede Europeia dos SPE</i>	68
IV.5.4. <i>Medidas a adotar para um reforço positivo do desempenho</i>	72
IV.6. AVALIAÇÃO FINAL	79
IV.6.1. <i>Proposta de Menção Qualitativa (Artigo 18.º do DL n.º 12/2024, de 10 de janeiro)</i>	83

ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 1 - Indicadores para a Atividade Económica de Portugal	7
Quadro 2 - Evolução do Mercado de Trabalho em 2025	8
Quadro 3– Síntese da atividade desenvolvida em 2025	13
Quadro 4 – Síntese da atividade operacional desenvolvida em 2025	15
Quadro 5 – Síntese da atividade operacional desenvolvida em 2025 - emprego.....	17
Quadro 6 – Síntese da atividade operacional desenvolvida em 2025 - formação	20
Quadro 7 – Síntese da atividade operacional desenvolvida em 2025 - reabilitação	23
Quadro 8 – Síntese da atividade operacional desenvolvida em 2025 - reabilitação	24
Quadro 9 – Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos – Acessibilidades 360º.....	25
Quadro 10– Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEFP – 2025-2035	26
Quadro 11– Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (tríénio 2025-2027)	26
Quadro 12– Custos hora/formando – centros de gestão direta*	27
Quadro 13– Custos hora/formando – centros de gestão participada*	28
Quadro 14 – Recursos humanos	33
Quadro 15– Recursos financeiros	34
Quadro 16– Objetivo 1 – Captar ofertas de emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho (Relevante)	36
Quadro 17– Objetivo 2 – Utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade do emprego dos utentes que recorrem ao serviço público de emprego	38
Quadro 18– Objetivo 3 – Abranger desempregados em medidas ativas de Emprego e Formação Profissional	39
Quadro 19– Objetivo 4 – Abranger pessoas com deficiência em medidas de reabilitação profissional (Relevante)	40
Quadro 20– Objetivo 5 – Apoiar o reforço das competências dos cidadãos, nomeadamente nas áreas digital, climática, industrial e social	41
Quadro 21– Objetivo 6 – Reforçar as competências e a empregabilidade dos formando/estagiários.....	43
Quadro 22– Objetivo 7 – Garantir o cumprimento das metas contratualizadas no âmbito dos projetos PRR	44
Quadro 23 – Objetivo 8 – Maximizar a receita proveniente de fundos comunitários (Relevante)	45
Quadro 24– Objetivo 9 – Promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais (Relevante)	46
Quadro 25 – Objetivo 10 – Promover o acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional.....	47
Quadro 26– Objetivo 11 – Promover a qualificação profissional dos trabalhadores (Relevante)	48
Quadro 27– Objetivo 12 – Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (Relevante)	48

Quadro 28– Objetivo 13 – Garantir o bem-estar dos trabalhadores no seu local de trabalho, prevenindo Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (Relevante).....	49
Quadro 29– Objetivo 14 – Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços	51
Quadro 30– Objetivo 15 – Melhorar a qualidade dos serviços prestados (Relevante).....	51
Quadro 31– Resumo da classificação final dos objetivos	79
Quadro 32– Quadro global.....	81

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estrutura da despesa (%)	14
Gráfico 2 – Estrutura da despesa da atividade operacional (%)	14
Gráfico 3 – Estrutura dos perfis de intervenção - % abrangidos	15
Gráfico 4 – Estrutura das tipologias de intervenção emprego - % abrangidos	18
Gráfico 5 – estrutura do perfil formação por promotor - % abrangidos	19
Gráfico 6 – Estrutura dos subperfis de intervenção da formação - % abrangidos	21
Gráfico 7 – Estrutura do perfil reabilitação por promotor - % abrangidos	22
Gráfico 8 – Estrutura das tipologias de medidas da reabilitação - % abrangidos	23
Gráfico 9 – Evolução dos custos unitários da formação nos últimos 5 anos	28
Gráfico 10– desemprego registado (stock médio mensal), rede dos spe, 2010-2024	69

FIGURAS

Figura 1 – Objetivos estratégicos das grandes opções para 2024-2028.....	10
Figura 2 – Valores	29
Figura 3 – Relação entre objetivos quar e ods	31
Figura 4 – Estrutura do quar para o ciclo de gestão 2025	32
Figura 5 – Síntese dos resultados quar por parâmetro.....	52

O ano de 2025 foi marcado por um enquadramento macroeconómico internacional e nacional caracterizado por crescimento moderado, persistência de incerteza geopolítica e ajustamentos na dinâmica inflacionista. Em Portugal, o Produto Interno Bruto registou um crescimento de 1,9%, acompanhado por uma redução da taxa de desemprego para 6,0% e um aumento da população empregada de 3,2%, refletindo a continuidade da recuperação do mercado de trabalho.

Neste enquadramento, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) prosseguiu a sua missão de promoção do emprego e combate ao desemprego, em alinhamento com as Grandes Opções 2024-2028, a Estratégia Portugal 2030 e as orientações europeias e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este enquadramento traduziu-se num reforço das políticas ativas de emprego, qualificação e inclusão, com particular enfoque na transição digital, na sustentabilidade ambiental e na resposta a públicos mais vulneráveis.

A atividade desenvolvida evidenciou um **desempenho global positivo**. Foram abrangidas **890,1 mil pessoas** em medidas de emprego, formação e reabilitação profissional, correspondendo a uma **taxa de execução física de 106,6%**. A formação profissional manteve-se como a principal área de intervenção, representando 77% do total de abrangidos, seguida das medidas de emprego (18%) e da reabilitação profissional (5%).

A execução financeira atingiu **1.362,3 milhões de euros**, correspondendo a uma **taxa de execução de 74,3%**, refletindo um nível significativo de concretização das medidas programadas.

Ao nível dos resultados operacionais, destacam-se:

- a função **do ajustamento entre a oferta e a procura de emprego** no mercado de trabalho, através de um esforço no sentido do acréscimo da eficácia e da eficiência da rede de centros, consubstanciado na aproximação às entidades empregadoras e aumentando o grau de satisfação quer destas, quer dos desempregados registados nos serviços de emprego, suscitando a **ativação e consagrando trajetórias de inserção no mercado de trabalho** através da angariação de ofertas de emprego e da colocação. Neste sentido, foram captadas pelos serviços de emprego 130 471 ofertas de trabalho e colocados 90 231 candidatos a emprego, atingindo uma taxa de satisfação das ofertas de 64,5%;
- a execução dos Programas de Emprego, onde o número de abrangidos ascendeu a cerca de **71 688**, destacando-se as medidas de Estágios, com uma abrangência de 27 871 desempregados, tendo mobilizado **124,3 milhões de euros**, e a que temos associada uma taxa de empregabilidade de 79,6%, 6 meses após a conclusão do estágio;

- a dinamização de medidas orientadas para a **ativação e inclusão**, com destaque para novos instrumentos de política pública, verificando-se no **trabalho socialmente necessário** uma abrangência de **20 176** desempregados com uma despesa associada de 33,8 milhões de euros;
- o reforço da **qualificação da população ativa**, realçando a importância da formação profissional no reforço da empregabilidade dos trabalhadores e da competitividade das organizações, tendo em 2025 sido abrangidos **687 029** formandos, traduzindo um nível de execução de 110,0% e implicando um investimento de cerca de 333,9 milhões de euros;
- o aumento da **cobertura de públicos com maiores dificuldades de inserção**, nomeadamente jovens com uma taxa de cobertura de 27,1%, desempregados de longa duração (DLD) com uma taxa de 22,3% e pessoas com deficiência cuja taxa atinge os 32,4%, alinhadas com as metas definidas para 2025, realçando-se ainda a abrangência de 41 126 pessoas com deficiência em medidas de Reabilitação Profissional, ao qual está associada uma despesa de 67 milhões de euros.

A avaliação do desempenho no âmbito do QUAR confirma estes resultados. O IEFP registou um **resultado global de 102%**, superando a avaliação prevista. O parâmetro **Eficácia** registou uma taxa de realização 107% e o parâmetro **Qualidade** de 109%, ambos superados, refletindo a capacidade do IEFP em cumprir as metas definidas e em assegurar níveis elevados de satisfação dos utentes.

Não obstante o desempenho global positivo, o parâmetro **Eficiência (90%) não foi atingido**, essencialmente em resultado de fatores de natureza conjuntural, designadamente o aumento das desistências na formação profissional, com impacto nos custos fixos operacionais, não traduzindo, contudo, insuficiências estruturais na gestão dos recursos.

Importa salientar que **todos os objetivos operacionais relevantes foram atingidos ou superados**, evidenciando a consistência do desempenho do IEFP nas áreas críticas da sua atuação.

Ao nível da qualidade do serviço, mantiveram-se **elevados níveis de satisfação dos utilizadores**, tanto singulares como coletivos, confirmando a adequação das respostas às necessidades do mercado de trabalho.

Em síntese, o desempenho de 2025 evidencia um contributo relevante do IEFP para a melhoria do funcionamento do mercado de trabalho, reforçando a empregabilidade, promovendo a qualificação e consolidando a qualidade dos serviços prestados, não obstante a necessidade de continuar a aprofundar medidas que promovam maior eficiência e sustentabilidade das respostas.

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E MERCADO DE TRABALHO

Em 2025, a economia mundial caracterizou-se por um crescimento moderado e desigual, enquadrado por elevados níveis de incerteza geopolítica e fragmentação comercial.

O crescimento do produto interno bruto (PIB) real na economia mundial (excluindo a zona Euro), sofreu um decréscimo, registando 0,8% no último trimestre de 2025 (face a 1% no trimestre anterior). Por outro lado, a taxa de crescimento real do PIB da zona euro observou um acréscimo de 0,2% em cadeia, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 1,5% em 2025 (0,9% em 2024), crescimento este que reflete o reforço da procura interna.

A taxa de inflação na zona euro diminuiu de 2,1% em novembro de 2025, para 2% em dezembro de 2025, continuando a aproximar-se do objetivo médio prazo estabelecido pelo Conselho do BCE.

As contas nacionais para o 4º trimestre de 2025 (INE) apresentam um aumento em termos homólogos do PIB em volume de 1,9% (-0.3 p.p. do que no terceiro trimestre). O contributo da procura interna para o crescimento homólogo do PIB diminuiu para os 2,9 p.p. no 4º trimestre de 2025, através da redução do investimento, bem de uma desaceleração do crescimento das despesas de consumo final.

Por outro lado, a procura externa líquida exerceu um efeito menos negativo no último trimestre de 2025, cujo contributo para o aumento do PIB atingiu +1,1 p.p, pois verifica-se que o decréscimo das exportações foi inferior à diminuição das importações de bens e serviços.

QUADRO 1 - INDICADORES PARA A ATIVIDADE ECONÓMICA DE PORTUGAL

Quadro 1-Indicadores para a Atividade Económica de Portugal

Indicadores	Un.	1ºTr.	2ºTr.	3ºTr.	4ºTr.	2025
PIB	VH real	1,6	1,7	2,2	1,9	1,8
Consumo Privado	VH real	3,8	3,7	3,9	2,8	3,6
Consumo Público	VH real	1,5	1,6	1,7	1,8	1,6
Formação Bruta Capital Fixo (FBCF)	VH real	2,8	3,2	3,6	4,2	4,7
Exportações (bens e serviços)	VH real	1,8	-0,2	0,6	-0,7	0,4
Importações (bens e serviços)	VH real	7,3	4,7	3,6	1,4	
Balança Corrente e de capital (% PIB)	% PIB	1,7	1,1	5,3	2,6	2,7
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	%	1,9	2,1	1,9	2,4	n.d

Fonte : BdP

Siglas: VH-Varição Homóloga; VHR- variação Homóloga Real

Em 2025, em Portugal, o PIB registou um crescimento de 1,9% em volume, após o aumento de 2,2% em 2024.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) apresentou uma variação média anual de 2,3%, correspondendo a uma diminuição de 0,1 p.p. face ao valor registado em 2024.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português apresentou uma taxa de variação média de 2,2% em 2025 (2,7% no ano anterior). A taxa de variação homóloga rondou os 2,4% em dezembro, superior em 0,4 p.p. ao valor estimado pelo Eurostat para a zona euro (em novembro de 2025, esta diferença foi de 0,3 p.p.).

Os dados relativos ao comércio internacional de bens (INE) apresentam em dezembro de 2025 um decréscimo das exportações e das importações em 0,7% e 2,7%. O défice da balança comercial totalizou 32.100 milhões de euros em 2025, representando um agravamento na ordem dos 3 752 milhões de euros face ao ano de 2024.

As exportações nominais para o mercado comunitário apresentaram um peso de 72,3% total de exportações portuguesas em 2025. Estas registaram acréscimo de 2,4% comparativamente às exportações para os países terceiros, que observam um decréscimo de 4%. A Alemanha foi o país que mais contribuiu para o aumento das exportações de mercadorias (+1,8 p.p.), seguida da Turquia (+0,8 p.p.). Do lado das importações, destaca-se o contributo das importações da Espanha do setor a componente Produtos Agroalimentares (+1,3 p.p.), Irlanda da área dos produtos químicos, designadamente farmacêuticos (+1,1 p.p.) e Alemanha no setor da componente de material de transporte (+1 p.p.).

Em 2025, a média anual da população empregada totalizou 5 275,3 mil pessoas, o que corresponde a um aumento de 3,2 % (163,0 mil) em relação ao ano de 2024.

As atividades associadas aos serviços (158,7 mil), nomeadamente Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, Transportes e Armazenagem e Alojamento, Restauração e similares (50,8 mil), foram os sectores que mais contribuíram para o aumento da população empregada em termos homólogos.

QUADRO 2 - EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO EM 2025

INDICADOR	Un.	2025	1ºTr.	2ºTr.	3ºTr.	4ºTr.
Taxa de Desemprego *	%	6,0	6,6	5,9	5,8	5,8
Emprego Total *	VH	3,2	2,4	2,9	3,7	3,7
Desemprego Registado, fim período	VH	-10,8	1,5	-3,8	-2,6	-10,8
Desempregados Inscritos, longo período	VH	-3,8	2,5	-5,2	-4,9	-7,9
Desempregados Longa Duração, fim período	VH	-6,2	2,3	0,3	0,1	-6,2
Ofertas de Emprego, longo período	VH	22,8	25,2	32,9	21,6	9,1
Ofertas de Emprego, fim período	VH	18,8	27,6	49,2	57,3	18,8
Índice do custo do trabalho ** - Portugal	VH	5,5	4,4	5,5	4,8	6,9
Índice do custo do trabalho ** - área EURO	VH	3,2	3,1	3,1	3,2	3,1

* Valores do Inquérito Trimestral ao Trabalho ajustados de sazonalidade ; ** NACE Rev.2 - Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras

Fonte : GEE - Gabinete de Estratégia e Estudos-Ministério da Economia (INE ; IEFP ; MTSSS ; EUROSTAT)

Sigla : VH-Variação Homóloga ; n.d.-não disponível

A taxa de desemprego situou-se nos 6,0% em 2025, correspondendo a uma ligeira diminuição face a 2024 (-0,4 p.p.). Ainda assim, assistiu-se uma diminuição do desemprego registado no Serviço Público de Emprego (SPE) de 10,8% e a um aumento das ofertas de emprego registadas ao longo do ano, a rondar os 18,8%.

A taxa de subutilização do trabalho, abrangendo 571,2 mil indivíduos no 4º trimestre de 2025, rondou os 9,9%, representando uma diminuição de 1,2 p.p. em relação ao período homólogo.

O Índice do Custo de Trabalho (ICT) total aumentou 5,5% em 2025, face ao ano anterior. O custo médio por trabalhador sofreu um aumento de 5,5% e os outros custos 8,3%.

Em 2025, o setor das Administrações Públicas (AP) registou um superavit de 1297,7 milhões de euros, representando uma melhoria de 885,5 milhões de euros face ao ano anterior.

A receita das AP registou em 2025 o montante de 130.182,5 milhões de euros, refletindo um aumento de 7,6% relativamente ao ano anterior (+9.277,2 mil milhões de euros), através da evolução da receita fiscal (+7,1%), do aumento da receita contributiva (+8,3%), bem como no acréscimo da receita não fiscal e não contributiva (+8,6%).

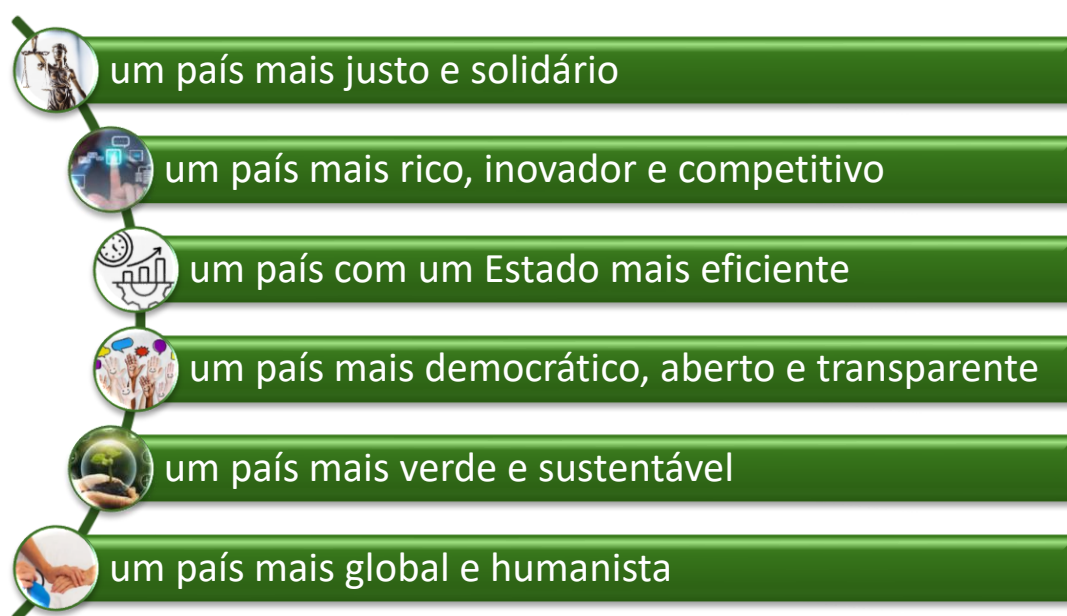
A despesa das AP totalizou o montante de 128.884,7 milhões de euros, representando um aumento de 7% entre 2024 e 2025, decorrente do aumento das despesas com pessoal (8,2%), dos gastos em transferências (5,1%), bem como em investimentos (22,3%).

II. ORIENTAÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

O presente contexto da conjuntura nacional e internacional, nomeadamente a evolução económica e social do período pós-inflacionista, a tendência esperada de redução das taxas de juro e os persistentes conflitos militares em diversas regiões do Mundo, com particular enfoque na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como a recente presidência americana contextualizam o ano de 2025, agravam o já habitual ambiente de incerteza, e enquadram necessariamente o planeamento das políticas públicas.

As **Grandes Opções para 2024-2028** [Lei das Grandes Opções] aprovadas pela Lei n.º 45-B-2024, de 31 de dezembro, correspondem às orientações e escolhas fundamentais de política pública, económica, social, ambiental e territorial até 2028, as quais assentam em **seis** desafios estratégicos:

FIGURA 1 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DAS GRANDES OPÇÕES PARA 2024-2028



Estes seis desafios estratégicos, convergentes com a Estratégia Portugal 2030, as recomendações da União Europeia e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030) correspondem às principais dimensões de intervenção que estruturam a implementação de um universo de medidas de política pública focadas em consolidar e fortalecer as condições económicas e sociais no sentido de tornar **Portugal um país melhor, economicamente mais competitivo, territorialmente mais coeso e socialmente mais justo.**

A implementação das Grandes Opções 2024-2028 depende de fontes de financiamento que se repartem entre Orçamento do Estado (nacionais) e o quadro europeu de instrumentos de financiamento, designadamente, o **PT 2020** (em fase de encerramento), a iniciativa de Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa (**REACT UE**), o Programa de Recuperação e Resiliência (**PRR**) e o **PT 2030**, que materializa o ciclo de programação de fundos europeus para o período 2021-2027.

O desafio estratégico - **um país mais justo e solidário** – abrange o domínio de política um país que promove a igualdade, valoriza o trabalho e protege as pessoas. Este domínio considera o emprego uma prioridade fundamental para a dignidade humana, a competitividade e o desenvolvimento socioeconómico. Contribuem para este domínio os seguintes objetivos estratégicos:

- o aumento do salário médio para 1.000 euros em 2028 e para 1.750, em 2030, com base em ganhos de produtividade e no diálogo social;
- o aumento das oportunidades de trabalho para os jovens, garantindo a retenção de talento em Portugal com condições atrativas pelo regime fiscal e pela diversificação dos modelos de trabalho;
- a flexibilização da transição entre emprego, requalificação e reforma;
- a revisitação da agenda do trabalho digno, de incentivo ao trabalho e ao emprego, em todas as suas formas, e de aumento da produtividade;
- a promoção da igualdade entre mulheres e homens no trabalho e no emprego; flexibilidade de horários de trabalho; alargamento da licença parental; favorecimento da liderança feminina em cargos dirigentes.
- a reestruturação do sistema de formação profissional; a reforma do modelo atual de formação profissional de natureza pública e do SPE; e a qualificação da formação profissional de nível superior, através do ajuste de ofertas orientadas para as competências valorizadas pela (r)evolução tecnológica em curso.
- o desenvolvimento de uma cultura de *intergeracionalidade* de trabalhadores no seio das organizações, retendo os seniores para a transmissão de saber-fazer e experiência às equipas mais novas.

No âmbito das orientações específicas para o ano de 2025, enquadradas na atividade do IEFP, destacam-se as seguintes iniciativas e ajustamentos de política pública:

- O lançamento do **Programa MAIS**, instituído pela Portaria n.º 118/2025/1, de 17 de março, o qual integra duas medidas distintas: a medida **+Ativação**, dirigida a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, e a medida **+Inclusão**, destinada a desempregados beneficiários do rendimento social de inserção, bem como a outros desempregados inscritos no IEFP. Este programa visa promover, de forma integrada, a inserção social e profissional dos destinatários, bem como dar resposta a necessidades sociais e coletivas identificadas, assegurando simultaneamente condições dignas de trabalho e de formação. Neste contexto, foram revogadas as medidas Contrato de Emprego Inserção e Contrato de Emprego Inserção+;
- A revisão das metas definidas para a formação profissional no Plano de Atividades de 2025, em alinhamento com a evolução das dinâmicas do mercado de trabalho e com as orientações de

política pública para a qualificação. Esta revisão traduziu-se, em particular, no reforço da **formação modular certificada**, incluindo a oferta extra-catálogo, e na intensificação da disponibilização de cursos conducentes a **nível 5 de qualificação**. Em sentido complementar, verificou-se uma reorientação da oferta formativa, com menor expressão relativa dos Cursos de Educação e Formação de Adultos e dos Cursos de Aprendizagem promovidos por entidades formadoras externas, privilegiando-se percursos mais flexíveis, ajustados às necessidades emergentes das empresas e orientados para a rápida integração no mercado de trabalho.

Estas orientações enquadram-se numa estratégia mais ampla de reforço das políticas ativas de emprego e de qualificação, orientada para a melhoria sustentável da empregabilidade, a valorização das competências da população ativa e a resposta eficaz aos desafios estruturais do mercado de trabalho.

III. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

III.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2025

No decurso de 2025, o IEFP desenvolveu um conjunto alargado de intervenções no âmbito das medidas ativas de emprego, formação profissional e reabilitação profissional, abrangendo **890,1 mil** pessoas em atividade operacional, face a uma meta global (revista em junho) de **834,9 mil**, o que corresponde a um grau de execução física de **106,6%**. Face a 2024, registou-se um decréscimo de 15 959 abrangidos em medidas, o equivalente a uma variação homóloga de -1,8%.

A atividade operacional envolveu uma dotação bruta de **961,6 M€**, tendo-se traduzido numa despesa efetiva de **710,7 M€**, o que corresponde a um grau de execução financeira de **73,9%**, enquanto a atividade não operacional registou uma dotação bruta de **883,4 M€**, com pagamentos no valor de **651,6 M€**, correspondendo a um grau de execução financeira de **74,8%**.

Em termos globais, a despesa total do IEFP em 2025 ascendeu a **1.362,3 M€**, face a uma dotação orçamental de **1.844,9 M€**, representando um grau de execução global de **74,3%**, já líquido das cativações decorrentes da Lei do Orçamento do Estado e do Decreto-Lei de Execução Orçamental.

QUADRO 3 – SÍNTESE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA EM 2025

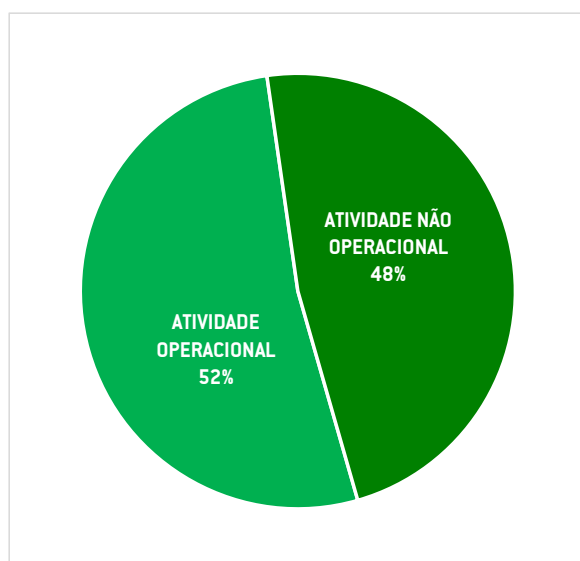
IEFP, IP + CGP				Un: milhares de euros			
	METAS FÍSICAS (1º AO)	ABRANGIDOS	GRAU EXEC (%)	DOTAÇÃO BRUTA	CATIVOS	PAGAMENTOS	GRAU EXEC (%)*
ATIVIDADE OPERACIONAL	834 930	890 074	106,6%	961 560,8	22,8	710 680,9	73,9%
Emprego ⁽¹⁾	173 636	161 919	93,3%	466 105,0	14,8	309 727,5	66,5%
Formação Profissional	624 763	687 029	110,0%	423 315,4	2,0	333 876,6	78,9%
Reabilitação Profissional	36 531	41 126	112,6%	72 140,5	6,0	67 076,8	93,0%
ATIVIDADE NÃO OPERACIONAL	0	0	-	883 375,6	12 311,8	651 650,6	74,8%
Modernização do SPE				7 895,3	106,6	5 100,4	65,5%
Relações Públicas e Internacionais				7 063,8	347,0	2 934,7	43,7%
Cooperação Institucional				8 244,9	0,0	7 653,2	92,8%
Funcionamento				55 730,3	495,9	38 953,2	70,5%
Recursos Humanos				203 795,1	36,1	169 821,8	83,3%
Infraestruturas e Informatização				199 795,0	5 555,6	60 078,3	30,9%
Aplicação CEDIC				364 228,1	0,0	364 228,1	100,0%
Outras				36 623,1	5 770,5	2 881,0	9,3%
TOTAL	834 930	890 074	106,6%	1 844 936,4	12 334,6	1 362 331,5	74,3%

Fonte: SIG, extração de 31-12-2025 em 31-01-2026 e Eboard Conta de Gerência de 31-12-2025 em 31-03-2026

[1] Inclui as colocações de desempregados e empregados.

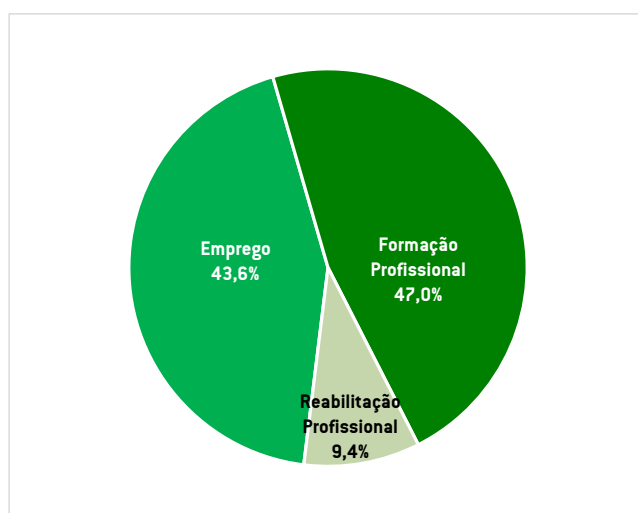
* O grau de execução financeiro é líquido das cativações decorrentes da LEO e DLEO.

GRÁFICO 1 – ESTRUTURA DA DESPESA (%)



Conforme ilustrado no Gráfico 1 – Estrutura da Despesa, a repartição da despesa privilegiou a atividade operacional face à atividade não operacional. Com efeito, as medidas ativas de emprego, formação profissional e reabilitação profissional, bem como os apoios à manutenção de postos de trabalho, representaram 52% do total da despesa realizada, enquanto a atividade não operacional, associada ao funcionamento do IEFP e ao investimento em recursos humanos, infraestruturas, informatização e outras funções de suporte, absorveu os restantes 48%.

GRÁFICO 2 – ESTRUTURA DA DESPESA DA ATIVIDADE OPERACIONAL (%)



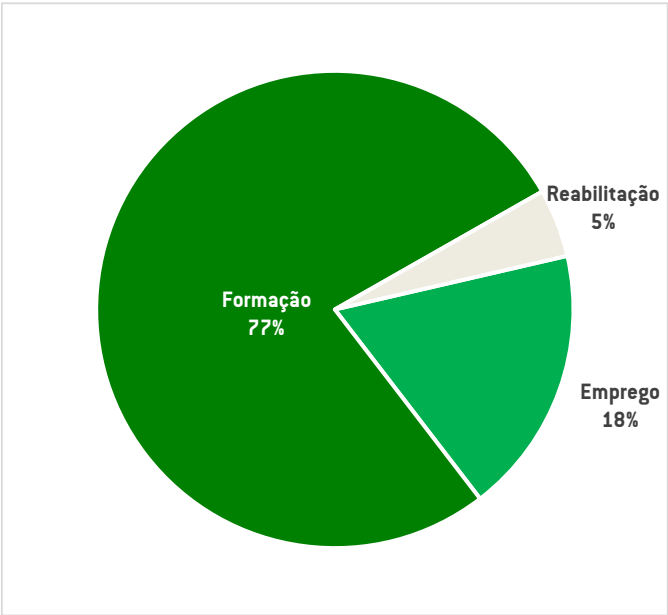
Conforme ilustrado no **Gráfico 2**, a execução financeira da **atividade operacional** apresenta uma distribuição equilibrada dos recursos entre os principais perfis de intervenção. As **medidas de Formação Profissional** concentraram **47,0% dos pagamentos realizados**, enquanto as **medidas de Emprego** absorveram **43,6%**, representando, em conjunto, a maior fatia da despesa operacional. A **Reabilitação Profissional** teve um peso relativo de **9,4%**,

refletindo a natureza especializada e dirigida deste tipo de intervenção.

Esta repartição financeira confirma a centralidade das políticas ativas de emprego e qualificação na atuação do IEFP em 2025, assegurando simultaneamente a afetação de recursos adequados às respostas específicas de inclusão profissional.

III.1.1. Atividade operacional

GRÁFICO 3 – ESTRUTURA DOS PERFIS DE INTERVENÇÃO - % ABRANGIDOS



Apesar do equilíbrio da execução financeira entre medidas de emprego e de formação profissional, é esta última que apresentou a maior expressão no plano de execução física, concentrando **77% do total de abrangidos** em medidas de política ativa de emprego em **2025**. As medidas de **Emprego** representam **18%** do total de abrangidos, enquanto a **Reabilitação Profissional** corresponde a cerca de **5%**.

A análise detalhada da **execução física por perfil de intervenção**, apresentada no **Quadro 4**, evidencia resultados diferenciados em **2025**.

QUADRO 4 – SÍNTESE DA ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025

IEFP, IP + CGP

Un: milhares de euros

ÁREA DE INTERVENÇÃO/MEDIDAS	Execução Física			Execução Financeira			
	METAS FÍSICAS [1ª AO]	Abrangidos	GRAU EXEC (%)	Dotação Bruta	Cativos	Pagamentos	GRAU EXEC (%)*
EMPREGO	173 636	161 919	93,3%	466 105,0	14,8	309 727,5	66,5%
Programas de Emprego	82 636	71 688	86,8%	466 105,0	14,8	309 727,5	66,5%
Colocação ⁽¹⁾	91 000	90 231	99,2%				
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	624 763	687 029	110,0%	423 315,4	2,0	333 876,6	78,9%
IEFP, IP	465 563	501 057	107,6%	305 524,7	2,0	226 642,7	74,2%
Centros de Gestão Participada	147 390	174 798	118,6%	108 253,5	0,0	98 595,6	91,1%
Ações em Cooperação com Outras Entidades	11 810	11 174	94,6%	9 537,2	0,0	8 638,3	90,6%
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	36 531	41 126	112,6%	72 140,5	6,0	67 076,8	93,0%
IEFP, IP	24 453	31 250	127,8%	63 290,5	6,0	58 378,4	92,2%
Centros de Gestão Participada - Reabilitação	5 581	3 927	70,4%	8 850,0	0,0	8 698,4	98,3%
Organismo Intermédio - Reabilitação **	6 497	5 949	91,6%				
TOTAL	834 930	890 074	106,6%	961 560,8	22,8	710 680,9	73,9%

Fonte: SIG extração de 31-12-2025 em 31-01-2026 e Eboard Conta de Gerência de 31-12 2025 em 31-03-2026

⁽¹⁾ Inclui as colocações de desempregados e empregados, sendo que as colocações de desempregados atingiu o valor de 80 480.

^(**) O financiamento da atividade executada foi integralmente assumido pelo POISE, POCH e PO's Regionais.

* O grau de execução financeiro é líquido das cativações decorrentes da LEO e DLEO.

No Emprego foram abrangidas 161 919 pessoas, face a uma meta de 173 636, correspondendo a um grau de execução física de 93,3%. Para este resultado contribuíram os Programas de Emprego, com 71 688

abrangidos (44,3% do total do perfil) e a Colocação direta no mercado de trabalho, com 90 231 pessoas (55,7%).

A Formação Profissional registou 687 029 abrangidos, superando a meta estabelecida (revista em junho) e alcançando um grau de execução de 110,0%. Para este resultado contribuíram os Centros de Formação de Gestão Direta do IEFP, com 501 057 abrangidos (73%), os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, com 174 798 abrangidos (25%) e as Ações em Cooperação com outras Entidades, com 11 174 abrangidos (2%).

O perfil de Reabilitação Profissional apresentou um grau de execução física de 112,6%, abrangendo 41 126 pessoas com deficiência ou incapacidade (PCDI). Destaca-se intervenção do IEFP (Centros de Gestão Direta), com 31 250 abrangidos (76%), os Centros de Reabilitação Profissional de Gestão Participada, com 3 927 pessoas (10%) e a execução desenvolvida no âmbito do Organismo Intermédio, com 5 949 abrangidos (14%).

Uma análise mais detalhada dos resultados dos alcançados mostra por perfil de intervenção o seguinte:

EMPREGO

Em 2025, a atividade operacional no domínio do Emprego registou um grau de execução física global de 87%, com 71 688 abrangidos, face a uma meta de 82 636, e uma execução financeira de 66,5%, correspondente a 309,7 M€ de pagamentos, num total de 466,1 M€ de dotação orçamental bruta.

Face ao ano de 2024 a execução física diminuiu em 5 934 abrangidos o equivalente a uma variação homóloga de -7,6%.

A Inserção Profissional de jovens no mercado de trabalho assume um papel central no conjunto das medidas de emprego, com 27 871 abrangidos, registando um grau de execução física de 87,9%.

O ano de 2025 foi marcado pela substituição do anterior modelo de estágios profissionais por novos programas que introduzem critérios mais exigentes de acesso, maior diferenciação por níveis de qualificação e uma forte orientação para a qualidade do emprego e uma menor duração (passou de 9 para 6 meses de duração).

Destacam-se os Estágios INICIAR [Portaria n.º 219/2024/1, de 23 de setembro], contando já com 5 180 abrangidos e um grau de execução física de 79,7%, que visam promover a inserção no mercado de trabalho de jovens e outros desempregados com qualificação de nível 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), através de uma experiência prática em contexto real de trabalho, com critérios de elegibilidade mais seletivos e uma duração ajustada aos objetivos de empregabilidade.

Os Estágios +TALENTO, enquadrados pelo Programa +Talentos [Portaria n.º 221/2024/1, de 23 de setembro], que contam com 13 958 abrangidos e 93,1% de execução física, orientados para jovens até aos 35 anos com qualificações de nível 6 ou superior do QNQ, com enfoque na valorização do talento, na

retenção de jovens qualificados no país e na promoção de vínculos laborais estáveis após o termo do estágio

QUADRO 5 – SÍNTESE DA ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025 - EMPREGO

IEFP, I.P. + CGP

Un: milhares de euros

EMPREGO	Execução Física			Execução Financeira			
	METAS FÍSICAS (1º AO)	Abrangidos	GRAU EXEC (%)	Dotação Bruta	Cativos	Pagamentos	GRAU EXEC (%)*
TOTAL	82 636	71 688	86,8%	466 105,0	14,8	309 727,5	66,5%
Inserção Profissional	31 725	27 871	87,9%	191 277,4	3,3	124 288,8	65,0%
Estágios INICIAR	6 500	5 180	79,7%	45 092,9	0,0	18 546,1	41,1%
Estágios + Talento	15 000	13 958	93,1%	95 623,2	0,0	60 739,4	63,5%
Estágios Emprego	0	0	-	0,1	0,0	0,1	99,3%
Estágios Profissionais	0	0	-	40,0	0,0	9,1	22,9%
Estágios ATIVAR.PT	10 225	8 733	85,4%	48 499,6	0,0	44 989,4	92,8%
Estágios Profissionais na Administração Pública	0	0	-	2 016,9	3,3	0,0	0,0%
Reativar	0	0	-	4,6	0,0	4,6	100,0%
Apoios à Contratação (ajustamentos e Colocação)	23 171	16 828	72,6%	184 833,6	0,0	104 877,9	56,7%
+ Emprego	20 000	14 281	71,4%	96 991,2	0,0	47 288,1	48,8%
Emprego + Talento	2 500	1 907	76,3%	16 829,7	0,0	8 251,6	49,0%
Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	182	13	7,1%	3 164,4	0,0	2 489,9	78,7%
"AVANÇAR"	178	46	25,8%	6 457,4	0,0	5 228,0	81,0%
Apoio à Contratação de Armas em creche familiar	0	0	-	350,5	0,0	188,1	53,7%
Compromisso Emprego Sustentável	211	463	219,4%	56 358,8	0,0	37 182,5	66,0%
CES II - Compromisso Emprego Sustentável	95	114	120,0%	3 343,4	0,0	3 007,4	90,0%
Contrato-Emprego	0	0	-	49,6	0,0	31,7	63,8%
Prémio ao Emprego	0	0	-	21,7	0,0	21,7	100,0%
Converte +	0	0	-	0,5	0,0	0,0	0,0%
Incentivo ATIVAR.PT - REACT	5	4	80,0%	1 231,3	0,0	1 155,2	93,8%
Estímulo	0	0	-	34,5	0,0	33,2	96,2%
Apoios à Contratação via Reembolso da TSU	0	0	-	0,6	0,0	0,6	99,9%
Apoio à criação de emprego e empresas	1 500	1 964	130,9%	5 492,4	0,0	5 014,8	91,3%
Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECE	1 325	1 869	141,1%	0,0	0,0	0,0	-
Empreende XXI	0	0	-	3 772,7	0,0	3 483,3	92,3%
Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego (PAECE)	175	95	54,3%	1 689,7	0,0	1 531,5	90,6%
Social Investe	0	0	-	30,0	0,0	0,0	0,0%
Inserção Profissional - Trabalho Socialmente Necessário	23 300	20 176	86,6%	39 617,7	0,0	33 818,7	85,4%
Trabalho Socialmente Necessário	23 300	20 176	86,6%	39 282,7	0,0	33 818,7	86,1%
Contrato Emprego Inserção	12 250	8 522	69,6%	1 532,1	0,0	551,7	36,0%
Contrato Emprego Inserção +	11 050	7 564	68,5%	32 950,7	0,0	29 169,5	88,5%
+ Ativação	0	2 299	-	176,3	0,0	93,9	53,3%
+ Inclusão	0	1 791	-	4 536,7	0,0	3 916,8	86,3%
Apoio ao Reforço de Emergência de Eq. Sociais e de Saúde	0	0	-	86,8	0,0	86,8	100,0%
Mercado Social de Emprego (Parcerias territoriais)	0	0	-	335,0	0,0	0,0	0,0%
Outros Apoios para a Promoção do Emprego	2 940	4 849	164,9%	31 088,9	7,5	28 460,6	91,6%
Emprego Interior MAIS	770	860	111,7%	3 812,7	0,0	3 740,3	98,1%
Apoio ao Regresso de Emigrantes a Portugal	2 030	3 773	185,9%	26 804,6	0,0	24 499,2	91,4%
Incentivo Extraordinário à Normalização da Atividade Empresarial	0	0	-	52,1	0,0	52,1	100,0%
Novo Incentivo à Normalização da Atividade Empresarial	0	0	-	40,6	0,0	39,2	96,7%
Incêndios - Incentivo Extraordinário à Manutenção PT	0	0	-	110,4	0,0	110,4	100,0%
Rede Eures	90	216	240,0%	244,2	7,5	19,3	8,2%
Incubadoras Sociais de Emprego	50	0	0,0%	24,3	0,0	0,0	0,0%
Outras Medidas ⁽¹⁾	-	-	-	13 794,9	4,0	13 266,6	96,2%
"AVANÇAR" - Autonomização dos Jovens	0	128	-	0,0	0,0	0,0	-
Garantia Jovem	0	0	-	39,7	0,0	18,6	46,9%
Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos (ATCP)	0	0	-	3 996,5	0,0	3 961,1	99,1%
EA – Empreende XXI	0	0	-	1 004,3	0,0	913,0	90,9%
Promoção do Artesanato - Artesãos	1 200	4 941	411,8%	3 452,5	4,0	3 315,8	96,2%
Promoção do Artesanato - Feiras ^(**)	25	55	220,0%	591,7	0,0	497,8	84,1%
Gabinetes de Inserção - GI ^(**)	381	367	96,3%	4 710,2	0,0	4 560,2	96,8%

Fonte: SIG, extração de 31-12-2025 em 31-01-2026 e Eboard Conta de Gerência de 31-12-2025 em 31-03-2026

⁽¹⁾ A execução física não pode ser adicionada às restantes, por já estar contemplada na respetiva medida principal ou por não ser contabilizada em número de pessoas a abranger ou apoiar.

(*) Nº de pessoas envolvidas já contemplada na medida principal

(**) Execução física não contabilizada em número de abrangidos ou pessoas apoiadas

* O grau de execução financeiro é líquido das cativações decorrentes da LEO e DLEO.

Os Apoios à Contratação representam igualmente um dos grupos de medidas com maior peso financeiro, com uma dotação superior a 184 M€ e pagamentos na ordem dos 104,9 M€ (56,7%), ainda que apresentem um grau de execução física relativamente mais contido (72,6%), com 16 828 abrangidos. Desse total, o maior contributo provém das novas medidas + Emprego e Emprego + Talento, enquadradas pela Portaria n.º 220/2024/1, de 23 de setembro, com 16 188 abrangidos face a uma meta física de 22 500, o equivalente a uma taxa de execução física de 71,9%.

No domínio do empreendedorismo, os Apoios à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) apresentam um desempenho físico expressivo, com 1 869 abrangidos a superar a meta em 41,1 p.p.

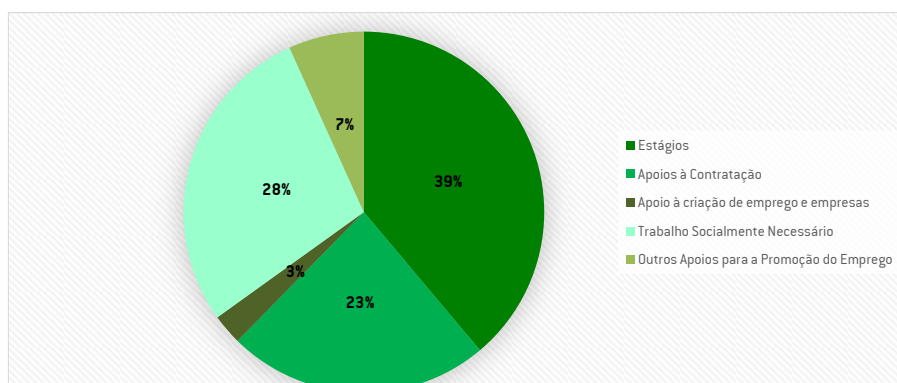
O Trabalho Socialmente Necessário constitui igualmente um dos grupos de medidas mais relevantes em termos de abrangidos, com 20 176 participantes, correspondendo a um grau de execução física de 86,6% e a uma execução financeira de 86,1%. Em 2025, esta tipologia de medidas foi reconfigurada, na sequência da criação do Programa MAIS – Medidas de Ativação e Inclusão Social [Portaria n.º 118/2025/1, de 17 de março] que revogou os anteriores Contratos Emprego-Inserção (CEI e CEI+) e introduziu um novo modelo de intervenção.

O Programa MAIS integra duas medidas complementares, a Medida +Ativação, dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e a Medida +Inclusão, destinada a beneficiários do rendimento social de inserção e a outros desempregados inscritos no IEFP.

Outras Medidas para a Promoção do Emprego, embora com menor expressão global, apresentam graus de execução física elevados (164,9%), evidenciando uma utilização intensiva e seletiva, nomeadamente no apoio à mobilidade geográfica e ao regresso de emigrantes, em linha com as prioridades de coesão territorial e valorização do capital humano.

Em síntese, o perfil Emprego apresenta a seguinte estrutura de intervenção:

GRÁFICO 4 – ESTRUTURA DAS TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO EMPREGO - % ABRANGIDOS

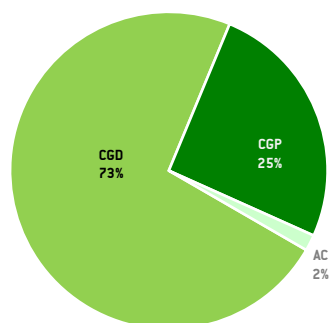


FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2025, a atividade da formação profissional alcançou um nível de execução de 110%, abrangendo 687 029 utentes, face a uma meta revista de 624 763, com uma despesa de 333,9 M€ associada, o

equivalente a 78,9% do total da dotação alocada. Face a 2024, a atividade formativa registou uma diminuição de -26 156 abrangidos, a que correspondeu uma variação homóloga de -3,7%.

GRÁFICO 5 – ESTRUTURA DO PERFIL FORMAÇÃO POR PROMOTOR - % ABRANGIDOS



De acordo com o gráfico 5, a execução da formação profissional em 2025 foi maioritariamente assegurada pelos Serviços de Formação do IEFP – Centros de Gestão Direta (CGD), que concentraram cerca de 73% dos abrangidos,

correspondendo a 501 057 formandos. Os Centros de Formação Profissional de Gestão Participada (CGP) foram responsáveis por aproximadamente 25% da formação, abrangendo 174 798 utentes, enquanto os Acordos de Cooperação com Outras Entidades (AC) representaram os restantes 2%, com 11 174 formandos, confirmando o carácter complementar desta via de intervenção.

No âmbito da Formação Inicial, desenvolvida maioritariamente pelos CGD, destacam-se os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), que abrangeram 29 456 adultos, atingindo uma execução física de 112%, com uma despesa associada de 63,2 M€.

As modalidades Vida Ativa, orientadas para adultos desempregados e dirigidas à obtenção de qualificação com vista à certificação profissional, abrangeram 87 182 utentes, com uma despesa associada de mais de 30,6 M€.

A tipologia Formação Contínua, no seu conjunto, executou 114% das metas físicas, abrangendo 190 975 ativos empregados e desempregados. Do lado da despesa, este pacote de medidas mobilizou mais de 56,8M€.

A Formação Modular, manteve-se como uma das respostas mais dinâmicas e flexíveis no âmbito da intervenção do SPE. Em 2025, foram abrangidos 59 541 indivíduos, traduzindo uma execução física de 109,8% face à meta, com uma despesa relativamente reduzida, na ordem dos 4,5 M€.

No domínio das medidas estratégicas associadas à transição climática, o programa “Trabalhos e Competências Verdes / Green Skills & Jobs” (Portaria nº 21/2023, de 6 de janeiro) abrangeu 201 formandos, correspondendo a 103,1% da meta definida, com uma despesa associada de 3,0 M€.

A Medida Certificado de Competências Digitais registou 21 857 abrangidos, alcançando uma execução de 102,6%.

QUADRO 6 – SÍNTESE DA ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025 - FORMAÇÃO

IEFP, I.P. + CGP

Un: milhares de euros

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	Execução Física			Execução Financeira			
	METAS FÍSICAS (1ª AO)	Abrangidos	GRAU EXEC (%)	Dotação Bruta	Cativos	Pagamentos	GRAU EXEC (%)*
TOTAL	624 763	687 029	110,0%	423 315,4	2,0	333 876,6	78,9%
Formação Inicial	51 092	49 616	97,1%	128 939,0	1,8	116 990,2	90,7%
Cursos de Aprendizagem - Gestão Direta	6 496	4 305	66,3%	9 904,1	0,0	8 341,9	84,2%
Cursos de Aprendizagem - Entidades Externas	8 348	7 617	91,2%	36 596,3	0,0	32 591,1	89,1%
Cursos de Aprendizagem + - Gestão Direta	6 550	5 144	78,5%	10 854,3	0,3	9 465,3	87,2%
Cursos de Educação Formação para Jovens ^[1]	0	0	-	31,0	0,0	24,0	77,5%
Cursos de Especialização Tecnológica	3 438	3 094	90,0%	3 798,3	0,0	3 354,5	88,3%
Cursos de Educação e Formação para Adultos	26 260	29 456	112,2%	67 255,0	1,5	63 213,5	93,3%
Formação Contínua	167 791	190 975	113,8%	71 421,1	0,3	56 794,6	79,5%
Projetos Locais Promotores de Qualificação de Nível B1/B2/B3	2 600	5 336	205,2%	1 423,1	0,0	226,4	15,9%
Formação Modular	54 250	59 541	109,8%	5 111,4	0,0	4 543,4	88,9%
PRO-MOV	2 530	1 719	67,9%				
Formação Modular - Vida Ativa - Entidades Externas	0	0	-	30,6	0,0	30,6	100,0%
Formação Modular - Vida Ativa - Gestão Direta	74 901	87 182	116,4%	38 151,8	0,0	30 580,1	80,2%
Vida Ativa Jovem	0	0	-	12,8	0,0	9,3	72,3%
Certificado de Competências Digitais	21 295	21 857	102,6%	5 856,5	0,0	5 160,3	88,1%
Qualificação para a Internacionalização	3 138	3 567	113,7%	2 087,7	0,3	1 914,5	91,7%
Programa Trabalhos & Competências Verdes – Gestão Direta	195	201	103,1%	323,9	0,0	52,8	16,3%
Programa Trabalhos & Competências Verdes – Entidades Externas	0	0	-	2 177,1	0,0	2 166,8	99,5%
Programa Trabalhos & Competências Verdes – Apoio Extraordinário	0	0	-	792,4	0,0	750,0	94,6%
Programa Qualifica Indústria	0	0	-	1 715,6	0,0	785,1	45,8%
UPSkills	768	120	15,6%	6 001,5	0,0	3 312,6	55,2%
Programa Qualifica ON	0	1	-	9,8	0,0	9,8	100,0%
Programa Jovem + Digital	8 114	8 333	102,7%	5 946,0	0,0	5 512,7	92,7%
Plano de Formação - CT - Lay-off	0	3 112	-	1 750,4	0,0	1 710,2	97,7%
Programa FormAlgarve	0	6	-	30,4	0,0	30,1	98,8%
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	27 250	43 345	159,1%	5 944,9	0,0	4 746,3	79,8%
Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) ^[2]	27 250	43 345	159,1%	5 944,9	0,0	4 746,3	79,8%
Centros Qualifica - Inscritos no ano ^[3]	0	45 202	-				
Centros Qualifica - Encaminhamentos	27 250	43 345	159,1%				
Centros Qualifica - Certificados Emitidos ^[3]	0	5 941	-				
Formação para a Inclusão	22 714	21 867	96,3%	8 465,6	0,0	6 330,7	74,8%
Programa Português para Todos	22 714	21 867	96,3%	8 465,6	0,0	6 330,7	74,8%
Outras Medidas de Formação	196 716	195 254	99,3%	58 590,3	0,0	39 176,3	66,9%
Cheque Formação	25 600	44 344	173,2%	3 797,1	0,0	2 693,5	70,9%
Programa Emprego + Digital 2025	167 735	147 042	87,7%	53 851,7	0,0	34 601,2	64,3%
E+D 2025 - Emprego + Digital (PRR)	147 500	135 666	92,0%	44 358,8	0,0	30 331,4	68,4%
Emprego + Digital 2025 - Medida Emprego + Digital - Gestão Direta	20 000	7 686	38,4%				
Emprego + Digital 2025 - Medida Emprego + Digital - Entidades Externas	137 500	127 980	93,1%				
E+D 2025 - Cheque Formação + Digital (PRR)	6 000	6 418	107,0%	4 841,0	0,0	4 269,8	88,2%
E+D 2025 - Líder + Digital	8 235	2 154	26,2%	4 017,0	0,0	847,5	21,1%
Emprego + Digital 2025- Formador + Digital	6 000	2 804	46,7%	635,0	0,0	347,8	54,8%
Formação de Formadores	3 381	3 853	114,0%	941,6	0,0	686,3	72,9%
Campeonato das Profissões	0	15	-	0,0	0,0	0,0	-
Outras Rubricas de Suporte à Atividade Formativa	0	0	-	32 163,9	0,0	2 604,5	8,1%
Um novo Impulso para a Formação Profissional	0	0	-	29 416,2	0,0	0	0,0%
Entidade Contratante - Contribuições para a Segurança Social	0	0	-	2 747,7	0,0	2 604,5	94,8%
TOTAL IEFPP, IP - FORMAÇÃO PROFISSIONAL	465 563	501 057	107,6%	305 524,7	2,0	226 642,7	74,2%
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - FORMAÇÃO PROFISSIONAL	147 390	174 798	118,6%	108 253,5	0,0	98 595,6	91,1%
AÇÕES EM COOPERAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES	11 810	11 174	94,6%	9 537,2	0,0	8 638,3	90,6%

Fonte: SIG extração de 31-12-2025 em 31-01-2026 e Eboard Conta de Gerência de 31-12-2025 em 31-03-2026

^[1] Execução relativa ao projeto socioeducativo Arco Maior em que o IEFPP é uma das entidades parceiras do projeto, sendo responsável pela colocação formador

^[2] A execução física desta medida é apurada pelo nº de encaminhamentos

^[3] Atividade complementar sobre a atividade dos CO não sendo somada para o total da execução desenvolvida pelo IEFPP+CGP.

* O grau de execução financeiro é líquido das cativações decorrentes da LEO e DLEO.

No âmbito do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências apurado pelo número de encaminhamentos dos Centros Qualifica integrados nos CGD, foi dada resposta a 43 345 adultos, face a uma meta de 27 250, com vista à sua qualificação por via da valorização de competências adquiridas ao longo da vida, satisfazendo 159,1% das metas estabelecidas.

No âmbito dos Projetos Locais promotores de Qualificação de Nível B1/B2/B3, financiada pelo PRR, destinada a todos os/as adultos/as com nível de escolaridade inferior ao 9º ano ou sem escolaridade, que pretendam aumentar a sua qualificação na literacia, numeracia e competências digitais, com o intuito de concretizar a certificação escolar do 4º (B1), 6º (B2) e 9º (B3) anos. Foram abrangidas 5 336 pessoas

nestes projetos, contribuindo para reforço das competências de literacia, numeracia e digitais e para a certificação escolar destes públicos.

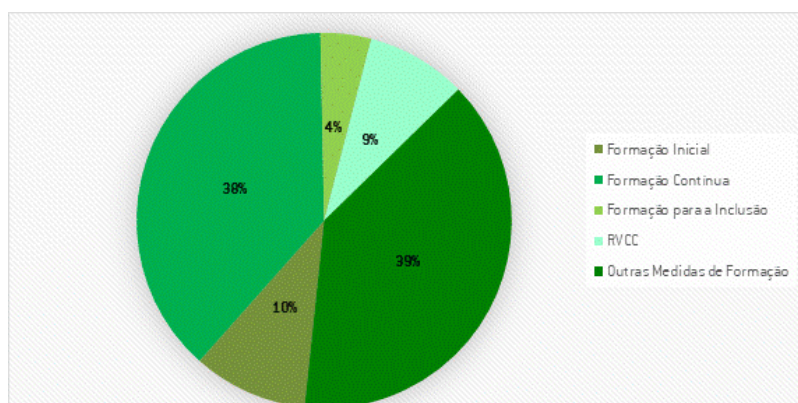
No que respeita aos públicos mais vulneráveis face ao mercado de trabalho, no seu todo, foram abrangidas 21 867 pessoas, o equivalente a uma taxa de execução física de 96,3% e a implicar uma despesa de 6,3 M€. Em 2025, esta tipologia de medidas é representada exclusivamente pelo Programa Português Língua de Acolhimento, resultante de uma maior procura por parte da população imigrante em crescimento no país, por via da aprendizagem da língua do país acolhimento enquanto instrumento privilegiado de integração social e profissional.

Na tipologia Outras Medidas da Formação, destaca-se a modalidade Cheque Formação, que em 2025 abrangeu 44 344 empregados, face a uma meta de 25 600, o que representa uma execução física de 173%, com uma despesa associada de 2,7 M€.

Merece ainda referência o Programa EMPREGO + DIGITAL 2025, financiado pelo PRR, que em 2025 beneficiou 147 042 abrangidos nas suas diferentes medidas, correspondente a uma execução física de 88%, com uma despesa associada de cerca de 34,6 M€, continuando a desempenhar um papel relevante no reforço das competências digitais dos ativos empregados e na promoção da adaptação às exigências emergentes da transição digital.

Em síntese, o perfil Formação Profissional apresenta a seguinte estrutura de intervenção:

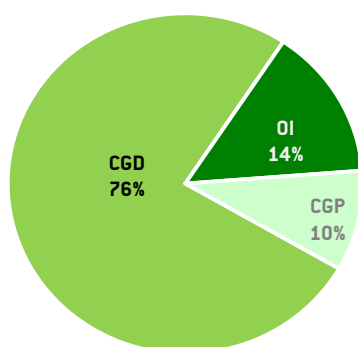
GRÁFICO 6 – ESTRUTURA DOS SUBPERFIS DE INTERVENÇÃO DA FORMAÇÃO - % ABRANGIDOS



REABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2025, a atividade da Reabilitação atingiu 112,6% das metas definidas, abrangendo 41 126 pessoas com deficiência, face a uma meta revista de 36 531. A despesa associada totalizou 67,1 M€, correspondendo a um grau de execução financeira de 93,0%. Relativamente a 2024, foram abrangidas mais 3 285 pessoas portadoras de deficiência, o equivalente a uma variação homóloga de +8,7%.

GRÁFICO 7 – ESTRUTURA DO PERFIL REABILITAÇÃO POR PROMOTOR - % ABRANGIDOS



A estrutura física da Reabilitação distribui-se maioritariamente pelos CGD, correspondente a 31 250 PCDI (pessoas com deficiência ou incapacidade); 3 927 referem-se aos abrangidos dos CGP da Reabilitação Profissional e os restantes 5 949 dizem respeito a abrangidos no âmbito do financiamento comunitário

de que o IEPF se apresenta como Organismo Intermédio [OI].

No que respeita à execução por tipologia de intervenção, verifica-se que todos superaram as metas físicas estabelecidas. Destacamos com níveis mais elevados de cumprimento das metas físicas, a formação específica com uma execução de 147,8%.

Por medida, o destaque vai para o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) a conceder mais 206 produtos de apoio face ao estimado (280), o equivalente a um grau de execução física de 174%; para o Emprego Apoiado em Mercado Aberto, com 4 647 de abrangidos, +26,8 p.p. face à meta estabelecida e o Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação, com 115% de execução face à meta.

Enquanto Organismo Intermédio, nesta área, o IEPF abrangiu, como se referiu, 5 949 beneficiários desta medida, o equivalente a 91,6% de cumprimento da meta estabelecida.

A execução financeira dos Centros de Reabilitação de Gestão Direta alcançou os 92,2% com uma despesa associada de 58,4 M€. Os Centros de Gestão Participada executaram quase na totalidade as dotações alocadas (98,3%), o equivalente a uma despesa de 8,7 M€.

QUADRO 7 – SÍNTESE DA ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025 - REABILITAÇÃO

IEFP, I.P. + CGP		Un: milhares de euros					
REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Execução Física			Execução Financeira			
	METAS FÍSICAS (1ª AO)	Abrangidos	GRAU EXEC (%)	Dotação Bruta	Cativos	Pagamentos	GRAU EXEC (%)*
TOTAL	36 531	41 126	112,6%	72 140,5	6,0	67 076,8	93,0%
Diagnóstico, Orientação e Formação	8 500	12 567	147,8%	12 631,0	0,0	11 652,7	92,3%
Informação, Avaliação e Orientação para a Qualificação e o Emprego	8 500	9 261	109,0%	2 259,4	0,0	1 959,9	86,7%
Formação para Pessoas com Deficiência - Ações em Cooperação	0	3 306	-	10 371,6	0,0	9 692,8	93,5%
Apoio à Inserção e Colocação	11 890	13 618	114,5%	15 882,1	0,0	13 796,4	86,9%
Contrato Emprego - Inserção para Pessoas c/ Deficiência e incapacidade ⁽¹⁾	3 275	2 989	91,3%				
Contrato Emprego Inserção (PCDI) ⁽¹⁾	115	73	63,5%				
Contrato Emprego Inserção + (PCDI) ⁽¹⁾	3 160	2 916	92,3%				
Programa MAIS - Medida + Ativação (PCDI) ⁽¹⁾	0	20	-				
Programa MAIS - Medida + Inclusão (PCDI) ⁽¹⁾	0	794	-				
Adaptação de Postos de Trabalho e Eliminação de Barreiras Arquitetónicas	0	0	-	20,2	0,0	3,5	17,5%
Apoio à Colocação e Acompanhamento Pós-Colocação	7 170	8 248	115,0%	3 649,3	0,0	3 121,7	85,5%
Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA)	280	486	173,6%	5 700,0	0,0	5 369,5	94,2%
Estágio de Inserção para Pessoas c/ Deficiência e Incapacidade	1 165	1 081	92,8%	6 512,6	0,0	5 301,7	81,4%
Emprego Protegido	3 858	4 833	125,3%	33 980,4	0,0	32 709,9	96,3%
Emprego Protegido	193	186	96,4%	2 138,7	0,0	1 839,5	86,0%
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	3 665	4 647	126,8%	31 841,7	0,0	30 870,4	96,9%
Outros Apoios	205	232	113,2%	796,9	6,0	219,4	27,7%
Prémio de Mérito/Marca Entidade Empregadora Inclusiva	0	0	-	96,9	6,0	34,2	37,6%
OED Lisboa	205	232	113,2%	700,0	0,0	185,2	26,5%
TOTAL IEFP, IP - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	24 453	31 250	127,8%	63 290,5	6,0	58 378,4	92,2%
ORGANISMO INTERMÉDIO - REABILITAÇÃO ⁽²⁾	6 497	5 949	91,6%	0,0	0,0	0,0	-
CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA - REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	5 581	3 927	70,4%	8 850,0	0,0	8 698,4	98,3%

Fonte: SIG extração de 31-12-2025 em 31-01-2026 e Eboard Conta de Gerência de 31-12-2025 em 31-03-2026

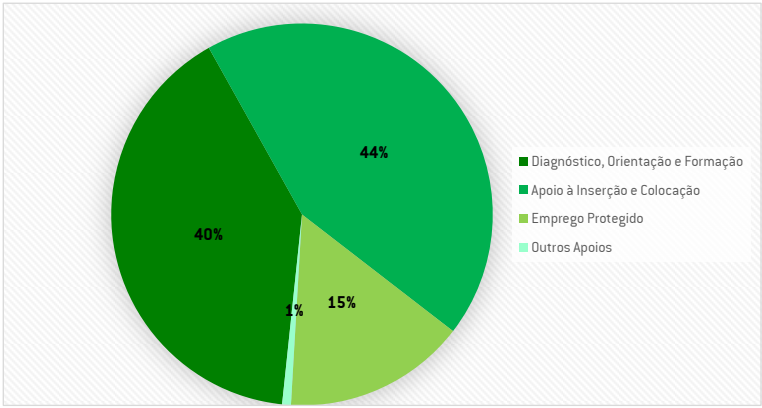
⁽¹⁾ A execução financeira é apurada nas respectivas medidas gerais (perfil Emprego).

⁽²⁾ O financiamento da atividade executada foi integralmente assumido pelo POISE, POCH e PO 's regionais.

* O grau de execução financeiro é líquido das cativações decorrentes da LEO e DLEO.

Em síntese, o perfil Reabilitação Profissional apresenta a seguinte estrutura de intervenção:

GRÁFICO 8 – ESTRUTURA DAS TIPOLOGIAS DE MEDIDAS DA REABILITAÇÃO - % ABRANGIDOS



OUTROS INDICADORES COMPLEMENTARES PREVISTOS NO PLANO DE ATIVIDADES

Para além dos abrangidos nas diferentes tipologias de medidas de emprego, formação e reabilitação profissional, há ainda a destacar alguns indicadores específicos, que pretendem dar resposta a compromissos assumidos quer a nível interno, quer a nível externo.

No que respeita ao Programa Integrar que tem como destinatários os imigrantes inscritos no IEFP, foi definido o indicador “Taxa de sucesso da intervenção do SPE” que pretende medir o impacto que a

intervenções gerais de específicas para os utentes imigrantes na integração no mercado de trabalho, verificando-se que 55,9% dos imigrantes que foram alvo de intervenção no período de setembro de 2024 [data da entrada em vigor do Programa Integrar] e junho de 2025 obtiveram um emprego num período de “até 6 meses” após a intervenção, apresentando desta forma um resultado positivo, com uma taxa de realização de 100%.

QUADRO 8 – SÍNTESE DA ATIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA EM 2025 - REABILITAÇÃO

Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Taxa de sucesso da intervenção do SPE no âmbito do Programa Integrar	60,0%	9,0%	$\frac{\sum (\text{Desempregados imigrantes colocados} + \text{autocolocados}) \text{ alvo de intervenção do SPE entre set/24 e dez/25}}{\sum (\text{Desempregados imigrantes alvo de intervenção do SPE entre set/24 e jun/25})} \times 100$	55,9%	100,0%	-4,1%
% Jovens NEET com resposta positiva até 4 meses após sinalização GJ	35,0%	5,0%	$\frac{\text{Nº de jovens NEET integrados em oferta GJ até 4 meses após sinalização na GJ}}{\text{Nº de jovens NEET integrados em oferta GJ}} \times 100$	28,0%	93,2%	-7,0%
% DLD com AIE até 18 meses de inscrição	5,0%	1,0%	$\frac{\text{Nº de desempregados c/ 30 ou + anos e AIEe tempo inscrição} < 18 \text{ meses}}{\text{Nº de desempregados c/ 30 ou + anos e tempo inscrição} < 18 \text{ meses}} \times 100$	1,5%	36,8%	-3,5%

No que respeita à % de **jovens NEET** sinalizados na Garantia Jovem e com resposta positiva até 4 meses após essa sinalização, verifica-se que não se atingiu a meta proposta por 7 p.p., sendo a taxa de realização de 93,2%. Este resultado poderá estar associado às alterações efetuadas no último quadrimestre de 2024 às medidas de estágios, designadamente interregnos nas candidaturas e alterações de regras. A título de exemplo, nos estágios integrar os jovens têm de deter o nível 4 de qualificação, deixando de ser elegíveis os jovens com o 12º ano no ensino regular, sendo esses um dos públicos da Garantia Jovem que está a fazer a transição da escola para o mercado de trabalho. Por outro lado, também se torna difícil apresentar respostas de formação profissional adequadas em tempo útil, quer para os jovens menos qualificados, muitas vezes desmotivados, quer para os jovens com ensino superior cuja proporção no desemprego tem vindo a aumentar.

No que respeita aos **desempregados de longa duração (DLD)** e à elaboração do Acordo de Integração no Emprego (AIE) até perfazerem os 18 meses de inscrição, apenas 1,5% destes desempregados têm um AIE aos 18 meses de inscrição, o que associamos a facto de haver muitas situações em que existem hiatos temporais em que a pessoa está “ocupada” numa medida ativa de emprego ou está temporariamente indisponível para aceitação de uma oferta de emprego, sem que essa situação origine uma interrupção da contagem do tempo de inscrição, mas que impossibilita a avaliação da situação no período definido (entre os 12 e os 18 meses) e a consequente definição do AIE. Por outro lado, o AIE pressupõe que não sejam apenas incluídas respostas do IEFP, mas sim que se proceda a um diagnóstico mais exaustivo das dificuldades de inserção, que em muitos casos implicam a articulação com outros organismos, como a área da saúde ou da segurança social.

III.1. 2. atividade não operacional

Em conformidade com os objetivos não operacionais definidos no Plano de Atividades de 2025, nomeadamente no âmbito da acessibilidade, valorização patrimonial e eficiência energética das instalações do IEFP, apresenta-se de seguida uma breve avaliação do grau de execução das principais iniciativas desenvolvidas e dos respetivos resultados alcançados.

A execução das iniciativas enquadradas no *Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos – Acessibilidades 360º – Instalações IEFP* evidenciou, ao longo de 2025, o reforço do compromisso do IEFP com a promoção da acessibilidade e da inclusão no acesso aos serviços públicos. Neste âmbito, foram realizadas avaliações ao cumprimento dos requisitos de acessibilidade em diversos imóveis e desenvolvidas intervenções destinadas à melhoria das condições de acesso e utilização dos edifícios por pessoas com mobilidade condicionada. O grau de execução dos objetivos definidos apresentou resultados globalmente positivos, verificando-se o cumprimento das metas previstas para a avaliação de imóveis e para a elaboração do relatório anual de acessibilidades. No entanto, ao nível das intervenções concretizadas no âmbito das candidaturas aprovadas do PIEP, registou-se um ligeiro desvio face à meta inicialmente estabelecida, justificado pelo facto de três das candidaturas aprovadas terem sido integradas em empreitadas PRR já em curso, condicionando a execução autónoma inicialmente prevista.

QUADRO 9 – PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS – ACESSIBILIDADES 360º

OP Garantir o cumprimento das metas definidas para 2025 no Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos - Acessibilidades 360º - Instalações IEFP									
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio	
% imóveis c/ avaliação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade	10,0%	2,0%	20,0%	-	$[\sum \text{nº imóveis com avaliação do cumprimento dos requisitos de acessibilidade} / \sum \text{nº imóveis}] \times 100$	10,1%	100,0%	0,1%	
Taxa de realização do Relatório anual de acessibilidades IEFP	90,0%	5,0%	100,0%	-	Grau de realização do relatório, considerando-se 90% a proposta preliminar do relatório anual	90,0%	100,0%	0,0%	

Fonte, IEFP, IS-IN

No âmbito do *Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEFP – 2025-2035*, prosseguiram ações de monitorização, reabilitação, valorização e gestão documental do património imobiliário, com enfoque na otimização da utilização dos recursos físicos e na melhoria das condições funcionais e operacionais das instalações. As metas associadas à avaliação de imóveis, atualização documental, valorização patrimonial e monitorização através de sistemas de informação apresentaram níveis de execução satisfatórios e, em alguns indicadores, superiores ao previsto, nomeadamente ao nível da digitalização de processos patrimoniais e da monitorização de imóveis. Destaca-se igualmente a conclusão de intervenções de reabilitação e valorização patrimonial que contribuíram para reforçar a eficiência da gestão patrimonial do IEFP. Relativamente ao Programa de Aquisição e Alienação, verificou-se um desvio na componente de aquisição de imóveis, decorrente da inexistência de aquisições previstas para 2025, enquanto a alienação patrimonial superou a meta inicialmente definida, em resultado da concretização de uma alienação num universo de duas previstas.

QUADRO 10 – PROGRAMA DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DO IEPF – 2025-2035

OP Garantir o cumprimento das metas definidas para 2025 no Programa de Gestão Patrimonial integrado no Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEPF – 2025-2035								
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
% de imóveis avaliados anualmente	10,0%	2,0%	20,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis avaliados} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	10,0%	100,0%	0,0%
% de imóveis com documentação completa e atualizada	10,0%	2,0%	20,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis c/ documentação completa e atualizada} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	9,5%	100,0%	-0,5%
% de espaços ocupados de forma eficiente	5,0%	1,0%	10,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{de planos de ocupação e conservação implementado} / \sum \text{n}^\circ \text{de efetivos}] \times 100$	11,1%	130,6%	6,1%
OP Garantir o cumprimento das metas definidas para 2025 no Programa de Valorização Patrimonial integrado no Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEPF – 2025-2035								
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
% de imóveis valorizados anualmente	10,0%	2,0%	20,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis valorizados} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	8,5%	100,0%	-1,5%
% de projetos de reabilitação concluídos	5,0%	1,0%	10,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{projetos de reabilitação concluídos} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	6,3%	106,7%	1,3%
OP Garantir o cumprimento das metas definidas para 2025 no Programa de Aquisição e Alienação integrado no Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEPF – 2025-2035								
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
% de adquiridos face aos imóveis identificados ao abrigo do Programa de Aquisição e Alienação	25,0%	3,5%	50,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis adquiridos} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis identificados para aquisição}] \times 100$	n.a.	-	-
% de imóveis alienados face aos imóveis identificados para alienação ao abrigo do Programa de Aquisição e Alienação	20,0%	3,0%	40,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis alienados} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis identificados para alienação}] \times 100$	50,0%	137,5%	30,0%
OP Garantir o cumprimento das metas definidas para 2025 no Programa de Monitorização e Sistema de Informação integrado no Programa de Gestão e Valorização Patrimonial do IEPF – 2025-2035								
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
% de imóveis monitorizados através de sistemas de informação	20,0%	10,0%	40,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis monitorizados} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	37,0%	121,3%	17,0%
% de imóveis para os quais foram gerados relatórios de monitorização	20,0%	10,0%	40,0%	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{de imóveis com relatórios de monitorização} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	37,0%	121,3%	17,0%

n.a. = Não aplicável, não foi prevista aquisição de qualquer imóvel para 2025

Fonte, IEPF, IS-IN

No domínio da sustentabilidade ambiental e energética, o IEPF deu continuidade à implementação das medidas previstas no *Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (triénio 2025-2027)*, através da adoção de iniciativas destinadas à redução do consumo energético e à melhoria da eficiência na utilização de recursos. As ações desenvolvidas contribuíram para a diminuição da pegada ambiental das instalações e para a consolidação de práticas de gestão mais sustentáveis, alinhadas com os objetivos nacionais de transição climática e eficiência energética na Administração Pública. O grau de execução do objetivo associado à redução do consumo de energia primária ficou muito próximo da meta estabelecida para 2025, registando apenas um ligeiro desvio, explicado pelo atraso na conclusão da Medida de Racionalização Energética e Eficiência Energética (MER EE), inicialmente prevista para janeiro de 2025 e concluída apenas em fevereiro de 2025, o que condicionou parcialmente os resultados alcançados no período em análise.

QUADRO 11 – PLANO DE EFICIÊNCIA E DESCARBONIZAÇÃO ECO.AP 2030 (TRIÉNIO 2025-2027)

OP Reduzir o consumo de recursos energéticos, híbridos e de materiais no âmbito do Plano de Eficiência e Descarbonização ECO.AP 2030 (triénio 2025-2027)								
Indicadores	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Valor da redução do consumo de energia primária (tep)	0,89	10,0%	1,78	-	$[\sum \text{n}^\circ \text{imóveis monitorizados} / \sum \text{n}^\circ \text{de imóveis}] \times 100$	80,8%	100,0%	-0,08

Fonte, IEPF, IS-IN

III.2. CUSTOS UNITÁRIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

QUADRO 12 – CUSTOS HORA/FORMANDO – CENTROS DE GESTÃO DIRETA*

CENTROS	Formandos	Vol. Formação	Custos	Custo /Hora /Formando (€)	Número de Técnicos**	Número Total de Recursos Humanos	Volume por Técnico	Volume por Total de RH
BRAGA	12 869	1 810 026	13 271 136,14	7,33	74	78	24 460	23 205
BRAGANÇA	3 429	654 629	5 105 859,77	7,80	31	33	21 117	19 837
PORTO	24 692	3 560 097	23 339 974,55	6,56	92	98	38 697	36 328
ENTRE DOURO E VOUGA	6 648	914 287	7 071 554,19	7,73	45	47	20 317	19 453
VILA REAL	8 554	1 300 050	9 318 707,47	7,17	57	61	22 808	21 312
VIANA CASTELO	9 942	1 397 391	8 307 139,36	5,94	34	36	41 100	38 816
ALTO TAMEGA	2 513	336 979	3 082 126,84	9,15	22	28	15 317	12 035
V.N.GAIA	9 876	1 834 667	12 377 847,21	6,75	37	38	49 586	48 281
DR NORTE	78 523	11 808 126	82 438 818,93	6,98	392	419	30 123	28 182
ÁGUEDA	5 256	595 923	4 421 437,76	7,42	35	39	17 026	15 280
COIMBRA	8 400	1 378 670	9 463 872,62	6,86	65	74	21 210	18 631
CASTELO BRANCO	5 043	710 134	5 471 564,62	7,70	34	41	20 886	17 320
AVEIRO	9 014	1 101 302	7 494 739,39	6,81	49	52	22 476	21 179
LEIRIA	7 304	840 399	6 883 489,72	8,19	41	44	20 498	19 100
VISEU	7 926	1 129 604	7 687 002,25	6,81	49	54	23 053	20 919
GUARDA	3 790	481 950	4 308 527,93	8,94	28	29	17 213	16 619
DR CENTRO	46 733	6 237 982	45 897 898,91	7,36	301	333	20 724	18 733
VILA FRANCA XIRA	10 947	1 355 773	8 412 010,98	6,20	43	47	31 530	28 846
LISBOA	13 435	1 880 355	11 415 363,85	6,07	35	38	53 724	49 483
SANTARÉM	10 374	1 362 174	8 296 894,35	6,09	45	50	30 271	27 243
SEIXAL	12 348	1 791 278	12 112 695,77	6,76	61	66	29 365	27 141
MÉDIO TEJO	8 019	1 128 087	8 170 991,54	7,24	40	44	28 202	25 638
SINTRA	11 037	1 612 411	9 127 025,30	5,66	42	45	38 391	35 831
SETÚBAL	9 861	1 429 749	9 433 653,11	6,60	50	54	28 595	26 477
AMADORA	12 327	1 659 937	10 690 392,97	6,44	53	60	31 320	27 666
ALCOITÃO***	10 312	1 438 508	870 021,91	0,60	44	47	32 693	30 607
DR LISBOA VT	98 660	13 658 272	83 162 443,35	6,09	413	451	33 071	30 284
BEJA	4 259	471 625	4 527 895,00	9,60	40	46	11 791	10 253
ÉVORA	5 587	785 518	5 117 622,85	6,51	47	51	16 713	15 402
PORTALEGRE	3 295	427 956	4 229 843,72	9,88	32	35	13 374	12 227
ALENTEJO LITORAL	3 653	486 024	4 541 803,28	9,34	22	28	22 092	17 358
DR ALENTEJO	16 794	2 171 123	18 307 450,12	8,43	141	160	15 398	13 570
FARO	8 551	799 608	6 305 569,76	7,89	37	42	21 611	19 038
BARLAVENTO	6 482	603 926	4 301 508,61	7,12	14	15	43 138	40 262
DR ALGARVE	15 033	1 403 534	10 613 343,40	7,56	51	57	27 520	24 623
TOTAL IEFP	255 743	35 279 037	242 142 664,13	6,86	1298	1420	27 180	24 844

*Inclui a correspondente actividade formativa desenvolvida pelos Centros de Emprego e Formação Profissional e CFRP de Alcoitão. Exclui as medidas ou modalidades de formação que envolvam Entidades Externas e medidas de execução manual.

** Inclui as seguintes categorias profissionais tendo em conta a revisão carreiras: Técnico Superior; Informático; Assistente Técnico.

*** Só apura custos indiretos.

Nota: Em 2025 foi excluído da análise o CEFP do Pinhal Interior Norte por não apresentar técnicos nas categorias acima referidas afetos à atividade formativa

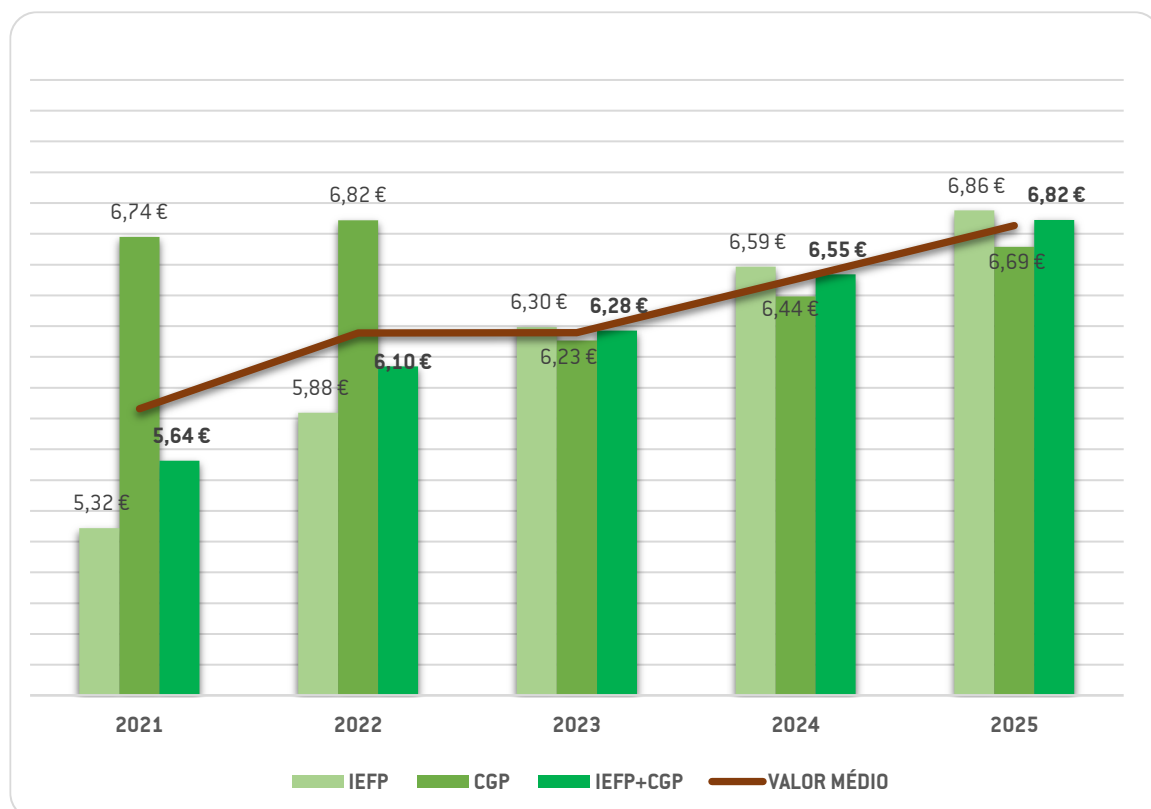
QUADRO 13 – CUSTOS HORA/FORMANDO – CENTROS DE GESTÃO PARTICIPADA*

CENTROS	Formandos	Vol. Formação	Custos	Custo /Hora /Formando (€)	Número de Técnicos**	Número Total de Recursos Humanos	Volume por Técnico	Volume por Total de RH
CEARTE	4 897	336 354	2 452 435	7,29	21	36	16 017	9 343
CECOA	7 118	370 041	2 340 767	6,33	18	39	20 558	9 488
CEFOSAP	9 576	397 236	3 422 056	8,61	21	38	18 916	10 454
CENCAL	4 159	220 910	1 987 020	8,99	22	36	10 041	6 136
CENFIM	13 373	2 617 775	17 738 031	6,78	57	151	45 926	17 336
CENJOR	4 594	123 646	672 505	5,44	3	12	41 215	10 304
CEPRA	3 416	388 424	2 838 625	7,31	28	53	13 872	7 329
CFPIC	2 240	308 786	3 398 884	11,01	35	55	8 822	5 614
CFPIMM	3 183	271 264	2 121 809	7,82	22	30	12 330	9 042
CFPSA	7 055	494 269	3 623 265	7,33	40	58	12 357	8 522
CICCPON	6 208	419 268	4 958 864	11,83	67	129	6 258	3 250
CINCORK	2 446	163 538	1 349 134	8,25	11	19	14 867	8 607
CINDOR	2 860	199 247	1 785 254	8,96	16	23	12 453	8 663
CINEL	5 105	757 868	4 266 102	5,63	18	36	42 104	21 052
CINFU	4 352	159 942	1 351 970	8,45	19	23	8 418	6 954
CITEFORMA	2 915	304 926	2 095 419	6,87	21	29	14 520	10 515
CPJUSTIÇA	3 808	701 132	3 798 728	5,42	24	35	29 214	20 032
FOR-MAR	10 420	653 224	5 236 657	8,02	38	99	17 190	6 598
INOVINTER	9 091	872 135	3 790 377	4,35	23	55	37 919	15 857
MODATEX	21 818	1 528 334	3 433 737	2,25	69	96	22 150	15 920
CESAE DIGITAL	4 896	801 600	5 028 962	6,27	27	42	29 689	19 086
CTE	1 528	49 808	814 309	16,35	6	12	8 301	4 151
CCES	4 014	137 975	627 788	4,55	39	46	3 538	2 999
TOTAL CGP	139 072	12 277 702	82 101 619	6,69	645	1152	19 035	10 658

* Exclui as seguintes medidas: RVCC, Outras Atividades e Prestação de Serviços ao IEFP.

** Inclui as seguintes categorias profissionais: Técnico Superior e Técnico de Formação

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DA FORMAÇÃO NOS ÚLTIMOS 5 ANOS



IV.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, no presente capítulo do Relatório de Atividades procedemos à autoavaliação do QUAR 2025 e que inclui, para além dos resultados:

- a apreciação por parte dos utilizadores no âmbito da atividade desenvolvida pelos serviços de emprego do IEFP;
- a avaliação dos sistemas de controlo interno;
- O IEFP no contexto da Rede Europeia dos SPE;
- as causas de incumprimentos nas situações em que os resultados se apresentam insuficientes;
- a adoção de propostas para a melhoria do desempenho do IEFP.

Neste contexto, importa realçar qual a Missão, Visão e Valores do IEFP, enquanto SPE.

MISSÃO:

O IEFP é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

VISÃO:

O IEFP como potenciador do encontro entre a procura e a oferta de emprego, garantindo um serviço de rigor, qualidade, rapidez e eficácia, que se adegue continuamente às necessidades e expectativas dos seus utentes.

VALORES:

FIGURA 2 – VALORES



IV.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

De acordo com os objetivos estratégicos constituintes do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR, o IEFP, enquanto órgão executor das políticas ativas de emprego definidos no Plano de Atividades para o ano de 2025, a atividade executada pelo IEFP tinha de levar em conta as orientações do Grupo de Trabalho do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços:

- a) Objetivos de boa gestão dos trabalhadores;
- a) Objetivos relacionados com a avaliação dos serviços pelos cidadãos;
- b) Medidas previstas no programa SIMPLEX, quando aplicável;
- c) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- d) Projetos decorrentes do Orçamento Participativo Portugal (OPP), quando aplicável;
- e) Estratégia para a inclusão das pessoas com deficiência;
- f) Implementação de ações no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário, cuja inclusão no QUAR não era obrigatória;
- g) Programa de Eficiência de Recursos da Administração Pública (ECO.AP), cuja inclusão no QUAR não era obrigatória.

Neste âmbito salienta-se que, no caso do IEFP:

- Não foi prevista qualquer medida ou projeto do programa SIMPLEX e do OPP;
- As ações previstas no âmbito do Programa de Gestão do Património Imobiliário e do Programa ECO-AP não foram incluídas no QUAR 2025, mas fizeram parte integrante do Relatório de Atividades, estando os seus resultados evidenciados no ponto III.1.2 – Atividade não Operacional;
- Foram identificados objetivos operacionais associados a três ODS mais diretamente ligados à missão do IEFP:

ODS 4 – Educação de Qualidade;

ODS 8 – Trabalho digno e crescimento económico;

ODS 10 – Reduzir desigualdades.

FIGURA 3 – RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS QUAR E ODS



Sendo assim, no ciclo de gestão para 2025 foram definidos **6** objetivos estratégicos (OE), materializados em **15** objetivos operacionais (OP), operacionalizados, por sua vez, em **33** indicadores de desempenho de acordo com o esquema da página seguinte:

FIGURA 4 – ESTRUTURA DO QUAR PARA O CICLO DE GESTÃO 2025

PARÂMETRO EFICÁCIA

OE1 - Promover o emprego e a qualidade do emprego

- OP1 - Captar ofertas de emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho
- OP2 - Utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade do emprego dos utentes que recorrem ao serviço público de emprego

OE2- Implementar medidas de combate ao desemprego, em especial do desemprego jovem e do desemprego de longa duração

- OP3 - Abranger desempregados em medidas ativas de Emprego e Formação Profissional

OE3 - Promover a (re)qualificação e a (re)inserção profissional das pessoas com deficiência

- OP4 - Abranger pessoas com deficiência em medidas de Reabilitação Profissional

OE4 - Apoiar o reforço das competências e da empregabilidade dos portugueses, nomeadamente nas áreas digital e climática

- OP5 - Apoiar o reforço das competências dos cidadãos, nomeadamente nas áreas digital, climática, industrial e social
- OP6 - Reforçar as competências e a empregabilidade dos formandos/estagiários

OE6 - Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego, tornando-o mais simples, mais acessível e mais transparente

- OP7 - Garantir o cumprimento das metas contratualizadas no âmbito dos projetos PRR

PARÂMETRO EFICIÊNCIA

OE6 - Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego, tornando-o mais simples, mais acessível e mais transparente

- OP8 - Maximizar a receita proveniente de fundos comunitários
- OP9 - Promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais
- OP10 - Promover o acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional

PARÂMETRO QUALIDADE

OE5 - Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano do Ministério

- OP11 - Promover a qualificação profissional dos trabalhadores

OE6 - Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego, tornando-o mais simples, acessível e mais transparente ao cidadão

- OP12 - Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal
- OP13 - Garantir o bem-estar dos trabalhadores no seu local de trabalho, prevenindo Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
- OP14 - Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços
- OP15 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados

IV.3. RECURSOS DISPONÍVEIS

IV.3.1 Recursos Humanos Disponíveis

Para o desenvolvimento das suas atividades e prossecução dos seus objetivos, o IEFP, I.P. contou em 2025 com **3 747** trabalhadores. Verificou-se que o número de pontos executados relativos aos recursos humanos foi inferior ao planeado, o que resultou num desvio negativo [-14,2%].

QUADRO 14 – RECURSOS HUMANOS

DESIGNAÇÃO	Pontuação CCAS	Pontuação efetivos planeados 2025			Pontuação efetivos Executados 2025			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	9	2070	180	7	1610	140	-2	77,8%	77,8%
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	325	74750	5200	305	70150	4880	-20	93,8%	93,8%
Técnico Superior	12	3219	740370	38628	2804	644920	33648	-415	87,1%	87,1%
Especialista de Informática	12	18	4140	216	13	2990	156	-5	72,2%	72,2%
Coordenador Técnico	9	1	230	9	1	230	9	0	100,0%	100,0%
Técnico de informática	8	8	1840	64	7	1610	56	-1	87,5%	87,5%
Assistente Técnico	8	634	145820	5072	531	122130	4248	-103	83,8%	83,8%
Assistente Operacional	5	153	35190	765	79	18170	395	-74	51,6%	51,6%
		4 367	1 004 410	50 134	3 747	861 810	43 532	-620	86,83%	85,80%

Fonte: IEFP, DRH

No Balanço Social de 2025, do total de trabalhadores, 2 746 são mulheres e 1 001 homens, verificando-se assim, uma alta taxa de feminização de cerca de 73,3%.

No respeitante aos grupos etários preponderantes, em 2025, salienta-se que 82,4% dos trabalhadores tinha entre 45 e 64 anos, apresentando uma taxa de envelhecimento na ordem dos 46,52%. Apenas 216 trabalhadores estão na faixa etária abaixo dos 40 anos.

Em 2025, da totalidade de processos de recrutamento lançados, apenas ficaram por preencher 30 postos de trabalho.

Consta-se que, atualmente, a carreira profissional com maior representatividade corresponde a Técnico Superior com 2 804 trabalhadores.

O número de trabalhadores que participou em ações de formação em 2025 foi de 3 761, correspondendo a 100,4% do universo total de trabalhadores considerado no âmbito do Balanço Social. Nesta análise são considerados todos os trabalhadores que frequentaram formação no ano em análise.

IV.3.2 Recursos Financeiros Disponíveis

O Orçamento de Estado para 2025 foi aprovado pela Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro, conferindo ao IEFP uma dotação da despesa de 1.483,4 M€ bem como receita em 1.487,4 M€.

No decurso da execução, o Orçamento foi incrementado na receita, via incorporação de saldos transitados em 528,6 M€, que incluem 165,6 M€ devolvidos ao IGFSS, I. P, nos termos do art. 64.º da Lei nº 45-A/2024, de 31 de dezembro.

O valor inscrito em termos de previsão da receita, incluindo Saldo de Gerência do ano transato, ascendeu a 2.015,9 M€

Para exercer a sua atividade ao longo de 2025, o IEFP contou com uma dotação corrigida (líquida de cativos) de 1.832,6M€ e atingiu uma execução orçamental global de 74%

A maior fatia dos recursos financeiros do IEFP (84%) foi canalizada para o **Orçamento de Atividades (Funcionamento)**, que satisfaz **80% da dotação corrigida**, correspondendo a uma despesa de **1.237,7 M€**. Estes recursos destinaram-se essencialmente ao financiamento das políticas públicas de emprego e formação (medidas ativas), bem como às despesas com pessoal e demais encargos necessários ao funcionamento dos serviços.

Os restantes **16% da dotação corrigida** foram afetos ao **Orçamento de Projetos (Investimento)**, que registou uma taxa de execução de **41%**, correspondente a uma despesa executada de **124,6 M€** e que incluem também medidas ativas financiadas pelo PRR, nomeadamente o Compromisso Emprego Sustentável e o Programa Emprego + Digital 2025.

QUADRO 15– RECURSOS FINANCEIROS

Designação	Planeado	Corrigido	Execução 30 jun	Execução 31 dez	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)
Orçamento de Atividades (Funcionamento)	1 178 355 792,00	1 539 410 091,00	400 684 462,80	1 237 683 048,42	105%	80%
Despesas c/Pessoal	198 748 234,00	198 748 234,00	77 492 572,85	165 334 725,88	83%	83%
Aquisições de Bens e Serviços	161 129 296,00	148 891 054,00	46 461 813,03	114 831 464,15	71%	77%
Outras despesas correntes	557 152 345,00	928 446 158,00	176 119 175,44	745 784 362,62	134%	80%
Transferências correntes	256 554 342,00	258 240 987,00	99 150 304,20	207 830 595,26	81%	80%
Despesas de Capital	4 771 575,00	5 083 658,00	1 460 597,28	3 901 900,51	82%	77%
Orçamento de Projetos (Investimento)	305 030 759,00	293 191 761,00	39 308 305,31	124 648 428,71	41%	43%
Despesas correntes	119 594 957,00	125 354 534,00	31 786 323,47	75 695 837,29	63%	60%
Despesas de capital	185 435 802,00	167 837 227,00	7 521 981,84	48 952 591,42	26%	29%
Outras	-					
Total	1 483 386 551,00	1 832 601 852,00	439 992 768,11	1 362 331 477,13	92%	74%

Fonte: IEFP, DPG

IV.4. RESULTADOS QUAR 2025 ¹

1. EFICÁCIA

Neste parâmetro, com uma ponderação de **30%**, estão integrados sete objetivos operacionais (OP). A ponderação atribuída a este parâmetro revela a prioridade que a gestão do IEFP atribui à resposta dada aos utentes, seja sob a forma de medidas ativas de emprego, seja sob a forma de uma colocação no mercado de trabalho, através da sua rede de centros, focando-se na prestação de mais e melhor serviço, procurando adequar os perfis entre a procura e oferta de emprego. O seu esforço organizacional incide, portanto, no ajustamento entre a oferta e procura no mercado de trabalho e na execução das medidas ativas de emprego e de formação profissional.

O **Objetivo Operacional (OP) 1**, considerado **relevante** e ponderado, no total do parâmetro, em 25%, refere-se à captação de ofertas junto das entidades empregadoras e da capacidade do SPE de oferecer uma colocação aos desempregados, **foi atingido**, fruto de resultados positivos de todos os indicadores que integram o objetivo.

OP 1 - Captar ofertas de emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho

RELEVANTE

100% Atingiu

Indicador 1 - O indicador **n.º de ofertas captadas** [130 471 ofertas] foi **atingido** ao alcançar uma taxa de realização de 100%. O indicador, tradicionalmente positivo, e depois de um desempenho negativo em 2024, retomou a tendência de captar mais ofertas para responder às necessidades dos empregadores com os inscritos em ficheiro. O desempenho positivo do indicador foi comum a todas DR, tendo sido superado nas regiões do sul do país, em +18,6 p.p. e no Alentejo em +19 p.p. no Algarve.

Indicador 2 – Captar ofertas de emprego junto de novas entidades empregadoras foi igualmente **atingido**, resultado comum a todas as DR, exceto no Centro, ao alcançar uma taxa de realização de 95%. Com efeito, o resultado global de 43,6% ficou muito perto da meta de 45%, o que reflete a retoma de uma trajetória positiva deste indicador. Os dados mostram que as entidades empregadoras voltaram a recorrer aos serviços de ajustamento do IEFP. E confirmam que a nova abordagem de combate à “má imagem” do IEFP junto dos empregadores de que os desempregados inscritos no IEFP “não querem trabalhar”, bem como o reforço das ações de proximidade, a comunicação institucional e o apoio técnico personalizado às empresas que ainda não utilizam os serviços do IEFP, surtiu efeito ao longo do ano.

¹ A análise dos resultados dos objetivos foi efetuada tendo por base a taxa de realização de cada objetivo dentro de cada um dos parâmetros.

**QUADRO 16 – OBJETIVO 1 – CAPTAR OFERTAS DE EMPREGO E INSERIR PESSOAS NO MERCADO DE TRABALHO
(RELEVANTE)**

Ind. 1	Nº de ofertas captadas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	43 800	6 570	54 750	39 650	100,0%	Atingiu
	DR Centro	28 000	4 200	35 000	30 261	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	37 000	5 550	46 250	41 313	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	8 500	1 275	10 625	10 082	118,6%	Superou
	DR Algarve	7 700	1 155	9 625	9 165	119,0%	Superou
	Nacional	125 000	18 750	156 250	130 471	100,0%	Atingiu
Ind. 2	Captar ofertas de emprego junto de novas entidades empregadoras	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	45%	5%	56%	45,2%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	45%	5%	56%	38,0%	95,0%	Não atingiu
	DR Lisboa VT	45%	5%	56%	43,5%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	45%	5%	56%	41,8%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	45,0%	5,0%	56,0%	40,1%	100,0%	Atingiu
	Nacional	45,0%	5,0%	56,0%	43,6%	100,0%	Atingiu
Ind. 3	Nº de colocações efetuadas	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	33 000	4 950	41 250	30 363	100,0%	Atingiu
	DR Centro	21 000	3 150	26 250	21 368	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	27 000	4 050	33 750	25 700	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	4 000	600	5 000	5 993	149,8%	Superou
	DR Algarve	6 000	900	7 500	6 807	100,0%	Atingiu
	Nacional	91 000	13 650	113 750	90 231	100,0%	Atingiu
Ind. 4	Taxa de satisfação das ofertas de emprego	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	65,0%	6,5%	76,0%	73,9%	120,3%	Superou
	DR Centro	65,0%	6,5%	76,0%	65,2%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	65,0%	6,5%	76,0%	56,7%	96,9%	Não atingiu
	DR Alentejo	65,0%	6,5%	76,0%	54,7%	93,5%	Não atingiu
	DR Algarve	65,0%	6,5%	76,0%	70,2%	100,0%	Atingiu
	Nacional	65,0%	6,5%	76,0%	64,5%	100,0%	Atingiu

Indicador 3 – Nº de colocações efetuadas, indicador cuja execução depende do nível de captação de ofertas, teve um comportamento igualmente positivo, na medida em que alcançou uma taxa de realização de **100%**, tendo sido colocados no mercado de trabalho 90 231 inscritos, só apresentando um desvio negativo de 769 colocações face à meta proposta. O desempenho positivo do indicador foi comum a todas as DR tendo sido superado em +49,8 p.p. no Alentejo.

Este indicador reflete os efeitos positivo da nova estratégia de abordagem aos empregadores e a introdução da ESCO² que permitiu caracterizar os perfis dos desempregados e as ofertas de emprego com base em competências e a utilização da Inteligência artificial para, desta forma, melhorar o sistema de *matching* e, futuramente, identificar *gaps* de competências que podem ser colmatados por formação profissional.

Indicador 4 – Taxa de satisfação das ofertas de emprego, foi **atingido**, com um resultado de **64,5%** face a uma meta de 65%, o equivalente a uma taxa de realização de 100%.

² ESCO – A classificação ESCO – *European Skills, Competences, Qualifications and Occupations* oferece um repositório com mais de 3000 profissões e 14000 competências. A integração da ESCO nos sistemas de informação do IEFP pressupõe a substituição da tabela de profissões em uso – CPP (Classificação Portuguesa de Profissões) e a criação de novas funcionalidades que permitam a utilização das competências como elementos de caracterização de ofertas e de pedidos de emprego e, numa segunda fase, mecanismos de melhoria da eficácia do processo de ajustamento (*job matching*).

O indicador apresenta um comportamento diferenciado a nível regional: na DR do Norte foi superado em +20,3 p.p.; nas DR do Centro e Algarve foi atingido e em Lisboa VT e Alentejo não foi atingido, com taxas de realização de 97% e 93,5%, respetivamente. No Alentejo, sabemos que subsistem dificuldades estruturais em ajustar os desempregados inscritos nos seus serviços de emprego às necessidades dos mercados de trabalho locais, como o trabalho agrícola, o que se deve, essencialmente, à grande dispersão geográfica e à falta de candidatos interessados em trabalhar neste setor de atividade. Em Lisboa VT, reflete o desajustamento estrutural em alguns setores económicos, como o do Turismo, Restauração e Alojamento, e, em particular, entre os perfis dos candidatos inscritos e as exigências das ofertas de emprego em termos de competências e/ou das condições oferecidas que não correspondem às expetativas dos desempregados, por exemplo, ao nível salarial e horários.

O **OP2**, ponderado em 10%, reflete as dificuldades de permanência no mercado de trabalho dos desempregados colocados pelo SPE. O mercado de trabalho português é ainda caracterizado pela existência de contratos de trabalho precários, muito segmentado, marcado por setores económicos com elevada rotatividade/sazonalidade, e essa realidade fez com que o objetivo, em 2025, **não tenha sido atingido** (90%), à semelhança do que já tinha ocorrido em 2024.

OP 2 - Utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade do emprego dos utentes que recorrem ao serviço público de emprego

90% Não Atingiu

O **indicador 5, taxa de retorno ao desemprego**, até 6 meses após a colocação, apresentou um desvio negativo, pois foi superior à meta inicialmente prevista, com uma taxa de realização de 86,9%. Esta reentrada no desemprego pode ser justificada por vários fatores, desde o desajustamento entre os perfis dos candidatos a emprego e as necessidades das empresas (por exemplo, ao nível das competências efetivamente detidas pelos trabalhadores); às expetativas dos empregadores e dos desempregados, que são também mais exigentes ao nível das condições de trabalho, salariais e da conciliação entre vida pessoal e profissional, bem como à dinâmica do mercado de trabalho, que com escassez de trabalhadores, levam a que os empregadores aceitem recrutar trabalhadores menos ajustáveis. Por outro lado, em determinados sectores/ profissões os contratos de trabalho são cada vez mais curtos e temporários.

Só na DR do Norte o resultado satisfaz a meta, com um resultado de 21,6%, alcançando uma taxa de realização de 100%. Nas restantes, os resultados obtidos afastaram-se da meta, com taxas de realização inferiores a 100%, com destaque para o Alentejo onde o retorno ao desemprego registado alcançou os 37% face aos 20% estimados.

QUADRO 17 – OBJETIVO 2 – UTILIZAR TODOS OS MEIOS DISPONÍVEIS PARA MELHORAR A QUALIDADE DO EMPREGO DOS UTENTES QUE RECORREM AO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

Ind. 5	Taxa de retorno ao desemprego registado de desempregados colocados	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	20,0%	3,0%	10,0%	21,6%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	20,0%	3,0%	10,0%	27,6%	83,4%	Não atingiu
	DR Lisboa VT	20,0%	3,0%	10,0%	28,8%	79,9%	Não atingiu
	DR Alentejo	20,0%	3,0%	10,0%	36,8%	62,6%	Não atingiu
	DR Algarve	20,0%	3,0%	10,0%	28,8%	79,9%	Não atingiu
	Nacional	20,0%	3,0%	10,0%	26,5%	86,9%	Não atingiu
Ind. 6	Taxa de sucesso da intervenção do SPE	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	40,0%	6,0%	60,0%	38,0%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	40,0%	6,0%	60,0%	42,3%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	40,0%	6,0%	60,0%	41,4%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	40,0%	6,0%	60,0%	41,1%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	40,0%	6,0%	60,0%	53,4%	116,8%	Superou
	Nacional	40,0%	6,0%	60,0%	40,8%	100,0%	Atingiu

O **indicador 6** mede a **percentagem de desempregados integrados no mercado de trabalho após intervenção dos serviços de emprego e/ou do serviço de formação**, e pretende avaliar o impacto das intervenções desenvolvidas pelo IEFP, quer no que respeita à proatividade do desempregado na obtenção de emprego pelos próprios meios, quer na colocação pelos serviços do IEFP. O resultado nacional de 40,8% face a uma meta de 40%, pelo que o resultado foi atingido.

O **OP3**, com um peso de 10% no total do parâmetro, mede o alcance da função do ajustamento e da adequação das medidas ativas de emprego ou formação na resolução de uma situação de desemprego dos desempregados registados, **foi atingido**, quer ao nível do resultado global do objetivo, quer ao nível dos três indicadores que o compõem.

OP 3 - Abranger desempregados em medidas ativas de Emprego e Formação Profissional

100% Atingiu

O **indicador 7** que avalia a **taxa média de cobertura das medidas ativas face ao total de desempregados registados foi atingido**. Face a uma meta estabelecida de 20%, alcançou uma taxa de cobertura de **18%** de desempregados abrangidos por medidas ativas de emprego e formação profissional. Nas DR Norte e Algarve, as respostas dos serviços locais face à procura de emprego ou de formação por parte dos desempregados foram insuficientes, particularmente no Algarve onde a taxa de realização se fixou em 63,3%.

Já no que se refere ao **indicador 8** que avalia a mesma **taxa média de cobertura**, mas relativamente aos **jovens desempregados** com menos de 30, em 2025 esta taxa situou-se nos **27,1%** deste público prioritário, **tendo o indicador sido atingido** face à meta de 30%. Ainda assim, o indicador apresentou resultados insatisfatórios nas DR do Alentejo e Algarve, onde se registaram desvios face à meta de -5,5 p.p. e -14,8 p.p., respetivamente.

**QUADRO 18 – OBJETIVO 3 – ABRANGER DESEMPREGADOS EM MEDIDAS ATIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

Ind. 7	Taxa de cobertura das medidas de política ativa	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	20,0%	3,0%	30,0%	16,9%	99,5%	Não atingiu
	DR Centro	20,0%	3,0%	30,0%	24,0%	110,1%	Superou
	DR Lisboa VT	20,0%	3,0%	30,0%	17,5%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	20,0%	3,0%	30,0%	17,9%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	20,0%	3,0%	30,0%	10,8%	63,3%	Não atingiu
	Nacional	20,0%	3,0%	30,0%	18,0%	100,0%	Atingiu
Ind. 8	Taxa de cobertura de jovens desempregados em medidas de política ativa	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	30,0%	4,5%	45,0%	27,0%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	30,0%	4,5%	45,0%	33,6%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	30,0%	4,5%	45,0%	25,7%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	30,0%	4,5%	45,0%	24,5%	96,0%	Não atingiu
	DR Algarve	30,0%	4,5%	45,0%	15,2%	59,5%	Não atingiu
	Nacional	30,0%	4,5%	45,0%	27,1%	100,0%	Atingiu
Ind. 9	Taxa de cobertura de DLD em medidas de política ativa	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	25,0%	5,0%	35,0%	19,4%	97,1%	Não atingiu
	DR Centro	25,0%	5,0%	35,0%	30,0%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	25,0%	5,0%	35,0%	23,1%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	25,0%	5,0%	35,0%	22,5%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	25,0%	5,0%	35,0%	17,4%	87,1%	Não atingiu
	Nacional	25,0%	4,0%	37,5%	22,3%	100,0%	Atingiu

O desemprego estrutural, de **longa duração**, o qual afeta, em particular, adultos com baixas qualificações, constitui outro público prioritário para o qual se dirigem medidas ativas específicas, apresentando a **taxa de cobertura**, definida no **indicador 9**, um resultado de **22,3%** de DLD que, em média, no final de cada mês, estavam integrados numa medida de emprego e/ou formação, correspondendo a uma taxa de realização de **100%**. O indicador foi atingido pelas DR do Centro, Lisboa VT e Alentejo e não foi atingido novamente no Norte (97,1%) e Algarve (87,1%), onde este tipo de indicadores apresentam mais dificuldades de concretização.

O **OP4**, dirigido às pessoas portadoras de deficiência, considerado **relevante**, ponderado por isso em 25%, medido por dois indicadores, foi **superado** com uma taxa de realização de **112%**. O resultado positivo do objetivo reflete a abordagem de políticas públicas cada vez mais inclusivas dirigidas a públicos com vulnerabilidades acrescidas face ao mercado de trabalho.

OP 4 - Abranger pessoas com deficiência em medidas de Reabilitação Profissional

RELEVANTE

112% Superou

O **indicador 10**, que contabiliza o número de pessoas com deficiência abrangidas em medidas específicas de Reabilitação Profissional, foi **superado** ao abranger **30 204** pessoas³ face a uma meta de 24 248, alcançando uma taxa de realização de 124,6%. O desvio positivo de 5 956 abrangidos face ao planeado reflete o reforço da capacidade de resposta da rede de Centros de Recursos, bem como a intensificação da articulação com entidades promotoras e parceiros locais, permitindo um maior encaminhamento e acompanhamento de pessoas com deficiência em medidas de reabilitação.

O indicador superou os 100% em todas as regiões, exceto no Alentejo onde foi atingido.

QUADRO 19 – OBJETIVO 4 – ABRANGER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM MEDIDAS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL (RELEVANTE)

Ind. 10	Nº de abrangidos em medidas de Reabilitação Profissional	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	5 731	860	7 164	6 676	116,5%	Superou
	DR Centro	7 486	1 123	9 358	9 126	121,9%	Superou
	DR Lisboa VT	6 171	926	7 714	8 009	129,8%	Superou
	DR Alentejo	4 060	609	5 075	4 540	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	800	120	1 000	1 853	231,6%	Superou
	Nacional	24 248	3 637	30 310	30 204	124,6%	Superou
Ind. 11	Taxa de cobertura de desempregados com deficiência em medidas de política ativa (gerais e de reabilitação profissional)	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	35,0%	5,0%	52,5%	28,2%	94,1%	Não atingiu
	DR Centro	35,0%	5,0%	52,5%	43,7%	112,4%	Superou
	DR Lisboa VT	35,0%	5,0%	52,5%	25,3%	84,5%	Não atingiu
	DR Alentejo	35,0%	5,0%	52,5%	40,4%	107,7%	Superou
	DR Algarve	35,0%	5,0%	52,5%	35,5%	100,0%	Atingiu
	Nacional	35,0%	5,0%	52,5%	32,4%	100,0%	Atingiu

O **indicador 11**, que mede a taxa de cobertura de pessoas com deficiência por medidas específicas e gerais de emprego e formação profissional, **atingiu** a meta de 35% e teve um comportamento diferenciado a nível regional: foi superado nas DR do Centro e Alentejo; foi atingido no Algarve e ficou aquém dos 100%, em Lisboa e VT (84,5%) e no Norte (94,1%)

O **OP5** pretende medir as respostas públicas aos desafios emergentes desta década e face aos quais o IEFP, enquanto serviço público de emprego, não podia ficar indiferente. Falamos de desafios como a transição para o digital (economia e conhecimento) a descarbonização da economia, decorrente das alterações climáticas. Detém um peso relativo de 10%, no total do parâmetro, e obteve taxas de realização de **100%** nos 3 indicadores que o constituem.

Os indicadores que constituem este objetivo mostram o esforço dos centros de emprego e formação profissional locais em orientar, motivar e recrutar candidatos para ações de formação, designadamente em áreas tida como estratégicas para o mercado de trabalho, em função das necessidades atuais como das futuras, a pensar numa maior sustentabilidade da economia e do ambiente. O reforço da empregabilidade dos inscritos, desempregados e empregados, é o foco central desta abordagem proativa.

³ O indicador 10 não inclui as pessoas com deficiência cujas medidas onde foram integradas não são geridas diretamente pelo IEFP, como é o caso dos CGP da Reabilitação, o projeto OED de Lisboa e o Organismo Intermédio.

OP 5 - Apoiar o reforço das competências dos cidadãos, nomeadamente nas áreas digital, climática, indústria e social

100% Atingiu

O **indicador 12** referente à **taxa de aprovação de ações de longa duração**, foi de **53,4%** de formandos com avaliação de “aprovado” face ao total de formandos que iniciaram o mesmo percurso, valor este que se apresenta superior à meta de 50%, tendo alcançado uma taxa de realização de 100%. A nível regional, no entanto, notam-se dificuldades em alcançar a meta de 50% na DR Alentejo (35,7%) cuja taxa de realização foi de 84%. Do lado oposto, a meta foi superada em +10,1p.p. na DR Norte.

QUADRO 20 – OBJETIVO 5 – APOIAR O REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS DOS CIDADÃOS, NOMEADAMENTE NAS ÁREAS DIGITAL, CLIMÁTICA, INDUSTRIAL E SOCIAL

Ind. 12	Taxa de aprovação em ações de formação de longa duração (Aprendizagem, CET e EFA)	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	50,0%	7,5%	75,0%	60,1%	110,1%	Superou
	DR Centro	50,0%	7,5%	75,0%	52,6%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	50,0%	7,5%	75,0%	48,6%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	50,0%	7,5%	75,0%	35,7%	84,0%	Não atingiu
	DR Algarve	50,0%	7,5%	75,0%	54,1%	100,0%	Atingiu
	Nacional	50,0%	7,5%	75,0%	53,4%	100,0%	Atingiu
Ind. 13	Taxa de aprovação de formandos em percursos de curta duração (Vida Ativa, Vida Ativa Jovem e Formação Modular)	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	85,0%	12,5%	100,0%	82,4%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	85,0%	12,5%	100,0%	85,9%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	85,0%	12,5%	100,0%	78,7%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	85,0%	12,5%	100,0%	80,3%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	85,0%	12,5%	100,0%	79,2%	100,0%	Atingiu
	Nacional	85,0%	12,5%	100,0%	81,3%	100,0%	Atingiu
Ind. 14	Taxa de aprovação em medidas dedicadas às áreas da transição digital e transição climática	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	75,0%	10,0%	100,0%	76,9%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	75,0%	10,0%	100,0%	77,4%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	75,0%	10,0%	100,0%	71,6%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	75,0%	10,0%	100,0%	70,8%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	75,0%	10,0%	100,0%	63,6%	97,9%	Não atingiu
	Nacional	75,0%	10,0%	100,0%	74,0%	100,0%	Atingiu

O **indicador 13** mede o sucesso das ações de formação de curta duração (**formação modular e Vida Ativa**) através da **taxa de aprovação**, alcançou **81,3%** de formandos em ações de formação modular face a uma meta de 85%, que resultou numa taxa de realização de **100%**, taxa esta comum a todas as DR.

O **indicador 14** mede a taxa de aprovação em ações de formação dedicadas às **áreas da transição digital e transição climática**, tidas como áreas estratégicas de formação e de reforço da empregabilidade, atingiu uma **taxa de aprovação de 74%** de abrangidos face a uma meta global de 75%, tendo sido **atingido**. A nível regional, apenas não foi atingido na região do Algarve.

O **OP 6**, ponderado em 10%, **não foi atingido**. Através dos **indicadores de follow-up 15, 16 e 17** procurou avaliar-se o impacto das respostas dadas pelo SPE, seja sob a forma de um estágio, seja sob a forma de uma oferta formativa (longa ou curta duração), na empregabilidade dos ex-estagiários e ex-formandos, 6 meses após o fim da participação nas respetivas medidas, tendo o sucesso deste indicador ficado comprometido exclusivamente pelos resultados atingidos pelo indicador 15.

OP 6 - Reforçar as competências e a empregabilidade dos formandos/estagiários

97% Não Atingiu

O **indicador 15**, que avalia a **taxa de empregabilidade** de formandos, 6 meses após a conclusão de percursos **formativos de curta duração em 2024** com sucesso⁴ percursos, e que estavam registados como desempregados no início da formação, alcançou um resultado de **21,4%** face a uma meta de 30%, dando origem a uma taxa de realização de **84%**, pelo que **não foi atingido**, situação que se verificou na generalidade das regiões, com exceção do Algarve, onde o indicador foi atingido. Concorrem para este baixo desempenho do indicador os seguintes fatores: o desajustamento entre as áreas/qualificações ministradas e o perfil técnico requerido pelo mercado de trabalho; uma formação pouco qualificante face à duração da mesma; as áreas/qualificações ministradas destinadas a setores do mercado de trabalho se caracterizam por uma forte sazonalidade.

Esta situação implica uma reflexão interna e adoção de medidas corretivas para que a oferta formativa de curta duração represente um instrumento facilitador da integração no mercado de trabalho de desempregados e, por outro lado, a resposta às necessidades de mão-de-obra por parte dos empregadores.

O **indicador 16** permite medir o impacto da formação de longa duração **na empregabilidade de formandos aprovados** 6 meses após a conclusão do percurso, foi **atingido**, com um resultado de 42% face a uma meta de 45%. O indicador teve um desempenho positivo em todas as DR ao alcançar **100% de taxa de realização**.

⁴ Formandos que no final do percurso de formação obtiveram uma avaliação como "Aprovado".

QUADRO 21 – OBJETIVO 6 – REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS E A EMPREGABILIDADE DOS FORMANDO/ESTAGIÁRIOS

Ind. 15	Taxa de empregabilidade de formandos que terminaram com sucesso percursos de formação modular em 2024, 6 meses após a conclusão do percurso.	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	30,0%	5,0%	40,0%	17,2%	68,6%	Não atingiu
	DR Centro	30,0%	5,0%	40,0%	24,9%	99,4%	Não atingiu
	DR Lisboa VT	30,0%	5,0%	40,0%	22,2%	88,6%	Não atingiu
	DR Alentejo	30,0%	5,0%	40,0%	24,5%	97,9%	Não atingiu
	DR Algarve	30,0%	5,0%	40,0%	30,6%	100,0%	Atingiu
	Nacional	30,0%	4,5%	45,0%	21,4%	83,8%	Não atingiu
Ind. 16	Taxa de empregabilidade de formandos que terminaram com sucesso percursos de longa duração em 2024, 6 meses após a conclusão do percurso.	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	45,0%	7,5%	67,5%	39,6%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	45,0%	7,5%	67,5%	48,6%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	45,0%	7,5%	67,5%	40,5%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	45,0%	7,5%	67,5%	47,6%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	45,0%	7,5%	67,5%	48,5%	100,0%	Atingiu
	Nacional	45,0%	7,5%	67,5%	42,1%	100,0%	Atingiu
Ind. 17	Taxa de empregabilidade de estagiários que terminaram o estágio em 2024 com sucesso 6 meses após o fim do Estágio	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	80,0%	12,0%	100,0%	80,9%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	80,0%	12,0%	100,0%	77,2%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	80,0%	12,0%	100,0%	80,8%	100,0%	Atingiu
	DR Alentejo	80,0%	12,0%	100,0%	72,4%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	80,0%	12,0%	100,0%	79,4%	100,0%	Atingiu
	Nacional	80,0%	12,0%	100,0%	79,6%	100,0%	Atingiu

O Indicador 17 mede a **taxa de empregabilidade de ex-estagiários 6 meses após a conclusão do estágio com sucesso**, alcançou um resultado de 79,6%, -0,4 pp face à meta estabelecida, alcançou uma taxa de realização de **100%**. O impacto positivo da medida Estágios na empregabilidade dos jovens foi comum a todas as Delegações Regionais.

O **OP 7**, ponderado em 10%, a nível global foi **superado**, ao alcançar um resultado global de **148%**. No âmbito de projetos financiados pelo PRR, destaca-se o facto de incluir três projetos na área da formação profissional.

OP 7 - Garantir o cumprimento das metas contratualizadas no âmbito dos projetos PRR

148% Superou

Relativamente ao **indicador 18** que avalia o **número de locais de formação intervencionados no âmbito do projeto PRR “Modernização da Oferta e dos Estabelecimentos de Ensino e da Formação Profissional”** da rede de centros de formação do IEFP, que inclui os centros de gestão direta e centros de gestão

participada, foram beneficiados **27 054** postos de formação, face a uma meta de 22 000⁵, tendo sido por isso **superado (123%)**.

No que respeita ao **indicador 19**, para o qual foi contratualizada uma meta de 200 000 participantes elegíveis pelo **Programa Emprego + Digital 2025** a ser executado pela Rede de Centros do IEFP e entidades formadoras externas, obteve-se um resultado de **383 182** trabalhadores abrangidos, alcançando uma taxa de realização de 192%, revelando que o indicador foi **superado**. O objetivo deste indicador é fomentar a transformação digital das entidades empregadoras, melhorar as competências e as qualificações individuais dos trabalhadores e aumentar a produtividade e competitividade das entidades e da economia do país, num horizonte temporal até 2025, em contexto económico cada vez mais digital.

QUADRO 22 – OBJETIVO 7 – GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS METAS CONTRATUALIZADAS NO ÂMBITO DOS PROJETOS PRR

Ind. 18	Nº de locais de formação intervencionados no âmbito do PRR	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	22 000	3 300	27 500	27 054	123,0%	Superou
Ind. 19*	Nº de participantes elegíveis no Emprego + Digital 2025	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	200 000	30 000	250 000	383 182	191,6%	Superou
Ind. 20	Nº de participantes nos Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	5 200	780	6 500	6 099	117,3%	Superou
Ind. 21	% de intervenções concretizadas no âmbito das candidaturas aprovadas (Acessibilidades 360º - PIEP-IEFP)	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	75,0%	10,0%	100,0%	72,7%	100,0%	Atingiu

* Execução corresponde ao contratualizado com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (2022 a 2025), não correspondendo aos abrangidos, pelo que o indicador é de apuramento nacional.

O **indicador 20**, referente aos Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3, de âmbito nacional, foi **superado** ao alcançar um número de participantes (6 099) superior à meta estabelecida (5 200), o equivalente a uma taxa de realização de **117,3%**. Os Projetos Locais promotores de Qualificação de Nível B1/B2/B3, como já tivemos oportunidade de referir, destinam-se a todos os adultos com nível de escolaridade inferior ao 9º ano ou sem escolaridade, que pretendam aumentar a sua qualificação na literacia, numeracia e competências digitais, com o intuito de concretizar a certificação escolar do 4º (B1), 6º (B2) e 9º (B3) anos.

Por fim, o **indicador 21**, alcançou uma taxa de realização de **100%**, apesar do desvio de -2,3 p.p. face à meta, situação que se ficou a dever ao facto de 3 das 11 candidaturas aprovadas terem sido incluídas em empreitadas PRR em curso, no âmbito da “Modernização da Oferta e dos Estabelecimentos de Ensino e da Formação Profissional”, pelo que só foi contabilizada a execução de 8 candidaturas.

⁵ Em 2024 foi efetuada uma alteração à indicador e meta física contratualizada no âmbito do projeto PRR, com a alteração da meta física de 22 000 postos de formação beneficiados para 111 locais de formação intervencionados e, apesar da alteração da designação do indicador no QUAR 2025 ter sido realizada, a meta que foi inscrita no próprio QUAR reporta-se aos postos de formação beneficiados, pelo que foi esta a execução considerada neste indicador.

Em suma:

O parâmetro **Eficácia**, com uma ponderação de 30%, foi **SUPERADO**, tendo obtido uma taxa de realização de **107%**.

2. EFICIÊNCIA

No parâmetro de **eficiência**, com uma ponderação de 35%, estão integrados os OP 8, 9 e 10 associados ao esforço de aproveitar ao máximo os fundos comunitários e de elevar as cobranças de dívidas como fontes de receita para potenciar a ação do IEFP nas suas diferentes áreas de intervenção.

OP 8 - Maximizar a receita proveniente de fundos comunitários

Relevante

100% Atingiu

O **OP8**, considerado **relevante** e com um peso de 70% no parâmetro, **foi atingido**, relevando o esforço dos serviços em potenciar o financiamento comunitário para a prossecução dos objetivos do IEFP. Foi medido através do **indicador** (nacional) **22** que apresenta um desvio de -2,9 pp face à meta, sem comprometer, no entanto, uma taxa de realização de 100%.

QUADRO 23 – OBJETIVO 8 – MAXIMIZAR A RECEITA PROVENIENTE DE FUNDOS COMUNITÁRIOS (RELEVANTE)

Ind. 22	% valor despesa aprovada em saldo face ao valor aprovado em candidatura/Pedido de alteração (PA)	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	92,0%	4,6%	100,0%	89,1%	100,0%	Atingiu

OP 9 - Promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais

Relevante

102% Superou

O **OP9** visa **promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais**, com um peso de 20%, **foi superado** por via dos resultados positivos dos indicadores 23 e 24 relativos às taxas de recuperação do tratamento da dívida e do cumprimento dos planos prestacionais de devolução de apoios concedidos e não executados face ao aprovado em candidatura.

Efetivamente, em relação ao **indicador 23**, nota-se uma grande melhoria no tratamento da dívida com vista à sua recuperação, com a **superação** do indicador ao alcançar um resultado de -46,1% muito longe da meta estabelecida de -20%, pelo que se alcançou uma taxa de realização de **116%**.

QUADRO 24— OBJETIVO 9 — PROMOVER A EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTAL POR VIA DO TRATAMENTO DA DÍVIDA E MONITORIZAÇÃO DOS PLANOS PRESTACIONAIS (RELEVANTE)

Ind. 23	Taxa de Recuperação do Tratamento da Dívida	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-49,8%	118,6%	Superou
	DR Centro	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-53,7%	121,1%	Superou
	DR Lisboa VT	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-41,8%	113,6%	Superou
	DR Alentejo	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-6,3%	44,9%	Não atingiu
	DR Algarve	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-38,9%	111,8%	Superou
	Nacional	-20,0%	-6,0%	-60,0%	-46,1%	116,3%	Superou
Ind. 24	Taxa de cumprimento dos planos prestacionais	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	85,0%	8,5%	100,0%	92,1%	100,0%	Atingiu
	DR Centro	85,0%	8,5%	100,0%	91,4%	100,0%	Atingiu
	DR Lisboa VT	85,0%	8,5%	100,0%	95,0%	116,7%	Superou
	DR Alentejo	85,0%	8,5%	100,0%	91,3%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	85,0%	8,5%	100,0%	96,1%	118,6%	Superou
	Nacional	85,0%	8,5%	100,0%	93,1%	100,0%	Atingiu

Como principais fatores determinantes para alcançar este resultado, destacamos:

- A monitorização trimestral do tratamento da dívida, efetuada pelos serviços centrais junto das delegações e, consequentemente das delegações junto dos centros;
- A sensibilização junto das delegações regionais para a importância do tratamento atempado da dívida para o estado coercivo (autoridade tributária), possibilitando uma maior taxa de sucesso na recuperação de valores junto das entidades devedoras;
- Elevado empenho e esforço das equipas na redução da dívida pelo tratamento para Cobrança Coerciva, que se intensificou mais expressivamente ao longo de 2025 e que terá contribuído para um melhor resultado no final de ano.

Ainda assim, realça-se o facto do resultado da **DR Alentejo** não indo além dos **-6,3%** no resultado do indicador, pelo que alcançou uma **taxa de realização de 45%**.

Relativamente ao **indicador 24**, tanto a nível nacional como a nível regional **atingiu-se** a meta de cumprir planos prestacionais de pagamento de dívidas em 85%, apresentando-se para 2025 um resultado de **93,1%** e uma taxa de realização de 100%. Aliás, nas DR de Lisboa VT e Algarve, a taxa de realização foi superada em +16,7 p.p. e +18,6 p.p., respetivamente.

O **OP10**, com um peso de 10% no total do parâmetro, medido pelo **indicador 25**, visa uma gestão mais eficiente dos custos fixos operacionais com a atividade formativa, nomeadamente o custo médio de aquisições de bens e serviços com formandos desistentes, **não foi atingido**.

OP 10 - Promover a o acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional

0% Não Atingiu

Considerando que estes custos se mantêm fixos independentemente do número de formandos que permanecem na ação e considerando a dinâmica do mercado de trabalho, o facto de se ter registado um maior número de desistência justifica este resultado, atendendo que, em termos globais, a despesa associada diminuiu entre 2024 e 2025.

QUADRO 25 – OBJETIVO 10 – PROMOVER O ACRÉSCIMO DE EFICIÊNCIA DA DESPESA COM OS CUSTOS FIXOS OPERACIONAIS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ind. 25	Redução de custos operacionais da formação com formandos desistentes	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	DR Norte	-20,0%	-5,0%	-30,0%	12,0%	0,0%	Não atingiu
	DR Centro	-20,0%	-5,0%	-30,0%	0,4%	0,0%	Não atingiu
	DR Lisboa VT	-20,0%	-5,0%	-30,0%	7,2%	0,0%	Não atingiu
	DR Alentejo	-20,0%	-5,0%	-30,0%	-21,3%	100,0%	Atingiu
	DR Algarve	-20,0%	-5,0%	-30,0%	-4,3%	28,3%	Não atingiu
	Nacional	-20,0%	-5,0%	-30,0%	5,6%	0,0%	Não atingiu

Em suma:

O parâmetro Eficiência, ponderado em 35%, **NÃO FOI ATINGIDO** tendo obtido um resultado global de **90%**.

3. QUALIDADE

Em 2025, este parâmetro valorizado em 35%, orientado para objetivos **internos** à própria organização que avaliam, por um lado, o bem-estar dos trabalhadores e, por outro lado, a qualidade dos serviços prestados e a satisfação dos utentes do IEFP, sejam eles, individuais ou coletivos (entidades empregadoras).

O **OP11**, considerado **relevante**, com um peso no parâmetro de 25%, obteve, no global, uma pontuação de **109%** tendo sido **superado**.

OP 11 - Promover a qualificação dos trabalhadores

RELEVANTE

109% Superou

Para este resultado contribuiu o **indicador 26** (nacional), ponderado em 25%, com uma execução de 99,5% de trabalhadores abrangidos em ações de formação profissional, **superior** à meta definida, de 85%, apresentando desta forma uma taxa de realização de **122%**. A taxa de realização do objetivo ultrapassou os 100% em resultado da execução de um volume significativo de ações de formação não previstas inicialmente no Plano de Formação, mas que se revelaram necessárias e críticas ao longo do ano, por solicitação fundamentada das áreas técnicas.

QUADRO 26 – OBJETIVO 11 – PROMOVER A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES (RELEVANTE)

Ind. 26	% de trabalhadores com frequência de ações de formação profissional	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	85,0%	12,5%	101,8%	99,5%	121,6%	Superou

O **OP12**, igualmente **relevante**, ponderado em 20%, avalia o impacto da organização dos tempos e horários de trabalho dos trabalhadores do IEFP facilitadores de vida profissional com a vida familiar, obteve um resultado de 110%, pelo que foi **superado**.

OP 12 -Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal

RELEVANTE

110% Superou

Efetivamente o **indicador 27**, mostra que o desvio face à meta de 5% foi de -0,1 pp, pelo que a taxa de realização foi de **100%** no que se refere à prática de modalidades de horário de trabalho mais flexíveis como a jornada contínua e a meia jornada. Este indicador tem vindo a perder expressão em função do incremento de trabalhadores em regime de teletrabalho parcial e, também, pelo facto do IEFP registar uma idade média dos seus recursos na ordem dos 53 anos.

QUADRO 27 – OBJETIVO 12 – PROMOVER A UTILIZAÇÃO DE HORÁRIOS E MODALIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO QUE FACILITEM A CONCILIAÇÃO DA VIDA PROFISSIONAL, FAMILIAR E PESSOAL (RELEVANTE)

Ind. 27	Taxa de trabalhadores com jornada contínua e meia jornada	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	5,0%	1,0%	7,5%	4,9%	100,0%	Atingiu
Ind. 28	Taxa de trabalhadores em regime de teletrabalho	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	12,0%	2,0%	18,0%	19,8%	132,5%	Superou
Ind. 29	Taxa de trabalhadores com horário flexível - parentalidade	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	2,0%	0,5%	3,6%	2,4%	100,0%	Atingiu

O IEFP contabiliza ainda com **20%** de trabalhadores a exercer as suas funções em regime de teletrabalho (**indicador 28**) face a uma meta de 12% pelo que a **superação** do indicador se fixou em +32,5 p.p.

Neste âmbito importa referir que o teletrabalho registou um incremento, abrangendo cerca de 19,8% dos efetivos, considerando as modalidades de teletrabalho em alternância (16,5%) e em permanência (3,3%), com predominância do modelo híbrido. Esta evolução decorreu da consolidação do enquadramento

regulamentar interno aplicável ao teletrabalho, aprovado no final de 2024, o qual veio clarificar regras, procedimentos e condições de aplicação do regime, assegurando maior previsibilidade e uniformidade na sua implementação.

O teletrabalho é uma das modalidades de organização do trabalho que favoreçam a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, encontrando-se refletido nos instrumentos de planeamento e avaliação. Neste contexto, o teletrabalho assumiu-se como um instrumento de gestão de recursos humanos articulado com os objetivos operacionais dos serviços.

O aumento deste regime ocorreu sem prejuízo do regular funcionamento dos serviços e da capacidade de resposta do IEFP, beneficiando da maturidade organizacional e digital, entretanto alcançada, bem como da existência de mecanismos de planeamento, monitorização e controlo, nomeadamente através da atualização periódica das autorizações e da verificação da manutenção dos pressupostos subjacentes. O modelo adotado permitiu assegurar a flexibilidade organizacional necessária, mantendo se garantido o cumprimento da missão institucional do IEFP.

Por último, a percentagem de trabalhadores com licença de parentalidade (**Indicador 29**) foi igualmente **atingida** com um resultado de 2,4% nessa situação face a uma meta de 2%. À semelhança do indicador 27, a idade média dos efetivos do IEFP (53 anos), inviabiliza um maior número de a recorrerem a esta modalidade.

O **OP13**, igualmente **relevante**, ponderado em 20%, visa a segurança dos trabalhadores no exercício das suas funções foi **superado** ao alcançar uma taxa de realização de 119%.

OP 13 - Garantir o bem-estar dos trabalhadores no seu local de trabalho, prevenindo Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

RELEVANTE

119% Superou

Medido por um único indicador (**taxa de realização de visitas**), as visitas aos postos de trabalho com o propósito de avaliar as condições de higiene segurança representaram **9%** do total de efetivos a 31 de dezembro de 2025, superando a meta de 5 p.p.

QUADRO 28 – OBJETIVO 13 – GARANTIR O BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES NO SEU LOCAL DE TRABALHO, PREVENINDO ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS (RELEVANTE)

Ind. 30	Taxa de realização de visitas de avaliação de postos de trabalho	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	5,0%	1,0%	10,0%	8,7%	118,5%	Superou

Para os resultados alcançados no indicador contribuíram o reforço da equipa, com a integração de dois elementos a tempo integral, o que permitiu aumentar significativamente a capacidade de resposta e execução das atividades planeadas e, adicionalmente, registou-se um aumento das solicitações provenientes da Medicina do Trabalho, nomeadamente no âmbito da avaliação e atribuição de equipamentos aos trabalhadores, solicitações estas que implicam, na sua maioria, a realização de visitas aos postos de trabalho, com vista à adequada análise das condições reais de execução das tarefas e identificação das necessidades específicas. Este conjunto de fatores contribuiu diretamente para um incremento do volume de intervenções realizadas, justificando assim a superação da taxa inicialmente definida, sem comprometer a qualidade técnica das avaliações efetuadas.

O **OP14** resulta de uma iniciativa do IEPF com vista à abertura de candidaturas para que os trabalhadores do IEPF apresentassem propostas de melhoria de serviços, sendo o objetivo medido por um único indicador que resulta da percentagem de propostas de melhoria aprovadas. Esta iniciativa teve o seu arranque em 2025, mas o período de candidatura para os trabalhadores ficou disponível até 15 de dezembro de 2025 inviabilizando a concretização do objetivo com um resultado de 0%.

OP 14 - Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços

0% Não Atingiu

Importa referir que foram apresentadas 50 candidaturas das quais, 16 foram consideradas elegíveis pelo júri, pelo que o total de candidaturas sujeitas a análise do júri para validação é de 34, validação esta que decorrerá durante o ano de 2026.

Assim, o **resultado nulo** obtido no **indicador 31**, refletido numa taxa de realização de 0% e num desvio de - 2,0% face à meta fixada para 2025, resulta do enquadramento temporal e procedimental do processo subjacente à recolha e validação das propostas de melhoria, não traduzindo ausência de participação dos trabalhadores, mas sim a não conclusão, em 2025, das fases necessárias à sua validação. Nos termos deste indicador, apenas são consideradas para efeitos de apuramento do resultado as sugestões validadas, o que pressupõe a conclusão do processo de análise técnica pelo júri. Atendendo ao número significativo de propostas admitidas e à necessidade de assegurar uma apreciação rigorosa, fundamentada e alinhada com os objetivos estratégicos da organização, a validação das candidaturas não foi efetuada em 2025.

Deste modo, o resultado do indicador em 2025 reflete a impossibilidade técnica de validação das propostas no período temporal de referência, mantendo-se plenamente salvaguardados os objetivos de promoção da participação dos trabalhadores na gestão dos serviços, cujo impacto se concretizará no ano 2026.

QUADRO 29 – OBJETIVO 14 – PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO DOS SERVIÇOS

Ind. 31	% de propostas de melhoria dos serviços	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	2,0%	0,5%	3,0%	0,0%	0,0%	Não atingiu

O **OP 15**, o objetivo operacional **relevante**, com um peso de 25% no total do parâmetro, **foi superado**, ao alcançar uma taxa de realização de 139%, **confirmando a opinião favorável dos utentes relativamente à melhoria da qualidade** dos serviços prestados em 2025.

OP 15 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados

RELEVANTE

130% Superou

Se, do lado dos utentes singulares, **80%** dos inquiridos faz uma avaliação **positiva/muito positiva** do atendimento prestado pelos serviços locais do IEFP (**indicador 28**), do lado das entidades empregadoras, a avaliação **positiva/muito positiva** do atendimento aumenta para **87%** dos utentes coletivos (**indicador 29**).

QUADRO 30 – OBJETIVO 15 – MELHORAR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS (RELEVANTE)

Ind. 32	% de utentes singulares que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como “positivo” ou “muito positivo”	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	60,0%	9,0%	75,0%	79,8%	133,0%	Superou
Ind. 33	% de utentes coletivos que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como “positivo” ou “muito positivo”	Meta	Tolerância	Valor Crítico	Resultado	Taxa de Realização	Classificação
	Nacional	75,0%	11,3%	87,0%	88,1%	127,3%	Superou

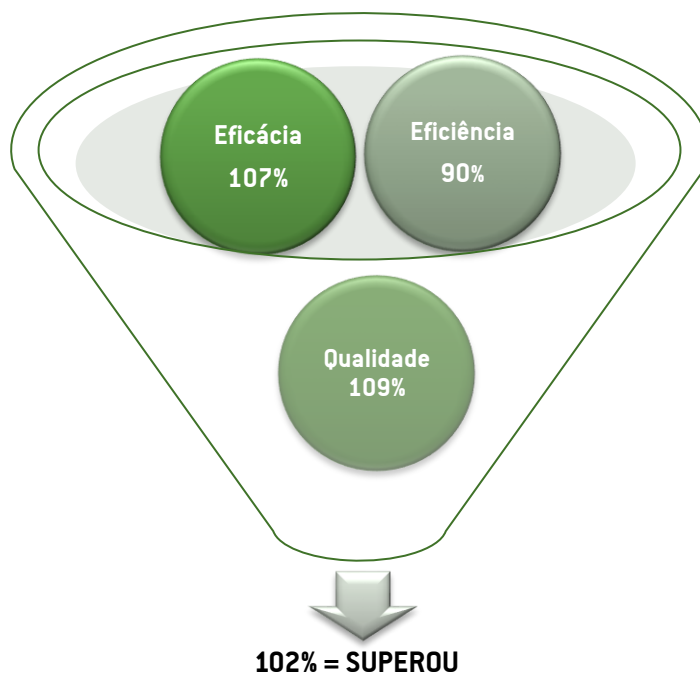
Aspetos como “localização e acesso”, “velocidade de navegação na página IEFP”; “sistema de atendimento e conhecimentos técnicos” mereceram nota positiva tanto dos utentes singulares como coletivos

Em suma:

O parâmetro Qualidade, ponderado em 35%, foi **superado** tendo obtido uma taxa de realização de **109%**.

Em termos globais, o IEPF atingiu a seguinte pontuação quantitativa final:

FIGURA 5 – SÍNTESE DOS RESULTADOS QUAR POR PARÂMETRO



IV.5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

IV.5.1. Apreciação dos utilizadores

DESIGNAÇÃO: Estudo de Avaliação da Satisfação do Atendimento Global – IEFP (inquirição aos Utentes Singulares e aos Utentes Coletivos)

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada é semelhante à dos estudos efetuados anteriormente, neste domínio. Assim, serviram de suporte os inquéritos por questionário dirigidos aos públicos definidos, com recurso à plataforma eletrónica *Lime Survey*, com base num primeiro envio e um envio de insistência, para reforço da respetiva taxa de resposta.

Para a constituição do universo de utentes a inquirir, a referência foi o contacto estabelecido por pessoas e entidades com o IEFP, entre 1 de setembro de 2024 e 28 de fevereiro de 2025. O universo dos utentes singulares correspondeu a 361 835 e o dos utentes coletivos a 24 559. A amostra obtida foi equivalente a 67 675 utentes singulares e 5 752 utentes coletivos, correspondendo, assim, a taxas de resposta de 18,7% e 23,4%, respetivamente.

Todas as dimensões do atendimento aqui estudadas – acessibilidade, qualidade das instalações, qualidade do atendimento, relação interpessoal colaborador/utente, informação disponível, e satisfação global – baseiam-se numa escala de 1 a 10 pontos, classificação atribuída tendo em consideração as diversas dimensões em análise e a sua natureza.

Na medição do grau de satisfação estão presentes a correspondência entre a pontuação obtida e a classificação:

No item da “correspondência às expectativas”, que se encontra integrado na dimensão da satisfação global, devido à sua natureza específica (pretende-se saber o grau de correspondência e não de satisfação), optou-se pelo seguinte: não correspondência [1,4], pouca correspondência]4,6], correspondência]6,8] e muita correspondência]8,10].

Níveis de Classificação	Pontuação
negativo	[1,4]
neutro	]4,6]
positivo	]6,8]
muito positivo	]8,10]

De referir, ainda, que a análise dos resultados obtidos a partir da inquirição, reporta-se a dados globais, ou seja, de âmbito nacional, encontrando-se a informação desagregada de acordo com a tipologia de utente - singular ou coletivo. Outro aspeto a reter é o facto de a informação se encontrar organizada sob a forma de indicadores associados aos itens das diferentes dimensões.

RESULTADOS:

Com base na informação recolhida e analisada neste estudo, sistematizam-se em seguida os aspetos que se evidenciaram, mais e menos satisfatórios, em cada tipo de utente. É, assim, possível constatar o que está na origem da satisfação/insatisfação em termos de atendimento.

- Utentes Singulares

Aspetos mais satisfatórios:

- 72% destes utentes consideram que o motivo de contacto ficou resolvido;
- Em matéria de acessibilidade física, a “localização e acesso” apresenta 82,5% de avaliações muito positivas/positivas. Nos serviços online, destaca-se a “velocidade de navegação na página IEFP”, com uma percentagem mais elevada de classificações muito positivas/positivas (78,2%);
- Na dimensão das instalações, a “organização do espaço” obteve as opiniões mais satisfatórias [positivas/muito positivas] – 80,8%;
- Quanto à qualidade do atendimento, o parâmetro “sistema de atendimento” distinguiu-se com mais opiniões muito positivas (53,8%), seguindo-se as positivas (28%), perfazendo 81,8%;
- Na relação interpessoal trabalhador/utente, os “conhecimentos técnicos”, com 81,6% de avaliações muito positivas/positivas, foi o parâmetro com a avaliação mais satisfatória;
- Na dimensão relativa à informação disponível, a “clareza e transparência”, a “utilidade da informação” e a “interesse na solução proposta”, receberam classificações muito positivas/positivas, com 76,9%, 76,3% e 74,3%, respetivamente;
- Em relação à satisfação global, evidencia-se o seguinte:
 - 51,6% dos utentes singulares avaliam como muito positivo o atendimento geral;
 - para 49,4% dos utentes verificou-se muita correspondência às expectativas;
 - a disponibilidade e apoio dos trabalhadores registou 53,5% muito positivas e 26,3% de opiniões positivas;
 - 85,6% destes utentes pretendem recorrer novamente ao IEFP, I.P.

Aspetos menos satisfatórios:

- 13,2% dos utentes singulares afirmam que o motivo de contacto não ficou resolvido;
- Em matéria de acessibilidades, a “compreensão e clareza de procedimentos” apresentou maior proporção de avaliações negativas (10,2%);
- Na dimensão das instalações, o “conforto e comodidade” obteve mais apreciações neutras (15,5%), correspondendo a 7% a classificação negativa neste parâmetro;
- No que respeita à qualidade do atendimento, tanto os “RH/técnicos disponíveis” como a “perceção do tempo de espera”, recolheram mais opiniões neutras e negativas. -Opiniões neutras com 16,1% e 15,3%, respetivamente, enquanto negativas obtivemos uma percentagem de 10,5% e 10%, respetivamente;
- Na relação interpessoal trabalhador/utente, o parâmetro que se apresentou como menos satisfatório foi o do “empenho na resolução de assuntos”, com 11,8% de avaliações neutras e 9,2% negativas;
- Na dimensão da informação disponível, sobressai a “rapidez resposta” como o parâmetro menos satisfatório, com 15,2% de opiniões neutras e 11,6% negativas;
- A nível da satisfação global, observa-se que:
 - 8,6% dos utentes singulares classificaram de negativo o atendimento geral;
 - para 10,3% não houve correspondência às expectativas;
 - a disponibilidade e apoio dos trabalhadores obteve 8,8% de opiniões negativas;
 - 14,4% destes utentes afirma que não pretende recorrer de novo ao IEFP, I.P.
- Utentes Coletivos

Aspetos mais satisfatórios:

- 87% das entidades conseguiram resolver o motivo que esteve na origem do contacto com os nossos Serviços;
- Em matéria de acessibilidade física, a “localização e acesso” reuniu mais avaliações satisfatórias, com 86,5% de apreciações muito positivas/positivas. Na utilização dos serviços online, a “velocidade de navegação” evidenciou-se com 84,2% de avaliações positivas/muito positivas;

- Relativamente à qualidade das instalações, a “organização do espaço” demarcou-se com maior grau de satisfação (83,8%) de classificações positivas/muito positivas);
- O que respeita à qualidade do atendimento, o “sistema de atendimento” registou 54,1% de apreciações muito positivas e 31,8% positivas;
- Na relação interpessoal trabalhador/utente, os “conhecimentos técnicos” obtiveram 64,8% de opiniões muito positivas e 25,4% positivas;
- Na dimensão que respeita à informação disponível, a “utilidade da informação”, o “interesse da solução proposta” e a “clareza e transparência” apresentam-se com maior percentagem de avaliações muito positivas/positivas, com 84,7%, 85,0%, 82,9%, respetivamente;
- Em termos de satisfação global, evidencia-se o seguinte:
 - 88,1% das entidades consideram o atendimento, em geral, positivo/muito positivo;
 - para 57,1% dos utentes verificou-se muita correspondência às expectativas;
 - 47,8% avaliam muito positivamente os candidatos a oferta;
 - 57,9% classificam como muito positiva a disponibilidade e apoio dos trabalhadores;
 - 95,2% destes utentes tencionam voltar ao IEFP, I.P.

Aspetos menos satisfatórios:

- 4,6% das entidades afirmaram não ter conseguido resolver o motivo de contacto com os Serviços;
- Na acessibilidade física, o “horário funcionamento” recolheu mais apreciações negativas (4,5%). Na utilização dos serviços online, a “compreensão e clareza procedimentos” registou 9,1% de avaliações negativas;
- Em matéria de qualidade das instalações, o “conforto e comodidade” apresentou uma proporção de 3,9% de opiniões negativas;
- Quanto à qualidade do atendimento, o parâmetro correspondente aos “RH/técnicos disponíveis” obteve 12,8% de apreciações neutras, seguindo-se as negativas (8,1%);
- Na relação interpessoal trabalhador/utente, o “tempo duração atendimento” recolheu 7,4% de classificações neutras, seguidas das negativas (4,7%);
- Relativamente à informação disponível, o parâmetro menos satisfatório foi o da “rapidez resposta”, com maior percentagem de opiniões neutras (11,3%), equivalendo as negativas a 6,7%;
- Quanto à satisfação global, é de assinalar:

- para 4,6% das entidades o atendimento, em geral, foi considerado negativo;
- alcançou 5,4% a proporção de não correspondência às expectativas;
- 11,2% avaliam negativamente os candidatos a oferta;
- correspondeu a 5,3% a percentagem de classificações negativas no parâmetro da disponibilidade e apoio dos trabalhadores;
- 4,8% das entidades afirmam não pretender recorrer novamente ao IEPF, I.P.

IV.5.2. Controlo Interno

O IEPF encontra-se sujeito às regras do controlo interno da Administração Pública, nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial.

Neste sentido, o IEPF pode ser sujeito a ações de controlo, auditoria ou fiscalização por parte da Inspeção-Geral de Finanças, da Direção-Geral do Orçamento ou da Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Está ainda sujeito ao controlo do Tribunal de Contas.

Nos termos do artigo 12.º da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, compete à área de Auditoria, integrada na Assessoria da Qualidade, Jurídica e de Auditoria (AQJA) avaliar a conformidade da atividade das unidades orgânicas com os normativos aplicáveis, auditar e acompanhar os apoios técnicos e financeiros concedidos, e monitorizar a implementação das recomendações resultantes de auditorias internas e externas, sinalizando desvios, melhorias e fatores críticos, através da realização de Auditorias à Gestão Corrente, Auditorias Operacionais e Auditorias de Acompanhamento e instrução de processos de Averiguações Técnicas.

Assim, no decurso de 2025, foram realizadas cinco ações de Auditoria à Gestão Corrente e uma ação de Auditoria Operacional, com especial enfoque no interesse estratégico que representa a execução do PRR.

ÁREA – Administrativa e Financeira

No ano de 2025, na área administrativa e financeira, alcançou-se o cumprimento de metas importantes:

- ✓ Consolidação da contratação pública de empreitadas e serviços conexos na PG-AF: já foram lançados 71 procedimentos e emanadas as respetivas orientações para uniformização de procedimentos ao nível central e regional;
- ✓ Consolidação e atualização dos procedimentos e orientações associados à aplicação e apoio à informação financeira e gestão orçamental sifGO e Portal do Formador – a melhoria contínua dos sistemas de informação é uma atividade essencial: foram instaladas novas versões em todos os

módulos dos sistemas: Patrimonial e Portal do Formador (jan/2025), Créditos (abr/2025) Financeira (ago/2025) permitindo a introdução de melhorias significativas;

- ✓ Implementação das novas alterações ao Código dos Contratos Públicos no IEFP, IP e outra legislação aplicável à contratação pública a saber:

a) **Decreto-Lei n.º 112/2025, de 23 de outubro** - Flexibiliza regras de contratação pública na área das empreitadas, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio e o Código dos Contratos Públicos (CCP). No essencial, procede à alteração do artigo 43.º do CCP, passando as entidades adjudicantes a poder recorrer à figura da conceção-construção não apenas em casos excecionais e devidamente fundamentados, mas sempre que, segundo juízos de discricionariedade e à luz dos interesses públicos em presença, concluem pela adequação daquela modalidade contratual. Paralelamente, foram aumentados, a título excecional, os limiares para a adoção dos procedimentos de consulta prévia e ajuste direto, no âmbito da celebração de contratos que se destinem à promoção de habitação pública ou de custos controlados.

b) **Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Decreto-Lei de Execução Orçamental - DLEO 2025)** - Altera os limiares de competência para despesa plurianual. Mais concretamente, o artigo 151.º do DLEO 2025 procedeu a uma alteração ao Decreto-Lei n.º 197/99, aumentando o valor até ao qual a autorização plurianual pode ser dada sem necessidade de Portaria de Extensão de Encargos. Sempre que a despesa em cada um dos anos económicos seguintes não exceda os **€500.000,00**, a autorização passa a ser passível de ser conferida por despacho e, por via de subdelegação, pode ser atribuída competência aos órgãos de direção, como sucede com o CD do IEFP. Esta alteração veio agilizar bastante os procedimentos de aquisição uma vez que o limite anterior era de apenas 100.000,00€.

c) **Reforço das orientações no que respeita à publicitação no Portal dos Contratos Públicos (Base.gov) dos procedimentos por ajuste direto simplificado e contratação excluída** - a publicação do Relatório de Formação de contrato ao abrigo de contratação excluída, acima de 5.000,00€ passou a ser obrigatória – ver Portarias n.ºs 318-A/2023 e 318-B/2023.

- ✓ **Implementação de utilização de nova plataforma (INSIGHT VIEW)** de consulta de dados de pessoas coletivas e singulares, no âmbito da contratação pública- verificação da existência de entidades relacionadas evitando a solicitação de declarações – consequente celeridade dos processos uma vez que já não estamos dependentes do envio de documentação da parte da entidade e dados mais fiáveis.
- ✓ Implementação da utilização de *checklists* nos procedimentos por Ajuste Direto e Consulta prévia (aquisição de bens, serviços ou empreitadas) – medida de controlo interno e mitigação do erro.
- ✓ Reforço das orientações da consulta da validade do registo de beneficiário efetivo (RCBE) nos procedimentos de contratação pública, tanto ao nível da consulta, como dos documentos de habilitação, como do pagamento;

- ✓ Atualização/reforço de proposta de renovação parcial da frota automóvel do IEFP, com aquisição em regime de aluguer operacional de 64 viaturas (AOV) – proposta submetida à ESPAP em set/2025 para desenvolvimento do respetivo processo de aquisição. Decorrente de candidatura promovida pela ESPAP, foi também iniciado processo de aquisição em regime de AOV de 12 viaturas elétricas. A previsão de entrega das 12 viaturas é em maio/2026 e das 64 viaturas em set/2026. Por contrapartida destas duas aquisições serão entregues/abatidas 76 viaturas inativas da frota automóvel;
- ✓ Reforço junto das Delegações Regionais para a importância do tratamento atempado da dívida para o estado coercivo (Autoridade Tributária- AT), possibilitando uma maior taxa de sucesso na recuperação de valores junto das entidades devedoras;
- ✓ Metodologia de Insolvências de pessoas singulares e coletivas em vigor desde 2024 e Metodologia da Prescrição de Dívida em vigor desde 2022, cuja aplicação permitiu, no ano de 2025, uma redução na ordem dos 30M€ (67%) da dívida insolvente, face ao período homólogo;
- ✓ Reforço da monitorização do tratamento da dívida – periodicidade trimestral- efetuada pelos Serviços Centrais junto das Delegações e, consequentemente das Delegações junto dos centros, com especial enfoque no acompanhamento às delegações com valores mais elevados em 2024;

Destes pontos damos especial destaque a:

- ✓ O Governo português levou a cabo, com o apoio da Comissão Europeia, a 2ª edição do **Fórum Social no Porto** em setembro de 2025. O Fórum Social do Porto consistiu numa conferência de alto nível em que participaram, nomeadamente: representantes das Instituições Europeias, dos Estados Membro, dos Parceiros Sociais, Organizações internacionais de relevo como a OIT e a OCDE.

A área administrativa teve um papel relevante na organização deste evento uma vez que ficou à sua responsabilidade o desenvolvimento de todos os processos de aquisição, com vista à realização do evento.

Foram levados a cabo 36 processos de aquisição, num total de 344.612,65€ adjudicados em várias categorias de serviços: alojamento, aluguer de audiovisuais e mobiliário, catering, aluguer de tendas, reportagem fotográfica e vídeo, branding, merchandising, aluguer do espaço do evento e serviços associados, animação cultural, transfers, hospedeiras, oficiais de ligação, tradutores, entre outros.

- ✓ No âmbito do **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)** é de realçar a continuação do lançamento de processos de aquisição (concursos públicos internacionais) para aquisição de equipamentos no âmbito da modernização da formação profissional, cujo valor estimado acumulado no período 2021-2025 ronda os 100 milhões de euros, para aquisição de equipamentos diversos (mecatrónica, energias renováveis, robótica industrial, eletrónica, aeronáutica, soldadura, gestão de redes,

máquinas agrícolas, geriatria, informática, entre outros)], para equipar diversos serviços de formação profissional do IEFP, abrangidos por financiamento PRR.

No final de 2025 já tinham sido desenvolvidos 48 processos de aquisição, dos quais 41 processos já tinham contratos celebrados num total de cerca de 34 milhões de euros, sendo que os respetivos pagamentos já ascendiam a quase 25 milhões de euros – o que representa uma taxa de execução de 74%.

Decorrente destas aquisições PRR, no ano de 2025 foram inventariados:

- ✓ 4 118 bens para afetar às diferentes áreas da formação profissional que correspondem a 7 milhões de euros.
- ✓ 14 obras em curso que correspondem a 20 milhões de euros.

ÁREA – Recursos Humanos

Ciente da dificuldade que os trabalhadores do IEFP, demonstram em compreender temas relacionados com os Recursos Humanos, e reconhecendo a importância de manter um canal de comunicação interno, o Departamento de Recursos Humanos deu continuidade à divulgação mensal de informações apresentadas de forma simples e apelativa relacionadas com matérias de interesse dos mesmos.

Essas informações, designadas por **Os “Como?” dos Recursos Humanos**, têm o formato de ficha e são divulgadas via e-mail e publicadas na página do DRH na Intranet, desde 2021, pelo que no mês de abril de 2026 foi divulgada a ficha n.º 57.

O Departamento de Recursos Humanos, é certificado no âmbito da:

- 1. Norma NP 4552:2022** Sistema de Gestão da Conciliação – SGC, cujo processo foi iniciado a 8 de março de 2023 com a assinatura da Carta de Compromisso para a Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal (Projeto Conciliar +) iniciativa desenvolvida no âmbito da Rede Por Todos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) .

Assim, nasceu o Projeto Lado a Lado, com o objetivo de conceber e implementar o Sistema de Gestão da Conciliação (SGC) no IEFP, I.P., de acordo com os requisitos da norma NP 4552:2022, para a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

Este sistema procura identificar e atender às necessidades dos/as trabalhadores/as em termos de flexibilidade e apoio, enquanto alinha esses aspetos com os objetivos e o desempenho institucional, melhorando a qualidade de vida dos/as trabalhadores/as e fortalecendo o compromisso, reduzindo o absentismo, enquanto aumenta a retenção e a atração de talentos, promovendo um ambiente de trabalho mais motivador para todos/as.

O programa da conciliação do IEFP, I.P. foi definido com base em três domínios:

- Boas Práticas Laborais

- Apoio Profissional e Desenvolvimento Pessoal

- Serviços e Benefícios

2. Norma ISO 9001:2015 - Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) implementado no âmbito do “Diagnóstico de necessidades de formação, planeamento, conceção, organização, promoção, desenvolvimento/execução, acompanhamento e avaliação da formação desenvolvida para os trabalhadores do IEFP, IP.”

Com o objetivo de determinar o nível de conformidade do sistema implementado no IEFP, I.P. com os requisitos previstos pela norma ISO 9001:2015, realizaram-se em 2025:

- Quatro Auditorias Internas aos Processos que integram o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), com o objetivo de verificar a eficiência e eficácia dos procedimentos em vigor, bem como, identificar oportunidades de melhoria, com vista à melhoria contínua do SGQ implementado, desenvolvida para os trabalhadores do IEFP.
- Uma Auditoria Externa de renovação da Certificação no âmbito da Norma ISO 9001:2015, pela entidade certificadora APCER, para determinar o nível de conformidade do sistema implementado no IEFP com os requisitos previstos.

Decorrente da Auditoria Externa realizada, foi comunicado ao IEFP que estavam reunidas as condições necessárias para a renovação do Sistema de Gestão da Qualidade implementado.

Adicionalmente o IEFP foi alvo de uma auditoria ao sistema e aos procedimentos de controlo interno das operações de execução do orçamento ao IEFP na área de recursos humanos, efetuada pela Inspeção Geral do MTSSS.

Acresce referir que o Departamento de Recursos Humanos se encontra a elaborar um Manual de Controlo Interno, com o objetivo de proceder à avaliação contínua de todas as atividades desenvolvidas nesta área, por forma a poder colmatar redundâncias, garantindo desse modo a melhoria contínua de todos os procedimentos.

ÁREA – Emprego

Mitigação do risco de duplo financiamento – PRR

No âmbito do Investimento **RE-C06-102 – Compromisso Emprego Sustentável do PRR**, foram adotados os procedimentos para a mitigação do risco de duplo financiamento, através da disponibilização dos documentos de suporte e de um conjunto de orientações para a operacionalização da OT nº 11/2023, de 28 de julho, da Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP).

Em sequência e por forma a simplificar o *Cross-Check*, foi desenvolvida uma ferramenta com tecnologia RPA (*Robotic Process Automation*), designada por ROBOT, que permitiu a consulta automática das bases de dados pré-identificadas, bem como a elaboração de relatórios e respetivo arquivo nos dossiers digitais das entidades destinatárias dos apoios.

De igual forma, foram desenvolvidos os trabalhos e disponibilizados os acessos para a BD ARACHNE e disponibilizados recursos didáticos e ações de capacitação para o seu manuseamento. Trata-se de uma ferramenta de pontuação de risco desenvolvida pela Comissão Europeia para ajudar a identificar projetos financiados pelos Fundos Europeus que possam estar expostos a riscos de fraude.

Em novembro/2024 foi disponibilizada pela EMRP a aplicação *FinDup* que permite efetuar, com recurso à interoperabilidade entre base de dados confiáveis, os procedimentos de verificação *ex-ante* e *ex-post* do risco de duplo financiamento dos projetos financiados pelo PRR. Neste âmbito, foram realizadas três ações de capacitação para a utilização da *FinDup*, nas quais participaram todos os técnicos responsáveis pelo desenvolvimento do procedimento de mitigação do duplo financiamento. Em simultâneo, foram efetuados os necessários ajustamentos aos procedimentos adotados, no contexto da revisão da OT nº 11/2023, efetuada em 18-de outubro de 2024, atualizada posteriormente em 03-10-2025.

Neste seguimento e por forma a facilitar a aplicação do procedimento de mitigação por parte dos técnicos do IEFP, todas estas matérias foram vertidas na Orientação Técnica nº 2/DEM de 19-02-2025, revista em 09-12-2025.

ÁREA - Formação Profissional

No âmbito do PRR, em 2025 foram feitas **42** visitas de acompanhamento a serviços de formação profissional de gestão direta em assuntos associados a especificações técnicas, lançamento e tramitação de concursos, receção e colocação em funcionamento de equipamentos adquiridos e auditorias de diversos organismos.

No âmbito do acompanhamento aos centros de gestão participada, o DFP, no ano de 2025, realizou visitas de acompanhamento de 7 CGP, que visam, por um lado, a partilha de informações e o esclarecimento de dúvidas por parte dos Centros, bem como a verificação da organização dos processos técnico-pedagógicos e dos relativos aos investimentos PRR.

No que respeita às atribuições do Centro Nacional de Qualificação de Formadores (CNQF), em particular ao acompanhamento das entidades formadoras externas, foram feitas:

- 22 visitas de acompanhamento a entidades formadoras,
- 4 reuniões de verificação técnico-pedagógicas e
- 5 reuniões de verificação do dossier técnico-pedagógico

- 15 *webinars*, 38 *workshops*, 36 ações de formação inicial e continua de formadores, 4 jornadas técnicas, 1 *summit/seminário* e 1 *team building*, em reforço da qualidade da formação profissional e dos seus intervenientes.

ÁREA – Financiamento Comunitário

Relativamente à atividade desenvolvida pelo IEFP com apoio dos fundos comunitários e quanto à intervenção do IEFP na qualidade de Organismo Intermédio, destaca-se a realização de diversas ações de verificação e auditorias por parte das entidades certificadoras - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.- AD&C e programas financiadores, conforme a seguir se indica:

1. Quanto ao IEFP na qualidade de Promotor:

Portugal 2020

▪ Ao nível da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (AD&C)

Com o objetivo de verificar a legalidade e regularidade das despesas certificadas à Comissão Europeia, foi efetuada pela Estrutura Segregada de Auditoria da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C) as seguintes auditorias:

- ✓ No que respeita ao **Programa Operacional Capital Humano (POCH)** foi abrangida a operação POCH-03-5470-FSE-001540 - Cursos de Aprendizagem – Região Norte
- ✓ No que se refere ao **Programa Operacional da Região Centro (Centro 2020)** foram abrangidas as operações:
 - ☞ CENTRO-04-35D3-FSE-000003 - Incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial – Região Centro
 - ☞ CENTRO-05-4230-FSE-000040 - Trabalho Socialmente Necessário (CEI e CEI+) – Região Centro
- ✓ Relativamente ao **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020)** foi contemplada a operação POCI-08-63H3-FSE-000001 – REACT - ATIVAR.PT Estágio - Região Norte

Portugal 2030

- ✓ No âmbito do **Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)** foram abrangidas as operações:
 - ☞ PESSOAS-FSE+-00256800 – Apoios à Contratação – Região Norte

- ☞ PESSOAS-FSE+-00256900 – Apoios à Contratação – Região Centro
- ☞ PESSOAS-FSE+-01012500 – Estágios – Região Centro
- ☞ PESSOAS-FSE+-01341400 – Contrato Emprego Inserção + - Região Norte
- ☞ PESSOAS-FSE+-01341500 – Contrato Emprego Inserção+ - Região Centro

▪ **Ao nível dos Programas financiadores**

Portugal 2020

- ✓ No que concerne ao **Programa Operacional Capital Humano (POCH)** foi efetuada a ação de verificação no local, que incidiu sobre a operação POCH-03-5470-FSE-001521 – Cursos de Aprendizagem – Região do Alentejo
- ✓ Relativamente ao **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)** foram realizadas ações de verificação no local que recaíram sobre as seguintes operações:
 - ☞ POISE-01-3524-FSE-004064 – Vida Ativa para Desempregados – Região Centro
 - ☞ POISE-01-3524-FSE-004066 – Vida Ativa para Desempregados – Região Norte
 - ☞ POISE-03-4231-FSE-002169 – Vida Ativa para DLD – Região Centro
 - ☞ POISE-03-4231-FSE-002179 – Vida Ativa para DLD – Região Norte

Portugal 2030

- ✓ No que diz respeito ao **Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)** foi promovida uma ação de verificação no local que contemplou a operação PESSOAS-FSE+-00256800 – Apoios à Contratação – Região Norte

2. Quanto ao IEFP na qualidade de Organismo Intermédio:

Verificações Administrativas, Verificações no Local e Auditorias

No âmbito do Portugal 2030 (PT 2030), pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2023, de 10 de fevereiro, foi criada a Autoridade de Gestão do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (adiante designado PESSOAS 2030), como órgão responsável pela sua gestão, acompanhamento e execução, tendo esta a natureza de estrutura de missão, e pelo Despacho n.º 6927-A/2023, de 28 de junho, foram extintas as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Temáticos Inclusão Social e Emprego (POISE), Capital Humano (POCH) e Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), do Portugal 2020 (PT 2020), sendo as suas competências, direitos e obrigações assumidos pela Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030, incluindo as relativas às verificações, no local e administrativas.

Através de Acordo Escrito para o exercício de funções tarefas de gestão, com efeitos desde 01 de janeiro de 2024 e válido enquanto vigorar o PESSOAS 2030, a Autoridade de Gestão do PESSOAS 2030 delegou no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP, I.P.), enquanto Organismo Intermédio, um conjunto de competências de gestão, relativamente à Tipologia de Operação 4046 - Qualificação de Pessoas com Deficiência e ou Incapacidade.

Neste âmbito, compete à Equipa de Projeto de Acompanhamento de Programas Comunitários (EAP) a coordenação da intervenção do IEFP, I.P., enquanto Organismo Intermédio, cabendo a estes serviços divulgar as normas e procedimentos relacionados, entre outros, com as verificações administrativas e no local aos projetos aprovados, sendo as ações de verificação executadas pelas Delegações Regionais.

Quanto às verificações administrativas (VA), estas decorrem ao longo do ano, em sede de análise de pedidos de reembolso, e traduzem-se na apreciação de elementos da amostra de execução física e financeira.

As verificações no local (VL) são realizadas no espaço onde decorrem as ações aprovadas e permitem aferir da efetiva realização das operações financiadas, nomeadamente nas componentes material, financeira, contabilística, factual e técnico-financeira.

Contudo, no que respeita às verificações no local, não foram programadas quaisquer verificações para o ano de 2025, estando apenas prevista a aprovação, por parte da Autoridade de Gestão (AG), das novas normas relativas à programação e execução das verificações no local, a realizar no âmbito das operações apoiadas pelo PESSOAS 2030, durante o ano de 2026.

No ano de 2025, encontravam-se em execução o Aviso POISE-I5-2022-01 (87 candidaturas) e o Aviso PESSOAS-2024-13 (81 candidaturas). Foi ainda aberto o Aviso PESSOAS-2025-28, em 18 de dezembro de 2025, com possibilidade de submissão de candidaturas até 16 de março de 2026.

Foram, igualmente, prestados contributos pelo Organismo Intermédio (OI) no âmbito das seguintes auditorias:

- ✓ Auditoria da Inspeção Geral de Finanças no âmbito dos indicadores - operação POISE-03-4229-FSE-000001 – Fundação Nuno Silveira
- ✓ Auditoria da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. - NAJC 2021/137/LP - operações da entidade URBE – Consultores Associados, Lda

- ✓ Auditoria da Comissão Europeia aos Sistemas de Gestão e Controlo do PESSOAS 2030 - operação PESSOAS-FSE+-01518500 - APPACDM de Soure

ÁREA – Sistemas de Informação

Em 2025, o IEFP deu continuidade à Segurança da Informação, reforçando a proteção da informação, dos serviços digitais e dos sistemas de suporte à atividade. As iniciativas tiveram como foco: (i) reduzir a exposição a ciberameaças e falhas de configuração, (ii) aumentar a capacidade de prevenção, deteção e resposta a incidentes, (iii) reforçar a proteção de dados pessoais e informação institucional, e (iv) alinhar práticas internas com requisitos legais e normas de referência em cibersegurança.

Principais Iniciativas Desenvolvidas em 2025

1. Organização e Políticas de Segurança

- Revisão e melhoria dos procedimentos de gestão de incidentes (triagem, escalonamento, comunicação e registo), assegurando critérios claros para classificação e atuação. Benefício: resposta mais consistente, menor tempo de indisponibilidade e melhor evidência para auditoria e reporte.
- Criação/afetação de uma equipa especializada para monitorizar riscos, acompanhar vulnerabilidades e analisar sinais de ataque (correlação de eventos e investigação inicial). Benefício: maior capacidade de deteção precoce e diminuição da probabilidade de incidentes com impacto elevado.
- Avaliação do cumprimento das novas regras europeias (Diretiva NIS2) e definição de um plano de conformidade (levantamento de gaps, priorização de medidas e modelo de acompanhamento). Benefício: redução de risco regulatório e melhoria da resiliência organizacional através de requisitos mais exigentes de gestão de risco e reporte.

2. Gestão e Resposta a Incidentes

- Contratação de um serviço especializado para apoiar a definição da estratégia de segurança, o modelo de gestão de risco e a proteção de dados (metodologias, recomendações e apoio à implementação). Benefício: aceleração da maturidade de segurança, com decisões baseadas em risco e maior consistência nas medidas aplicadas.
- Renovação do serviço de monitorização e resposta a incidentes (vigilância contínua, análise de alertas e apoio na contenção/recuperação), aumentando a capacidade de prevenir, detetar e resolver eventos de segurança. Benefício: redução do tempo de deteção e resposta, mitigando impactos em serviços e utilizadores.

3. Testes e Formação

- Realização de testes de segurança para identificar vulnerabilidades e fragilidades de configuração (incluindo validação de exposição e recomendações de correção) antes que possam ser exploradas. Benefício: diminuição da superfície de ataque e redução do risco de interrupções de serviço.
- Campanhas regulares de sensibilização para colaboradores, incluindo simulações de ataques por email (phishing) e formação online sobre boas práticas (palavras-passe, partilha de informação, trabalho remoto e reporte de suspeitas). Benefício: redução de incidentes causados por erro humano e aumento do reporte atempado de tentativas de fraude.

4. Reforço da Segurança dos Sistemas

- Atualização de sistemas para versões suportadas e mais seguras, acompanhada da remoção/substituição de equipamentos e componentes obsoletos. Benefício: menos vulnerabilidades conhecidas, maior estabilidade e compatibilidade com controlos de segurança modernos.
- Implementação e reforço de mecanismos de controlo de acessos e privilégios (princípio do menor privilégio e segregação de funções), garantindo que cada utilizador possui apenas as permissões necessárias. Benefício: mitigação de movimentos laterais em caso de compromisso e redução de alterações indevidas.
- Melhoria do hardening e da gestão de configurações em sistemas Linux, com automatização de atualizações e correções de segurança sempre que aplicável. Benefício: menor janela de exposição a vulnerabilidades e redução de esforço manual de manutenção.
- Reforço da proteção do correio eletrónico (filtros, políticas e validações) e atualização das tecnologias de encriptação para elevar a confidencialidade e integridade das comunicações. Benefício: redução de phishing/malware por email e menor risco de exposição de informação sensível.
- Início da aplicação de normas e recomendações internacionais para reforçar a proteção do ecossistema Microsoft 365 (configurações de segurança e boas práticas de administração). Benefício: maior proteção de identidades, dados e colaboração, reduzindo riscos associados a configurações frágeis e acessos indevidos.

5. Infraestrutura e Dispositivos

- Continuação da modernização da rede (segmentação, reforço de controlos e melhoria de arquitetura) para a tornar mais segura e flexível. Benefício: limitação da propagação de incidentes, melhoria de desempenho e suporte a novos requisitos de serviço.
- Definição e implementação de regras para gestão de aplicações em dispositivos móveis (instalação, atualização e permissões), assegurando maior controlo e proteção. Benefício: redução do risco de fuga de informação e melhor cumprimento de requisitos de segurança em mobilidade.
- Implementação de medidas para proteger serviços de impressão (autenticação segura, políticas de acesso e migração faseada para soluções em nuvem). Benefício: maior controlo sobre documentos impressos, redução de exposição de dados e simplificação da gestão operacional.

Conclusão

As ações realizadas em 2025 consolidaram medidas iniciadas em anos anteriores e introduziram práticas que reforçam a prevenção, a deteção e a resposta a incidentes, contribuindo para maior disponibilidade dos serviços, proteção de dados pessoais e redução de riscos operacionais e reputacionais. O trabalho desenvolvido evidencia o compromisso do IEPF com a cibersegurança e com a confiança de utilizadores e parceiros, criando uma base para evolução contínua.

IV.5.3. O IEPF no contexto da Rede Europeia dos SPE

O *PES Network Capacity Report 2025*, publicado em março de 2026, integra o Programa de Trabalho da Rede Europeia dos SPE e apresenta uma análise comparativa, de natureza bienal, sobre a organização, atividades, tendências e desafios dos SPE na União Europeia, bem como na Islândia, no Liechtenstein e na Noruega⁶. O relatório baseia-se em informação recolhida através dos questionários de capacidade dos SPE e da Garantia Jovem reforçada, relativos ao período de março de 2023 a fevereiro de 2025, complementada com dados de *benchlearning* referentes a 2024.

Em termos globais, o relatório evidencia três tendências estruturais comuns aos SPE europeus: a alteração do perfil dos utentes, a intensificação da digitalização dos serviços e a crescente pressão sobre os recursos humanos e organizacionais. Portugal, através do IEPF, enquadra-se de forma consistente neste padrão europeu, acompanhando as tendências dominantes e apresentando, em vários domínios, desempenhos alinhados com as melhores práticas.

⁶A Rede Europeia dos Serviços Públicos de Emprego (SPE) reúne as organizações dos SPE dos 27 Estados-Membros, bem como da Islândia, do Liechtenstein e da Noruega e a Comissão Europeia. Foi criada em 2014 com o objetivo de formalizar a cooperação de longa data entre os SPE na Europa, na sequência de uma decisão do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu, posteriormente alterada em 2020: Decisão n.º 573/2014/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa ao reforço da cooperação entre os SPE. O seu objetivo é reforçar a capacidade, a eficácia e a eficiência dos Serviços Públicos de Emprego.

Alteração do perfil dos utentes do SPE

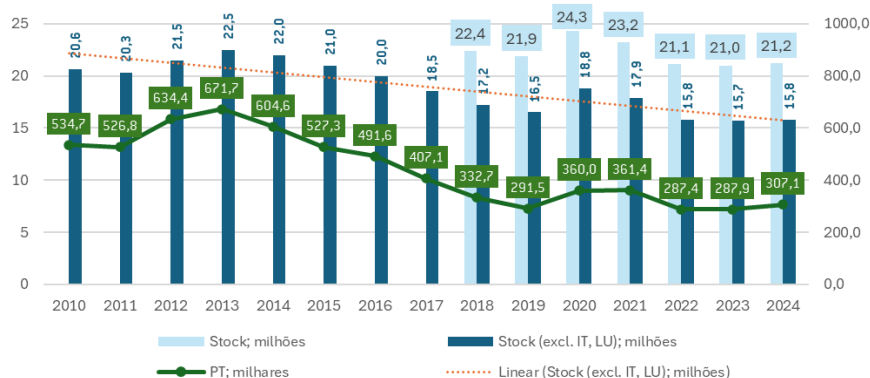
Os SPE europeus registam uma diversificação crescente do perfil dos seus utentes, marcada pelo envelhecimento da população desempregada, pelo aumento do nível médio de qualificações e por uma maior aproximação entre os géneros. Entre 2010 e 2024, o peso dos desempregados com 55 ou mais anos aumentou de forma significativa na Europa (+8,9 pp), verificando-se também esse fenómeno em Portugal (+5,2 pp), ainda que com menor intensidade. Observa-se igualmente um aumento da proporção dos desempregados com o ensino superior (+7,6 pp), fenómeno que é mais visível em Portugal para os que detêm habilitações de nível secundário (+21,3 pp).

Estas transformações implicam uma maior exigência na personalização dos serviços e na complexidade do acompanhamento, com cerca de 72% dos SPE europeus a identificarem este fenómeno como um desafio relevante para os serviços. Realça-se o facto de o relatório identificar, no caso português, o aumento do número de cidadãos de países terceiros inscritos como um fator adicional de complexificação, exigindo respostas reforçadas de orientação, integração e formação.

Dinâmica recente do desemprego registado

Após um período prolongado de redução, em 2024 registou-se um ligeiro aumento do número médio mensal de desempregados inscritos nos SPE europeus. Portugal insere-se neste contexto de estabilização e inversão moderada da tendência, com um crescimento do desemprego registado, o que reforça a relevância das políticas ativas orientadas para a prevenção do desemprego de longa duração e para a rápida reintegração no mercado de trabalho.

GRÁFICO 10– DESEMPREGO REGISTADO (STOCK MÉDIO MENSAL), REDE DOS SPE, 2010-2024



Fonte: Relatório "PES Network Capacity Report 2025"; PES-BL data collection

Nota: Os dados referem-se aos totais agregados dos membros da Rede dos SPE; os dados incluem estimativas; não existem dados disponíveis para a Itália no período de 2010 a 2017; não existem dados disponíveis para o Luxemburgo no período de 2010 a 2014; quebra na série temporal em 2024.

Digitalização e utilização de Inteligência Artificial

A digitalização constitui um eixo central de transformação dos SPE europeus. Cerca de 60% utilizam já soluções de inteligência artificial em áreas nucleares como o *profiling*, o *matching* e a monitorização da satisfação dos utilizadores, sendo os canais digitais predominantes em várias fases do atendimento.

O IEFP posiciona-se no grupo dos SPE mais avançados neste domínio, utilizando ferramentas digitais e soluções baseadas em IA, em linha com países como a Alemanha, França ou Países Baixos.

Destaca-se ainda outras áreas de utilização de ferramentas de digitalização de a IA:

- **69%** dos SPE europeus implementaram inovação digital na **gestão documental**, destacando-se o IEFP no uso de **Robotic Process Automation (RPA)**, referida no relatório como exemplo de redução de carga administrativa e aumento de eficiência, posicionando o IEFP **entre os SPE mais maduros**;
- **53%** recorrem a **chatbots baseados em IA**, estando o IEFP incluído neste grupo com a utilização de chatbots que oferecem suporte de serviços personalizados e/ou com recurso ao machine-learning, incluindo o aconselhamento e guia na procura de emprego, solução também aplicada nos SPE dos Países Baixos, Grécia e Itália;
- **81%** desenvolveram soluções que asseguram a **interoperabilidade dos sistemas informáticos**, identificando o relatório que o IEFP está a modernizar as suas plataformas informáticas orientadas para os utilizadores, à semelhança do que está a ser feito também na Dinamarca.

Esta evolução constitui um fator crítico de eficiência num contexto de recursos humanos limitados.

Resposta à transição verde

A maioria dos SPE europeus tem vindo a ajustar os seus serviços para responder à transição verde, sobretudo através da identificação de necessidades de competências e do reforço do *upskilling* e *reskilling*. Com efeito, estas áreas consolidaram-se como um eixo central da atuação dos SPE, com uma forte orientação para as necessidades concretas do mercado de trabalho e para as transições digital, verde e setorial.

O IEFP acompanha esta tendência europeia, articulando políticas de formação e requalificação com prioridades estratégicas associadas à transição climática. O IEFP é identificado como um exemplo relevante de governação colaborativa da requalificação, integrando o grupo maioritário de SPE europeus com intervenção sistemática neste domínio.

Abordagem baseada em competências (*skills-based approach*)

A adoção de abordagens baseadas em competências encontra-se em expansão na Europa, visando responder aos desajustamentos entre oferta e procura de trabalho e apoiar as transições digital e verde. A maioria dos SPE já integra informação sobre competências nos perfis dos candidatos e utiliza, total ou

parcialmente, taxonomias de competências, embora a aplicação plena destas abordagens a sistemas automatizados de *matching* esteja ainda em desenvolvimento em vários países.

O IEFP utiliza uma taxonomia de competências alinhada com a ESCO, integrando esta informação nos perfis dos candidatos e na interação com empregadores. Não obstante, tal como noutros SPE, parte desta informação continua a resultar de registos manuais, encontrando-se a integração plena das competências em sistemas automatizados de *matching* **em desenvolvimento**. Em termos comparativos, o IEFP não integra o grupo dos países pioneiros com soluções altamente preditivas, mas encontra-se claramente alinhado com a tendência dominante europeia.

Reforço dos serviços aos empregadores

Face à escassez de mão de obra e de competências, os SPE europeus reforçaram significativamente os serviços dirigidos aos empregadores. O IEFP acompanha esta orientação, destacando-se pela forte articulação com o tecido empresarial no desenho de respostas formativas e de requalificação.

Neste contexto, o programa PRO_MOV é identificado no relatório como uma boa prática europeia, enquanto exemplo de requalificação em larga escala desenvolvida em parceria com grandes empresas, assente na co-criação de conteúdos formativos, mentoria empresarial e colocação profissional subsequente. Este modelo posiciona Portugal acima da média europeia na ligação entre formação e necessidades efetivas do mercado de trabalho.

Conclusão

Em síntese, o *PES Network Capacity Report 2025* evidencia que o IEFP se encontra alinhado com as principais tendências e boas práticas europeias, não apresentando desvios estruturais face ao padrão dominante. O posicionamento de IEFP caracteriza-se como o de um SPE maduro e em evolução, destacando-se na digitalização, na articulação com os empregadores e na requalificação orientada para o mercado de trabalho. Persistem, contudo, desafios relevantes associados à pressão sobre os serviços e à complexidade crescente dos públicos, cuja superação será determinante para aprofundar a modernização e o impacto das políticas ativas de emprego.

IV.5.4. Medidas a adotar para um reforço positivo do desempenho

Propõe-se:

Na área Administrativa e Financeira

- ✓ Aposta na continuação de implementação de medidas de controlo interno nos procedimentos de contratação pública;
- ✓ Elaboração de mais relatórios Relatórios Power BI/Business Objects (BO) que permitam obter a informação dos sistemas do negócio de forma autónoma, célere e simplificada;
- ✓ Adesão ao Protocolo IGCP de validação do IBAN/NIF – desencadear todos os esforços com vista à implementação do protocolo de validação de IBAN/NIF do beneficiário no envio dos lotes de pagamento ao IGCP, permitindo uma validação última e absoluta deste requisito no ato do pagamento, bem como a atualização do sistema face aos mecanismos de controlo atuais e legais;
- ✓ Em estreita articulação com a IS-SI, está a ser gizada e implementada uma nova aplicação que centraliza o processo de requisição, autorização e afetação das viaturas do parque dos serviços centrais. Esta aplicação tem por objetivo dar maior transparência ao procedimento de atribuição de viaturas, permitindo a que todos os utilizadores possam ter acesso - em formato calendário - às viaturas que estão disponíveis, facilitando o planeamento e gestão das deslocações em serviço. Com esta aplicação todos os documentos obrigatórios são produzidos automaticamente com base nos dados registados pelos utilizadores, pelo que tanto maior seja o detalhe do registo, mais completos ficam os documentos de suportam a deslocação em serviço e que, mais tarde, serão apresentados em sede de auditorias. Esta aplicação também tem a grande vantagem de envolver todos os intervenientes deste processo – dos requisitantes, aos aprovadores, aos vigilantes– concentrando nesta aplicação todos os registos necessários à entrada e saída de viaturas de serviço. Pretende-se em 2026 avançar com a desmultiplicação para as unidades orgânicas regionais e locais.
- ✓ Em 2026, e com o objetivo de proceder à total renovação da frota automóvel do IEFP vai ser levado a cabo novo pedido junto da ESPAP para um novo processo de aquisição de cerca 60/70 viaturas híbridas (1 viatura pelo abate de 2) com vista à substituição das atuais 143 viaturas de combustão que se encontram em elevado estado de antiguidade - com uma média de 28 anos/ 415 000km percorridos.

Na área da Formação Profissional

No âmbito das medidas a adotar para reforço positivo do desempenho, devem ser considerados as seguintes:

- ✓ Reorientação da formação de longa duração dirigida a adultos desempregados (como os EFA) para aposta crescente na formação modular, na VIDA ATIVA (cuja portaria deve ser revista) e uma forte aposta estratégica na formação de nível 5, em especial nos CET;

- ✓ Incremento da formação de (re)qualificação para empregados, no âmbito da formação modular (FM), para prevenção de situações de desemprego e potenciar a empregabilidade, não só através da requalificação, como de acesso a melhores níveis remuneratórios;
- ✓ Incremento da formação de desenho específico (vulgo extra-Catálogo), criada à medida, para resposta às necessidades de técnicos qualificados no mercado de trabalho, contabilizando-a nos indicadores da FM, englobando os projetos cuja taxa de empregabilidade é elevada;
- ✓ Contabilização de outras medidas, como os CET, ao invés dos EFA (no limite, os EFA, atendendo à sua extensa duração, potenciam a situação de um desempregado se tornar DLD, o que é um contrassenso, como tal, considerando o nível de qualificação escolar da população portuguesa e o facto de que quanto mais tempo um desempregado estiver afastado do mercado de trabalho, mais difícil se torna o seu reingresso, entende-se que, neste contexto atual, devem ser desincentivados);
- ✓ Reforço da aposta em parcerias estratégicas com o mercado de trabalho, no âmbito da formação profissional, em especial com associações empresariais, empresas e entidades sem fins lucrativos, numa ótica de que a formação profissional deve ter por foco “Formar para o Trabalho”

Na área do Emprego

No ano de 2025 continuou a investir-se no reforço e melhoria dos canais de prestação de serviços do IEFP, nomeadamente a distância, bem como na atualização de ferramentas e de procedimentos e na automatização de processos administrativos que contribuíram, e continuarão a contribuir, para uma resposta mais eficaz e eficiente no âmbito do atendimento dos utentes e entidades empregadoras.

Destacam-se, em particular:

- ✓ A introdução de melhorias ao nível da adoção interna e a disponibilização externa da classificação europeia de profissões e competências – **ESCO**, em SIGAE e no iefponline, para caracterização dos pedidos de emprego e das ofertas de emprego com as competências profissionais, digitais, verdes e transversais detidas pelos utentes e solicitadas pelos empregadores, respetivamente. Em 2025, foram continuados os trabalhos de conceção e desenvolvimento de funcionalidades nos sistemas de informação que permitirão potenciar e tirar partido, em especial pelo recurso a inteligência artificial, da ESCO, designadamente pela introdução de um novo sistema de *matching* e de assistentes virtuais que auxiliem os utentes e entidades empregadoras na escolha das competências.
- ✓ O desenvolvimento de diversas ações, integradas o plano de ação para a dinamização de ofertas de emprego 2025, entre as quais se encontram:
 - A introdução de um **formulário de pré-registo de oferta de emprego**, no site lefp.pt e no iefponline, direcionando os pedidos dos empregadores para os serviços de emprego por via de um automatismo (Orientação Técnica n.º 4/DEM, de 26.02.2025)

- A implementação do **Projeto piloto do LinkedIn**, para divulgação de ofertas de emprego de difícil satisfação e receção de CV por essa rede, bem como realização de webinários sobre o LinkedIn para gestores de oferta e gestores+, reforçando a visibilidade e imagem do IEFP.
- ✓ A continuação e consolidação da marcação de atendimento, **via SIGA**, por videoconferência de âmbito nacional, sendo este atendimento garantido por um serviço de emprego que não necessariamente o da área de residência do utente, mas o qual foi previamente atribuído dentro de uma escala de atendimento. (2.ª Revisão da Orientação Técnica n.º 1/DEM de 2014.01.31, de 11 de fevereiro 2025).
- ✓ A introdução de **automatismos** (robots) facilitadores do trabalho dos serviços de emprego, designadamente para registo dos Certificados de Incapacidade Temporária (baixas médicas), assim como de uma aplicação que permite o registo de comparências a convocatórias dos serviços de emprego através de **QRcode**.

Apesar da diminuição do número de estrangeiros inscritos no IEFP, continuou a aplicar-se a metodologia do **Programa Integrar**, que promove o reforço das condições de acesso ao emprego dos imigrantes de países terceiros inscritos no IEFP e o trabalho em parceria. Assim, o IEFP vai continuar a promover junto deste grupo de cidadãos informação sobre o mercado de trabalho português e as condições e relações de trabalho (designadamente no que respeita a salários, tempos de trabalho, segurança social e impostos), sobre os processos de equivalência ou reconhecimento de diplomas ou habilitações e, ainda, sobre as medidas ativas de emprego e formação profissional existentes, assim como desenvolver ações de Português Língua de Acolhimento.

O **desemprego jovem** tem-se afirmado, nos últimos anos, como um dos principais desafios estruturais do mercado de trabalho português, perspetivando-se que esta realidade se mantenha nos próximos anos, designadamente, em 2026. Relativamente aos jovens é de destacar:

- ✓ A publicação da **Medida Excecional de Incentivo ao Regresso ao Trabalho para Jovens Desempregados (IRT Jovem)**, pela Portaria n.º 336/2025/1, de 7 de outubro, cuja vigência termina a 30 de junho de 2026. Esta medida consiste na atribuição, pelo IEFP, I.P., de um apoio financeiro aos jovens com idade inferior a 30 anos beneficiários de subsídio de desemprego que retomem, por sua iniciativa, a atividade profissional antes do termo do período de concessão do referido subsídio. A medida visa premiar a iniciativa e o empenho na procura ativa de emprego, incentivando a celebração de contratos de trabalho e promovendo a reintegração sustentável no mercado de trabalho.
- ✓ A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2025 de 9 de setembro, que cria um modelo de governação para a concretização da Recomendação europeia para reforço da Garantia para a Juventude, tendo o IEFP enquanto Coordenador Nacional apresentado uma **Estratégia Garantia Jovem 2026-2030**, sob o lema Identificar–Ativar–Responder.

No ano de 2025, no âmbito da intervenção junto das **pessoas com deficiência** foi alterado o *Regulamento de Credenciação e de Concessão de Apoios Financeiros às Entidades da Rede de Centros de Recursos para*

a *Qualificação e o Emprego do IEFP, I.P.* Esta rede, que agora foi reconfigurada, é constituída por entidades credenciadas pelo IEFP, I.P. enquanto estruturas de suporte e apoio à intervenção dos centros de emprego e centros de emprego e formação profissional, com reconhecida capacidade para intervir no âmbito da reabilitação profissional, garantindo a qualidade do apoio técnico prestado às pessoas com deficiência e às respetivas entidades empregadoras. Foram abertas candidaturas e o processo de credenciação de centros de recursos de nível 1 e 2 foi concluído em 2025.

No quadro das políticas públicas de promoção do emprego, da valorização profissional e da integração no mercado de trabalho de grupos mais vulneráveis, foi criado o **Programa MAIS – Medidas de Ativação e Inclusão Social**, enquadrado pela Portaria n.º 118/2025/1, de 17 de março, e respetivo Regulamento Específico. O Programa MAIS visa a ocupação temporária de desempregados inscritos no IEFP, I.P., através da realização de trabalho socialmente necessário, desenvolvido no âmbito de projetos promovidos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, destinados a responder a necessidades sociais ou coletivas de carácter temporário. Integra duas medidas: a Medida +Ativação, dirigida a desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego, e a Medida +Inclusão, destinada a beneficiários do rendimento social de inserção e a outros desempregados inscritos no IEFP.

Na área dos Recursos Humanos

Acreditamos que as organizações têm a responsabilidade de promover um ambiente que seja favorável ao bem-estar físico e mental. Desde a liderança até à cultura organizacional, cada aspeto desempenha um papel na construção de um espaço onde os trabalhadores se sintam respeitados, ouvidos e apoiados.

Assumindo o seu papel determinante na gestão de Recursos Humanos e de modo a proporcionar ao Conselho Diretivo uma visão estratégica do efetivo do IEFP, I.P., com o objetivo de identificar necessidades relacionadas com a gestão de RH e promover o alinhamento com a estratégia do instituto, antevendo e antecipando necessidades e desafios futuros, elabora:

1. **Plano Previsional a 5 anos** – constitui-se como instrumento de gestão, fornecendo ferramentas para a escolha de caminhos, possibilitando a redução das incertezas, tendo em conta a conjuntura interna e a antecipação de eventuais ajustes em relação a fatores externos, como por exemplo, possibilidades de saídas de pessoal e novas contratações. Este Plano dota o IEFP, I.P. da informação acerca dos meios humanos e das competências necessárias para agir com flexibilidade e reatividade considerando as evoluções esperadas e as mudanças previstas.
2. **Mapa de Pessoal** - instrumento de gestão, de elaboração anual, aprovado pela Tutela, juntamente com a proposta de orçamento. É afixado e publicitado na página eletrónica do IEFP, I.P.
O Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho atendendo a fatores como a atribuição, competências e atividade que visa cumprir e executar, o cargo, carreira e categoria que

lhes correspondem, a área de formação académica ou profissional dos/as trabalhadores/as, o perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria. É complementado com as competências específicas dos respetivos postos de trabalho, com vista a rejuvenescer o efetivo, colmatar as saídas de trabalhadores por reforma/mobilidade e assegurar a transferência do conhecimento e da experiência adquirida, bem como da cultura organizacional.

A proposta anual de mapa de pessoal previsional do IEFP, I.P. tem como base os seguintes pressupostos:

- ✓ a previsão de postos de trabalho
- ✓ a previsão de saída de trabalhadores com condições para reforma/aposentação, a qual foi apurada tendo como base as conclusões retiradas do Plano Previsional de Recursos Humanos
- ✓ a previsão de regresso de trabalhadores que se encontram em licença sem remuneração, em regime de mobilidade na carreira, exercício de cargos dirigentes noutros organismos, ou outras situações
- ✓ a necessidade de apostar em carreiras de elevada tecnicidade e competências específicas (informática, jurídica, financeira)

O recrutamento é uma atividade complexa, fortemente regulamentada por Lei, que determina os recursos humanos e financeiros relevantes.

O recrutamento de trabalhadores **por recurso à mobilidade** tem vindo a ser adotado nos últimos anos como a principal forma de recrutamento, por ser um procedimento menos burocrático do que os procedimentos concursais, sendo o Departamento de Recursos Humanos a Unidade Orgânica do IEFP, I.P. responsável por todo o processo desde a manifestação da necessidade, até à consolidação da mobilidade ou à sua cessação.

O procedimento concursal traduz-se num procedimento justo de recrutamento e dá corpo ao direito de acesso à função pública, consagrado no artigo 47.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa.

O concurso é o procedimento de seleção, que permite a avaliação comparativa de vários interessados e que, por aplicação de critérios objetivos, permite recrutar o melhor candidato. O Departamento de Recursos Humanos é responsável por todo o procedimento desde a manifestação da necessidade até à celebração do contrato.

Atualmente, encontra-se em fase de testes uma aplicação informática que permite a total desmaterialização de todas as fases do processo de recrutamento e garante o acesso de todos os intervenientes do processo a todos os dados em tempo real e em simultâneo, garantindo igualmente a uniformização de procedimentos, a sua automatização e, consequentemente, transparência, celeridade, rigor, bem como a respetiva auditoria.

No decurso do ano decorreu a fase final do processo **MARA** - Mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados do IEPF, I.P. - Despacho n.º 3186/2024, no âmbito do qual este Instituto procedeu ao recrutamento de 116 **técnicos superiores** por recurso às reservas de recrutamento constituídas no âmbito do procedimento concursal centralizado.

3. O IEPF tem uma equipa de **Segurança e Saúde no Trabalho** responsável pela atividade a nível nacional, em articulação com as delegações regionais, fazendo um planeamento das ações a realizar ao longo do ano e dando resposta às solicitações mais prementes.

Assegura, ainda, o **acompanhamento da implementação das Medidas de Autoproteção (Planos de Segurança)**. Esta atividade implica a articulação entre os serviços para implementação das medidas corretivas, decorrentes das recomendações constantes dos relatórios de verificação das instalações, bem como a monitorização anual da sua evolução, com a colaboração da Direção de Serviços de Instalações, tendo em vista prevenir e/ou reduzir a ocorrência de situações potenciadoras de não conformidades e/ou de risco, implicando a:

- ✓ Monitorização dos acidentes de trabalho no IEPF, I.P. com vista a permitir uma atuação de eliminação dos fatores de risco
- ✓ Monitorização das doenças profissionais no IEPF, I.P. cujos novos casos têm vindo a ter uma maior expressão

Paralelamente, encontra-se em análise a possibilidade de uma abordagem holística que garanta o melhor acompanhamento aquando do **regresso dos trabalhadores ao seu local de trabalho** após ausência prolongada. Atualmente, garante-se a adequabilidade das condições do posto de trabalho, consulta de medicina do trabalho, regime de trabalho e horários adaptados.

Partindo do paradigma que a prevenção é o melhor caminho para a Segurança, o Departamento de Recursos Humanos desenvolveu um percurso formativo sobre **Segurança e Saúde no Trabalho**, no sentido de dar cumprimento ao estabelecido na legislação vigente, sobre prevenção de Riscos Profissionais, bem como o cumprimento dos requisitos legais em Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

4. No âmbito da **formação e desenvolvimento de competências**, em 2025, a formação profissional assumiu-se como um eixo estruturante da atividade do Departamento de Recursos Humanos, orientada para o desenvolvimento sustentado de competências técnicas, a modernização organizacional e o reforço da capacidade de resposta do IEPF, I.P. aos desafios emergentes. Ao longo do ano foram desenvolvidas 652 ações de formação, envolvendo 25.117 participações e um volume global de 157.228 horas, traduzindo uma execução significativamente superior ao planeamento inicial e evidenciando uma elevada dinâmica formativa.

A formação de natureza técnica, integrada maioritariamente no eixo transversal operacional, teve um papel central na capacitação dos trabalhadores, incidindo em áreas fundamentais ao desempenho das funções especializadas e à melhoria dos processos internos. Paralelamente, foi reforçada a aposta em ações orientadas para a inovação, a transformação digital e a utilização de novas ferramentas tecnológicas, acompanhando a evolução dos modelos de trabalho e a crescente digitalização da Administração Pública.

A formação decorrente do plano de formação para 2025 manteve um peso determinante na resposta às necessidades organizacionais, assegurando alinhamento com os objetivos estratégicos do Instituto, sendo complementada por formação externa sempre que se revelou necessária a aquisição de conhecimentos técnicos específicos. Os regimes de formação à distância e e-learning conheceram uma forte expressão, quer em número de formandos quer em volume de formação, consolidando modelos flexíveis, inovadores e adequados à realidade organizacional.

Globalmente, a formação abrangeu 99,5% dos trabalhadores do efetivo do IEFP, I.P. com um volume médio de 41,6 horas de formação por trabalhador, refletindo o investimento contínuo na valorização do capital humano, na atualização de competências técnicas e no reforço de uma cultura organizacional orientada para a aprendizagem, a inovação e a melhoria contínua do desempenho institucional.

IV.6. AVALIAÇÃO FINAL

Analizados os resultados obtidos da atividade desenvolvida pelo IEPF ao longo do ano 2025, o grau de cumprimento dos objetivos e a afetação dos recursos disponíveis, financeiros e humanos, conclui-se que, de um total de 15 objetivos operacionais, o IEPF superou sete (47%), atingiu quatro (27%) e falhou o cumprimento de quatro (27%). Dos oito objetivos considerados relevantes, seis foram superados e dois foram atingidos, a saber:

OBJETIVOS	SUPEROU	ATINGIU	NÃO ATINGIU
OPERACIONAIS	4; 7; 9;11; 12; 13; 15	1; 3; 5; 8	2; 6; 10; 1 4
RELEVANTES	4; 9; 11; 12; 13; 15	1; 8	

QUADRO 31 – RESUMO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS OBJETIVOS

QUADRO RESUMO DE OBJETIVOS / PARÂMETROS		CLASSIFICAÇÃO	
EFICÁCIA		107%	Superou
OP 1 - Captar ofertas de emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho (Relevante)		100%	Atingiu
OP 2 - Utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade do emprego dos utentes que recorrem ao serviço público de emprego		90%	Não atingiu
OP 3 - Abranger desempregados em medidas ativas de Emprego e Formação Profissional		100%	Atingiu
OP 4 - Abranger pessoas com deficiência em medidas de Reabilitação Profissional (Relevante)		112%	Superou
OP 5 - Apoiar o reforço das competências dos cidadãos, nomeadamente nas áreas digital, climática, indústria e social		100%	Atingiu
OP 6 - Reforçar as competências e a empregabilidade dos formandos/estagiários		97%	Não atingiu
OP 7 - Garantir o cumprimento das metas contratualizadas no âmbito dos projetos PRR		148%	Superou
EFICIÊNCIA		90%	Não atingiu
OP 8 - Maximizar a receita proveniente de fundos comunitários (Relevante)		100%	Atingiu
OP 9 - Promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais (Relevante)		102%	Superou
OP 10 - Promover a o acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional		0%	Não atingiu
QUALIDADE		109%	Superou
OP 11 - Promover a qualificação profissional dos trabalhadores (Relevante)		122%	Superou
OP 12 - Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal (Relevante)		110%	Superou
OP 13 - Garantir o bem-estar dos trabalhadores no seu local de trabalho, prevenindo Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (Relevante)		119%	Superou
OP 14 -Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços		0%	Não atingiu
OP 15 - Melhorar a qualidade dos serviços prestados (Relevante)		130%	Superou
CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO		102%	Superou

Fonte: IEPF, DPG

Analisando os resultados quantitativos, deve concluir-se da presente autoavaliação que o desempenho do IEPF, no ano 2025, em termos **quantitativos** foi **positivo**, atendendo ao facto de ter **superado** o grau de

realização dos seus objetivos QUAR 2025 com uma taxa global de realização de **102%**, reflexo da superação dos parâmetros Eficácia (107%) e Qualidade (109%).

Ainda assim, será alvo de reflexão interna o facto de o parâmetro **Eficiência** não ter sido atingido exclusivamente pelo resultado extremamente negativo do OP 10 – Promover p acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional, não originado por um aumento da aquisição de bens e serviços enquanto custos operacionais, mas por via de um aumento do número de desistências em 2025 face a 2024.

Em termos **qualitativos** o desempenho é **satisfatório** face à superação da maioria dos objetivos identificados com relevantes (6 em 8 objetivos), não existindo nenhum objetivo relevante por atingir, salientando-se que todos os objetivos relevantes do parâmetro QUALIDADE (4 no total) foram superados. Houve, no entanto, 4 objetivos não atingidos num total de 15 objetivos operacionais, ainda que nenhum deles seja relevante

QUADRO 32 – QUADRO GLOBAL



QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PARA 2025

Data: 30/09/2025

Versão: 2

Ciclo de Gestão
2025
Designação do Serviço/Organismo:
INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL I.P.
Missão:

O IEFP, I.P. é o serviço público de emprego nacional e tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas activas de emprego, nomeadamente de formação profissional.

Objetivos Estratégicos (OE)											
OE1:	Promover o emprego e a qualidade do emprego										
OE2:	Implementar medidas de combate ao desemprego, em especial do desemprego jovem e do desemprego de longa duração										
OE3:	Promover a (re)qualificação e a (re)inserção profissional das pessoas com deficiência										
OE4:	Apoiar o reforço das competências e da empregabilidade dos portugueses, nomeadamente nas áreas digital e climática										
OE5:	Contribuir para o desenvolvimento do potencial humano do Ministério										
OE6:	Promover a modernização e reforço da intervenção do Serviço Público de Emprego, tornando-o mais simples, mais acessível e mais transparente										

Objetivos Operacionais (OP)	101,6%
-----------------------------	--------

EFICÁCIA	PESO: 30%	106,5%
----------	-----------	--------

OP1: Captar ofertas de emprego e inserir pessoas no mercado de trabalho	Peso: 25%
---	-----------

Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.1	Nº de ofertas captadas	141 806	129 388	123 114	105 481	125 000	18 750	156 250	10,0%	$\frac{1}{2} \text{ nº de pontos de trabalho}$	130 471	100,0%	5 471
Ind.2	Captar ofertas de emprego junto de novas entidades empregadoras	-	-	44,9%	37,2%	45,0%	5,0%	56,0%	20,0%	$\frac{[\text{Nº entidades c/ ofertas em 2025 - Nº entidades c/ ofertas entre jan23 e dec24}]}{[\text{Nº entidades c/ ofertas em 2023 + 100}]}$	43,6%	100,0%	-1,4%
Ind.3	Nº de colocações efetuadas	87 854	85 515	89 167	77 385	91 000	13 650	113 750	35,0%	$\frac{1}{2} \text{ Nº colocações efetuadas}$	90 231	100,0%	-769
Ind.4	Taxa de satisfação das ofertas de emprego	76,0%	59,1%	66,5%	67,0%	65,0%	6,5%	76,0%	35,0%	$\frac{[\text{Nº colocações efetuadas}]}{[\text{Nº ofertas tratadas} + \text{Nº ofertas monitorizadas}]} \times 100$	64,5%	100,0%	-0,5%

Taxa de Realização do OP1 100,0%

OP2: Utilizar todos os meios disponíveis para melhorar a qualidade do emprego dos utentes que recorrem ao serviço público de emprego											Peso:	10%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.5	Tx. retorno ao desemprego registado de desempregados colocados pelo SPE	-	24,2%	24,6%	24,0%	20,0%	3,0%	10,0%	75,0%	$\frac{[\text{Nº desempregados que retornaram ao desemprego no 6 meses após a colocação}]}{[\text{Colocações entre janeiro e janeiro+2}]} \times 100$	26,5%	86,9%	6,5%
Ind.6	Tx. de sucesso da intervenção do SPE	-	-	-	-	40,0%	6,0%	60,0%	25,0%	$\frac{[\text{Desempregados colocados e monitorizados que foram alvo de intervenção do SPE entre jan23 e jan25}]}{[\text{Desempregados alvo de intervenção do SPE entre jan23 e jan25}]} \times 100$	40,8%	100,0%	0,8%

Taxa de Realização do OP2 90,2%

OP3:	Abranger desempregados em medidas ativas de Emprego e Formação Profissional										Peso:	10%	
	Indicadores	Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.7	Taxa de cobertura das medidas de política ativa	19,7%	22,1%	20,8%	18,0%	20,0%	3,0%	30,0%	40,0%	$\frac{[\text{Bolsa média mensal de Ocupados}]}{[\text{Bolsa média mensal de Desempregados} + \text{Ocupados}]} \times 100$	18,0%	100,0%	-2,0%
Ind.8	Taxa de cobertura de jovens desempregados em medidas de política ativa	28,8%	34,3%	32,5%	27,3%	30,0%	4,5%	45,0%	30,0%	$\frac{[\text{Bolsa média mensal de Ocupados}]}{[\text{Bolsa média mensal de Desempregados} + \text{Ocupados}]} \times 100$	27,1%	100,0%	-2,9%
Ind.9	Taxa de cobertura de DLD em medidas de política ativa	-	24,3%	25,1%	23,2%	25,0%	4,0%	37,5%	30,0%	$\frac{[\text{Bolsa média mensal de Ocupados}]}{[\text{Bolsa média mensal de Desempregados} + \text{Ocupados}]} \times 100$	22,3%	100,0%	-2,7%

Taxa de Realização do OP3 100,0%

OP4: Abranger pessoas com deficiência em medidas de Reabilitação Profissional													Peso:	25%
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio	
Ind.10	Nº de abrangidos em medidas de Reabilitação Profissional	20 030	22 937	26 327	27 348	24 248	3 637	30 310	50,0%	$\frac{1}{2} \text{ nº abrangidos em medidas de reabilitação profissional}$	30 204	124,6%	5 956	
Ind.11	Taxa de cobertura de desempregados com deficiência em medidas de política ativa (gerais e de reabilitação profissional)	-	-	36,2%	33,4%	35,0%	5,0%	52,5%	50,0%	$\frac{[\text{Bolsa média mensal de Ocupados}]}{[\text{Bolsa média mensal de Desempregados} + \text{Ocupados}]} \times 100$	32,4%	100,0%	-2,6%	

Taxa de Realização do OP4 112%

OP5: Apoiar o reforço das competências dos cidadãos, nomeadamente nas áreas digital, climática, industrial e social											Peso:	10%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.12	Tx. aprovação em percursos de longa duração (Aprendizagem, CET e EFA)	-	46,1%	46,9%	50,2%	50,0%	7,5%	75,0%	30,0%	$\frac{[\text{Nº formandos aprovados em percursos de longa duração}]}{[\text{Nº formandos que iniciaram os mesmos percursos}]} \times 100$	53,4%	100,0%	3,4%
Ind.13	Taxa de aprovação de formandos em percursos de curta duração (Vida Ativa e Formação Modular)	-	80,5%	83,7%	85,5%	85,0%	12,5%	100,0%	30,0%	$\frac{[\text{Nº formandos aprovados em percursos de curta duração}]}{[\text{Nº formandos que iniciaram os mesmos percursos}]} \times 100$	81,3%	100,0%	-3,7%
Ind.14	Taxa de aprovação em medidas dedicadas às áreas da transição digital e transição climática	-	-	74,7%	72,6%	75,0%	10,0%	100,0%	40,0%	$\frac{[\text{Nº formandos aprovados em percursos de transição digital/climática}]}{[\text{Nº formandos que iniciaram os mesmos percursos}]} \times 100$	74,0%	100,0%	-1,0%

Taxa de Realização do OP5 100,0%

OP6: Reforçar as competências e a empregabilidade dos formandos/estagiários											Peso:	10%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.15	Tx. empregabilidade formandos que concluíram c/ sucesso percursos de formação modular em 2024, 6 meses após a conclusão do curso	-	-	26,1%	20,7%	30,0%	4,5%	45,0%	20,0%	$\frac{[\text{nº empregados no mês N+6}]}{[\text{nº formandos no mês N}]} \times 100$	21,4%	83,8%	-8,6%
Ind.16	Tx. empregabilidade formandos que terminaram c/ sucesso percursos de longa duração em 2024, 6 meses após a conclusão do percurso	27,8%	30,1%	41,9%	43,0%	45,0%	7,5%	67,5%	40,0%	$\frac{[\text{nº empregados no mês N+6}]}{[\text{nº formandos no mês N}]} \times 100$	42,1%	100,0%	-2,9%
Ind.17	Tx. empregabilidade estagiários que terminaram o estágio em 2024 c/ sucesso, 6 meses após o fim do estágio	64,1%	77,4%	78,1%	78,8%	80,0%	12,0%	100,0%	40,0%	$\frac{[\text{nº empregados no mês N+6}]}{[\text{nº formandos no mês N}]} \times 100$	79,6%	100,0%	-0,4%

Taxa de Realização do OP6 96,8%

OP7:	Garantir o cumprimento das metas contratualizadas no âmbito dos projetos PRR											Peso:	10%	
	Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind.18	Nº de locais de formação intervencionados no âmbito do PRR		-	-	-	-	22 000	3 300	27 500	40,0%	$\frac{1}{2}$ nº de locais de formação beneficiados pelo PRR desde o início do contrato	27 054	123,0%	5 054
Ind.19	Nº de participantes elegíveis no Programa Emprego + Digital 2025		-	-	-	-	200 000	30 000	250 000	40,0%	$\frac{1}{2}$ nº de participantes elegíveis no Programa Emprego + Digital 2025 desde o início do contrato	383 182	191,6%	183 182
Ind.20	Nº de participantes nos Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3		-	-	-	-	5 200	780	6 500	10,0%	$\frac{1}{2}$ nº alunos abrangidos com qualificação de nível B1/B2/B3 desde o início do contrato	6 099	117,3%	899
Ind.21	% de intervenções concretizadas no âmbito das candidaturas aprovadas (Acessibilidades 360º - PIEP - IEFP)		-	-	-	-	75,0%	10,0%	100%	10,0%	$\frac{[\text{Nº intervenções concretizadas no ano}]}{[\text{Nº de candidaturas aprovadas}]} \times 100$	72,7%	100,0%	-2,3%

Taxa de Realização do OP7 147,6%

PESO: 35% 90,3%

OP8: Maximizar a receita proveniente de fundos comunitários											Peso:	70%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind22.	% valor despesa aprovada em saldo face ao valor aprovado em candidatura/Pedido de alteração (PA)	98,5%	91,5%	89,3%	91,3%	92,0%	4,6%	100,0%	100,0%	$\frac{\text{\% despesa aprovada em saldo}}{\text{\% valor aprovado em candidatura no PA}} \times 100$	89,1%	100,0%	-2,9%
												Taxa de Realização do OP8	100,0%
OP9: Promover a eficiência da gestão orçamental por via do tratamento da dívida e monitorização dos planos prestacionais											Peso:	20%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind23	Taxa de Recuperação do Tratamento da Dívida	-	28,3%	12,8%	-45,4%	-20,0%	-6,0%	-60,0%	10,0%	$\frac{\text{A PA no 30-03-2022(IV) do Índice (Dívida nos Estados Previsão)}}{\text{\%}} \times 100$	-46,1%	116,3%	-26,1%
Ind24	Taxa de cumprimento dos planos prestacionais	-	90,5%	90,7%	92,5%	85,0%	8,5%	100%	90,0%	$\frac{\text{\% valor das prestações pagas no ano}}{\text{\% valor das prestações vencidas no ano}} \times 100$	93,1%	100,0%	8,1%
												Taxa de Realização do OP9	101,6%
OP10: Promover o acréscimo de eficiência da despesa com os custos fixos operacionais da formação profissional											Peso:	10%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind25	Redução dos custos operacionais da formação com formandos desistentes	-	-	-	-	-20,0%	-5,0%	-30,0%	100,0%	$\frac{\text{A PA 2023/2024 (Custo médio mensal)} \times \text{\% taxa de desistência}}{\text{\% taxa de desistência}} \times 100$	5,6%	0,0%	25,6%
												Taxa de Realização do OP10	0,0%
QUALIDADE											PESO:	35%	108,6%
OP11: Promover a qualificação profissional dos trabalhadores											Peso:	25%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind26	% de trabalhadores com frequência de ações de formação profissional	84,0%	91,0%	90,1%	101,8%	85,0%	12,5%	101,8%	100%	$\frac{\text{\% de trabalhadores com frequência no ano}}{\text{\% de trabalhadores em 31 de dezembro}} \times 100$	99,5%	121,6%	14,5%
												Taxa de Realização do OP11	121,6%
OP12: Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal											Peso:	20%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind27	Taxa de trabalhadores com jornada contínua e meia jornada	-	-	-	-	5,0%	1,0%	7,5%	30%	$\frac{\text{\% trabalhadores (jornada contínua e meia-jornada)}}{\text{\% de efectivos}} \times 100$	4,9%	100,0%	-0,1%
Ind28	Taxa de trabalhadores em regime de teletrabalho	-	-	-	-	12,0%	2,0%	18,0%	30%	$\frac{\text{\% trabalhadores em regime de teletrabalho}}{\text{\% de efectivos}} \times 100$	19,8%	132,5%	7,8%
Ind29	Taxa de trabalhadores com horário flexível - parentalidade	2,8%	3,6%	3,4%	3,0%	2,0%	0,5%	3,6%	40%	$\frac{\text{\% trabalhadores (horário flexível parentalidade)}}{\text{\% de efectivos}} \times 100$	2,4%	100,0%	0,4%
												Taxa de Realização do OP12	109,8%
OP13: Garantir o bem-estar dos trabalhadores no seu local de trabalho, prevenindo Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais											Peso:	20%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind30	Taxa de realização de visitas de avaliação de postos de trabalho	3,0%	2,0%	8,0%	10,0%	5,0%	1,0%	10,0%	100%	$\frac{\text{\% nº visitas de avaliação de postos de trabalho realizadas}}{\text{\% nº de efectivos}} \times 100$	8,7%	118,5%	3,7%
												Taxa de Realização do OP13	118,5%
OP14: Promover a participação dos trabalhadores na gestão dos serviços											Peso:	10%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind31	% de propostas de melhoria para os serviços	-	-	-	-	2,0%	0,5%	3,0%	100%	$\frac{\text{\% nº de sugestões submetidas}}{\text{\% nº de sugestões de melhoria apresentadas}} \times 100$	0%	0,0%	-2,0%
												Taxa de Realização do OP14	0,0%
OP15: Melhorar a qualidade dos serviços prestados											Peso:	25%	
Indicadores		Realizado 2021	Realizado 2022	Realizado 2023	Realizado 2024	Meta 2025	Tolerância	Valor Crítico	Peso	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Desvio
Ind32	% de utentes singulares que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como "positivo" ou "muito positivo"	60,0%	54,0%	49,5%	80,2%	60,0%	9,0%	75,0%	50%	$\frac{\text{\% nº de respondentes que declaram "Muito Positivo" ou "Positivo" e atribuíram global das visitas}}{\text{\% nº de respondentes}} \times 100$	79,8%	133,0%	19,8%
Ind33	% de utentes coletivos que atribuem avaliação do atendimento global dos serviços como "positivo" ou "muito positivo"	81,4%	68,3%	62,3%	87,0%	75,0%	11,3%	87,0%	50%	$\frac{\text{\% nº de respondentes que declaram "Muito Positivo" ou "Positivo" e atribuíram global das visitas}}{\text{\% nº de respondentes}} \times 100$	88,1%	127,3%	13,1%
												Taxa de Realização do OP15	130,1%

IV.6.1. Proposta de Menção Qualitativa (Artigo 18.º do DL n.º 12/2024, de 10 de janeiro)

A presente proposta fundamenta-se nos seguintes aspetos:

- O resultado global do QUAR fixou-se em **102%**, evidenciando a superação da meta de desempenho estabelecida para o ciclo de gestão;
- Os parâmetros de **Eficácia (107%)** e de **Qualidade (109%)** apresentaram resultados superiores ao nível esperado, traduzindo, em vários casos, a superação dos objetivos operacionais definidos;
- Verificou-se o **cumprimento integral dos objetivos operacionais considerados relevantes**, não tendo sido registadas situações de incumprimento nestes objetivos;
- A execução física das principais medidas de política pública atingiu os níveis previstos, designadamente no que respeita ao número de abrangidos por medidas ativas de emprego e formação, à colocação de desempregados no mercado de trabalho, ao reforço das competências da população ativa e à cobertura de públicos com maiores dificuldades de inserção, nomeadamente pessoas com deficiência;
- Os resultados obtidos ao nível da **qualidade do serviço prestado e da satisfação dos utilizadores** mantiveram-se elevados, com avaliações globalmente positivas por parte de utentes singulares e coletivos.

Não obstante o desempenho global positivo, o parâmetro **Eficiência (90%) não foi atingido**, essencialmente em resultado de fatores de natureza conjuntural, designadamente o aumento das desistências na formação profissional, com impacto nos custos fixos operacionais, não traduzindo, contudo, insuficiências estruturais na gestão dos recursos.

Assim, tendo em conta que o resultado global do QUAR foi **superior a 100%** e que todos os **objetivos relevantes foram atingidos ou superados**, considera-se que o desempenho do IEFP, I.P. em 2025 foi globalmente positivo, consistente e alinhado com os objetivos estratégicos definidos, justificando a atribuição da menção qualitativa de **“Desempenho satisfatório”**.

O Presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

(Domingos Lopes)